



MEPIR

República da Guiné-Bissau

Ministério da Economia do Plano e Integração Regional

Segundo Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza



DENARP II (2011-2015)
Bissau, Junho 2011



REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU
MINISTÉRIO DA ECONOMIA, PLANO E INTEGRAÇÃO REGIONAL

Segundo Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza

(DENARP II)

Versão Final

Bissau, Junho 2011

ÍNDICE

SIGLAS E ABREVIATURAS.....	4
INTRODUÇÃO	7
I. CONTEXTO POLITICO, ECONOMICO E SOCIAL	14
1.1 Ambiente Politico, Governativo e de Segurança.....	14
1.2. Desempenho Económico	17
1.3 Perfil do desenvolvimento hunamo	19
1.3.1 Situação global : Desenvolvimento humano baixo e precário	19
1.3.2 Acesso aos serviços de base: progressos e desafios a vencer.....	21
1.3.3 VIH/SIDA : ganhos modestos à consolidar e expandir.....	25
1.3.4 Direitos Humanos: uma aplicação e um exercício difíceis.....	26
1.3.5 Género e Desenvolvimento: Peso dos preconceitos estruturais entre homem e mulher	28
1.4. Desenvolvimento económico e infra-estrutura	29
1.4.1 Principais constatações e desafios do sector primário.....	29
1.4.2 Nível de desenvolvimento das infra-estruturas	31
1.4.3 Situação do sector privado.....	33
1.5.Principais lições do DENARP I	33
1.6 Análise da pobreza e das tendências dos ODM	37
1.6.1 Perfil da pobreza monetária.....	37
1.6.2 Perfil da pobreza não-monetária.....	38
1.6.3 Situação e tendência dos ODM	43
II. Orientações e eixos estratégicos do DENARP II	45
2.1. Visão prospectiva da Guine-Bissau.....	49
2.1.1 Guine-Bissau 2025	49
2.1.2 ODM Horizonte 2020.....	50
2.2. Metodologia e processo de elaboração do DENARP II.....	50
2.3. Orientações estratégicas	53
2.3.1. Referência do desenvolvimento e da programação	53
2.3.2 Objectivos.....	54
2.3.3. Orientações Estratégicas.....	56
2.3.4. Princípios directores	59
1. Adopção de uma postura de desenvolvimento num Estado de Direito	59
2. Respeito e desenvolvimento dos direitos humanos	59
4. A consideração da problemática do reforço das capacidades.....	60
5. A promoção de um desenvolvimento duravel, mais resistente as mudancas climáticas	61
6. Promover uma nova parceria com os PTF.....	61
2.4 Os quatros eixos estratégicos do DENARP II.....	62
2.4.1. Eixo I: Fortalecer o Estado de direito e as Instituições republicanas.....	62
1. Reforma do sector de Defesa & Segurança (RSDS)	62
2. Luta contra a proliferação de armas ligeiras de pequeno calibre e tráfico de drogas	65
3. Promoção dos direitos humanos	66
4. Reforço da Justiça e da autoridade da lei	67
5. Reforço das capacidades da Assembleia Nacional Popular	68
6. Participação cívica, diálogo e reconciliação nacional	68
7. Reforma e modernização da Administração pública.....	69
8. Descentralização e Desenvolvimento Local.....	70
9. Prevenção e gestão de riscos das catastrofes naturais	72

2.4.2 Eixo II: Assegurar um ambiente macroeconómico estável e incitativo	74
1. Estabilização do quadro macro-económico e reforço das capacidades de gestão estratégica de desenvolvimento.....	75
2. Reformas da gestão das finanças públicas.....	76
3. Melhoria do ambiente de negócios e promoção do sector privado	78
2.4.3. Eixo III: Promover o desenvolvimento económico durável	79
1. Apoio aos sectores portadores de crescimento	79
2. Desenvolvimento de infra-estruturas económicas básicas	90
3. Melhoria da governação nos sectores emergentes de minas e do petróleo.....	95
5. Melhoria e desenvolvimento do mercado de emprego	96
6. Gestão e protecção do ambiente	97
2.4.4. Eixo IV: Aumentar o nível de desenvolvimento do capital humano	99
1. Educação	99
2. Desenvolvimento do sector sanitário e melhoria da qualidade dos serviços fornecidos	104
3. Intensificação e extensão das acções de luta contra o VIH/SIDA.....	110
5. Melhoria do acesso aos serviços de água e saneamento.....	112
6. Melhoria e extensão da protecção social	113
7. Desenvolvimento de acções e de advocacia para a igualdade e equidade de género	114
2.5. Enquadramento macroeconómico e financiamento do DENARP II	115
2.5.1 Principais tendências e as lições da evolução macroeconómica 2006-2010.....	116
1. Crescimento Económico.....	116
1. Pagamentos externos e dívida	118
2.5.2 Perspectivas macroeconómica 2011-2015	119
1. O cenário de base.....	120
2. Os cenários alternativos.....	124
3. Cenário optimista	126
4. Os Riscos de financiamento do DENARP II.....	128
III. Dispositivo institucional de implementação, seguimento e avaliação do DENARP II	129
3.1 Balanço e lições do Seguimento e avaliação do DENARP I.....	129
3.1.1 Balanço do Seguimento e Avaliação do DENARP I.....	129
1.1. Principais trunfos para um sistema de seguimento & avaliação operacional.....	130
3.2. Sistema de Seguimento & Avaliação do DENARP II	132
3.2.1. Quadro Institucional de Implementação e de seguimento & Avaliação.....	132
3.2.2 Sistema de seguimento e avaliação do DENARP II.....	134
1. Organização do Sistema de Informação.....	134
2. Sistema de Indicadores	137
IV. Anexos	139

Siglas e abreviaturas

ANP	Assembleia Nacional Popular
APE	Acordo de Parceria Económica
ARV	Anti Retro Viral
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BCEAO	Banco Central dos Estados da África Ocidental
BOAD	Banco Oeste Africano de Desenvolvimento
CADHP	Plano de Acção para a Saude, Direitos Reprodutivos e da Reprodução Sexual
CCIAS	Câmara de Comércio Indústria Agricultura e Serviços
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CEDEF	Protocolo sobre os direitos das mulheres
CENFA	Centro de Formação Administrativa
CFA	Comunidade Financeira Africana
CIR	Iniciativa do Programa do Comércio Integrado
CISNPC	Comissão Instaladora do Serviço Nacional de Protecção Civil
CISD	Célula de Implementação e Seguimento do DENARP
CP	Comité de Pilotagem
DENARP	Documento de Estratégia Nacional de Redução de Pobreza
EBE	Ensino Básico Elementar
EDIC	Estudo de Diagnóstico Sobre a Integração do Comércio
ENA	Escola Nacional de Administração
EPCA	Programa de Assistência Pós-Conflito
EPT	Educação Para Todos
FAGACE	Fundo Africano de Garantia e Cooperação Económica
FED	Fundo Europeu de Desenvolvimento
FMI	Fundo Monetário Internacional
FRPC	Facilidade para a Redução da Pobreza e Crescimento
GRC	Gestão de riscos e catástrofes
HIPIC	Iniciativa Perdão da Dívida dos Países Pobres Altamente Endividados, (HIPIC)
IBAP	Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas
IGV	Imposto Geral sobre Vendas
ILAP	Inquérito Ligeiro para Avaliação da Pobreza
INE	Instituto Nacional de Estatística
INPA	Instituto Nacional da Pesquisa Agrária
IPM	Insuficiência Ponderada Moderada
IPPTE/IPPAAE	Iniciativa dos Países Pobres Altamente Endividados
IVA	Imposto Sobre Valor Acrescentado
MEPIR	Ministério da Economia, do Plano e Integração Regional
MICS	Inquérito aos Indicadores Múltiplos
MIGA	Agência Multilateral de Garantia de Investimentos
NIADM	Nova Iniciativa para Alívio da Dívida Multilateral
OGE	Orçamento Geral do Estado
OHADA	Organização para Harmonização dos Direitos de Negócios em África
OMC	Organização Mundial do Comércio
ODM	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

ONG	Organização Não Governamental
OSC	Organização da Sociedade Civil
PAIGC	Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde
PAP	Plano de Acção Plurianual
PTF	Parceiros Técnicos e Financeiros
PIB	Produto Interno Bruto
PIP	Programa de Investimento Público
PME	Pequenas e Médias empresas
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPTE/PPAE	Países Pobres Altamente Endividados
QDMP	Quadro das Despesas a Médio Prazo
RDSS	Reforma do Sector da Defesa & Segurança
SIDA	Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
SIGFIP	Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas
SMART	Sistema Metodológico de Ajuda à Realização de Testes
SYSCOA	Sistema Contabilístico Oeste Africano
TBE	Taxa Bruta de Escolarização
TOFE	Tabela das Operações Financeiras do Estado
U.E	União Europeia
UEMOA	União Económica e Monetária Oeste Africana
UNFPA/FNUAP	Fundo das Nações Unidas para a População
USD	Dólar Americano
VIH	Vírus de Imunodeficiência Adquirida

Introdução

No quadro da implementação da sua primeira estratégia nacional de redução da pobreza (DENARP I), a Guiné-Bissau realizou progressos significativos na estabilização da gestão macro-económica, na reforma da administração pública e na melhoria da oferta dos serviços públicos, nomeadamente nos domínios da educação e saúde.

Mas, devido a conjugação de vários factores (instabilidade política e institucional, penúrias das infraestruturas de base, impacto das crises petrolífera e económica internacional, etc.), estes resultados ficaram muito aquém dos objectivos inicialmente fixados, particularmente no que concerne ao crescimento económico, que foi, em média, de 3,1% entre 2007 e 2009, contra um objectivo inicial de 5%. Consequentemente, o nível da pobreza continua bastante elevado no país (69.3% em 2010, contra uma estimativa de 64,7% em 2002), o que contribuiu, de facto, a reduzir as oportunidades do país em alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) no horizonte 2015.

Com base nas lições aprendidas desta experiência, o Governo elaborou o segundo DENARP, que irá cobrir um período de cinco anos (2011-2015). Inscrevendo-se na dinâmica da consolidação dos ganhos conseguidos com a implementação do DENARP I, a nova estratégia será orientada para a consolidação da paz e do Estado de Direito, aceleração do crescimento económico durável e desenvolvimento dos recursos humanos, através da realização dos ODM. Uma atenção particular será consagrada à criação de bases para um crescimento económico forte e durável, condição determinante para a redução significativa e durável da pobreza.

O DENARP II contribui na operacionalização da Visão Prospectiva do Desenvolvimento, denominada « Guiné-Bissau 2025 Djitu Ten », adoptada pelo Governo em 1996. Ele constitui o quadro de referência para a planificação estratégica, programação e orçamentação das acções de desenvolvimento, assim como para o diálogo com os parceiros técnicos e financeiros. A estratégia definida articula-se a volta de quatro eixos estratégicos: (i) fortalecer o Estado de Direito e as Instituições Republicanas, (ii) Reformar a Administração Pública e melhorar a gestão das finanças públicas, (iii) Promover o desenvolvimento económico durável e, (iv) melhorar a qualidade de prestação de serviços nos sectores sociais.

O DENARP II está estruturado em três partes. A primeira parte apresenta a evolução recente da situação política, económica e social. A segunda parte aborda as orientações e descreve os quatro eixos estratégicos do DENARP II, através dos objectivos e as intervenções prioritárias que deverão conduzir a acção do Governo ao longo do período 2011-2015. O enquadramento macro-económico é igualmente desenvolvido nesta parte. A terceira e última parte destaca o quadro da implementação, seguimento & avaliação da estratégia.

Resumo

1. Os progressos realizados e os novos desafios

As reformas económicas e financeiras em curso

Após um longo período de recessão no início de 2000, seguido de uma ligeira recuperação em 2007, a economia da Guiné-Bissau entrou numa nova dinâmica de crescimento a partir de 2008. Assim, apesar de um ambiente desfavorável (instabilidade política e institucional, graves carências de infra-estruturas económicas básicas, incluindo energia e transporte, o impacto das crises económicas internacionais e petróleo), a taxa média de crescimento real foi de 3,1% entre 2008 e 2009, uma melhoria acentuada em relação a 2006 e os resultados de 2007 (1,2%), mas abaixo da meta de 5% estabelecido pelo primeiro DENARP; em 2010, esta taxa atingiu 3,5%.

Este crescimento foi impulsionado principalmente pela agricultura (6,3% em 2009), com uma influência notória do setor de caju. Embora o preço de exportação de castanha de caju teve uma contração de quase 30% em 2009, o impacto nas receitas de exportação foi compensada por um aumento no volume de exportações.

As reformas empreendidas nos últimos três anos têm produzido resultados concretos, especialmente em termos de estabilização macro-económica e a melhoria na gestão das finanças públicas. O défice orçamental, em média, mais de 10% do PIB entre 2005 e 2007 foi reduzido para 3,2% em 2008 e 3,0% em 2009, graças à maior mobilização de receitas internas e controlo das despesas, incluindo os salários dos funcionários públicos, que representam mais de 75% das receitas do governo. Com o apoio de seus parceiros, o Governo deu início a um novo investimento público e pagamento dos atrasados para o setor privado.

Várias iniciativas para remediar esta situação têm sido realizadas no âmbito do DENARP como o início da construção e reabilitação de algumas artérias principais da cidade de Bissau, a conclusão dos estudos para a construção de 500 km de estradas que ligam a Guiné-Bissau para os países vizinhos (Guiné-Conakri e Senegal) e manutenção de rotina dos 400 km de estradas de terra.

No entanto, devido aos constrangimentos e dificuldades ligados a disponibilidade de financiamento, a instabilidade institucional e as capacidades institucionais e humanas dos países na implementação de projetos de desenvolvimento dentro do prazo previsto, os resultados permanecem abaixo dos objectivos visados.

Desenvolvimento humano fraco e precário

O nível de desenvolvimento humano na Guiné-Bissau ainda é fraco e precário. A instabilidade política há várias décadas não conseguiu criar as melhores condições de execução das políticas públicas ambiciosas e sustentáveis. De acordo com o relatório do PNUD sobre o desenvolvimento global, a Guiné-Bissau com o seu IDH de 0,289 é classificada em 164 ° num ranking de 169 países. De acordo com o último relatório mundial do PNUD, entre 2000 e 2010, a Guiné-Bissau registou um crescimento médio anual do IDH de 0,9% enquanto a média para a África subsaariana foi de 2,1% e dos países com IDH muito baixo é de 1,68%. Os dois fatores que bloqueiam o baixo IDH da Guiné-Bissau são a pobreza em massa com muito baixo rendimento monetário e esperança de vida (48,6 anos), referindo-se tanto a falta de oportunidades de renda, e acesso aos serviços de saúde de qualidade. Esta

situação está relacionada com a taxa de crescimento populacional de 2,5%, com uma taxa de crescimento económico que mal excedem, em média, 3% entre 2000 e 2010. Estes fracos indicadores afectam particularmente as mulheres, além da esperança de vida. O índice de desigualdade de género ainda continua muito forte na Guiné-Bissau, em 2007 é cerca de 0,381 e colocou o país no 148º dos 155 países considerados.

A situação do emprego, sobretudo para os jovens não melhorou muito. A taxa de ocupação para o grupo etário dos 15-24 anos é de 10,6% em 2009, com uma taxa de 4,6% para as mulheres. Com o subemprego e o desemprego entre os jovens, a taxa de desemprego é, provavelmente, cerca de 30%. Assim, a questão do emprego vai estar no centro das opções estratégicas do DENARP II, ao nível da agricultura, da pesca e actividades de transformação.

Apesar dos constrangimentos de vários tipos no contexto do país, um progresso significativo tem sido feito em termos de melhoria dos indicadores de desenvolvimento social. Segundo as últimas estatísticas disponíveis, destacamos:

- O aumento no número de matrículas de 4 a 10 pontos por nível de ensino entre 2004 e 2010 (MICS 2010);
- A taxa de mortalidade materna baixou de 822-800 por 100.000 gravidezes entre 2006 e 2010;
- A esperança de vida subiu de 43 anos em 1989 para 48,6 anos em 2009.

Em termos de realização dos ODM, a Guiné-Bissau, **além** do sector da educação tem feito progressos notáveis, apesar disso, a Guiné-Bissau dificilmente conseguirá atingir os objectivos do desenvolvimento do milénio. De todos os indicadores que têm caído acentuadamente, há um aumento da pobreza entre 2002 e 2010. De fato, os resultados do inquérito de 2010 (ILAPII) indicam que 69,3% dos Guineenses são pobres e 33% extremamente pobre, ou seja respectivamente 5 pontos e 13% a mais que em 2002. Isso mostra claramente o agravamento da pobreza extrema. A Pobreza em Bissau é constante (51%), ao passo que ela se agravou em outras regiões (3 em 4 pessoas são afectadas), contra 7 em 10 em 2002. As regiões mais atingidas em 2010 são principalmente Oio, Bafatá, Tombali / Quinara e Gabu. A pobreza extrema afecta sobretudo Oio e Cacheu, Bafata, Tombali / Quinara. A pobreza em massa tem um impacto directo sobre a situação das crianças. Entretanto, em 2010, em toda a Guiné-Bissau, 57% das crianças de 5-14 anos se encontram envolvidas no trabalho, com maior proporção em áreas rurais (65%) do que urbanas (45%). A pobreza não monetaria atinge 40% da população da Guiné-Bissau. Esta pobreza não monetaria afeta 60,3% da população rural e 8,4% da população urbana. A profundidade da pobreza (diferença média, em% em relação à linha de pobreza) é de 5,7% a nível nacional, 8,8% rural e 0,9% nas áreas urbanas. Esse resultado indica que mesmo com pequenos ganhos na melhoria das condições de habitação, saneamento, acesso à água potável e posse de bens duráveis pode resultar em mudanças significativas na incidência da pobreza.

Principais Orientações Estratégicas do DENARP II

Processo participativo da elaboração do DENARP II

O DENARP II levará em conta as lições aprendidas sobre os seguinte pontos:

- adoção progressiva da abordagem da estratégia de redução da pobreza com base em uma

visão holística das questões de desenvolvimento nacional e do exercício de planificação participativo envolvendo todos os interessados;

- tendo em conta os compromissos da Guiné-Bissau tanto a nível internacional como continental nas escolhas estratégicas de redução da pobreza, reforçar a paz e a segurança e melhorar a qualidade dos serviços sociais básicos : nomeadamente OMD, CEDEF, sobre os Direitos das Mulheres da CADHP e Plano de Acção para a saúde e direitos sexuais e reprodutivos;

- relançamento do crescimento económico pró-pobre e a diversificação de bases produtiva através de uma combinação de medidas no domínio da agricultura, pecuária, pescas e desenvolvimento das actividades de transformação e comercialização;

- melhoria da governação nacional e local no contexto da estratégia nacional de consolidação da paz e do desenvolvimento económico;

- medidas sectoriais e segmentação geográfica das acções ao nível dos eixos estratégicos do DENARP;

- redução das disparidades entre homens e mulheres e a eliminação das discriminações e desigualdades contra as mulheres;

- ligação mais forte entre as prioridades do DENARP II e o orçamento do Estado através do enquadramento e orçamentos-programas nos sectores mais estratégicos (agricultura e setores sociais);

- dinamização do mecanismo seguimento e da avaliação que deve ser inclusiva (isto é, capazes de fornecer informações de forma desagregada a nível sectorial, de género, geográfica, etc.) E eficiente (ou seja, que é fácil de usar e harmonizado).

Para corrigir as insuficiências do processo de preparação do DENARP I, além de esforços para melhorar a qualidade dos documentos técnicos, o desenvolvimento do DENARP II envolveu todos os interessados de desenvolvimento para garantir uma ampla participação de todas as partes interessadas a fim de manter o controle e apropriação do DENARP II por nacionais. No quadro da formulação do DENARP II, os esforços têm sido realizados no sentido de envolver as mulheres em todas as fases do processo, as instituições e as competências que podem ajudar identificar as necessidades, os direitos, interesses e prioridades diferenciadas das mulheres e dos homens. Este processo é aberto e inclusivo, com as seguintes etapas: i) lançamento oficial do processo (23 de abril de 2010), ii) seminário de validação técnica do documentos de orientação metodológica de trabalho (maio 2010), iii) Constituição de grupos temáticos (nove grupos de trabalho), iv) organização de seminários específicos sobre diversos temas (quatro seminários), v) organização de consultas regionais e nacionais, e vi) a validação por parte das autoridades local (Comitê Técnico e Comitê de Pilotagem).

Orientações estratégicas centradas na diversificação da economia e a aceleração dos ODM

O principal objectivo do DENARP II é de reduzir significativamente a pobreza nas suas múltiplas dimensões, criando mais oportunidades de rendimentos, de emprego e melhorando o acesso aos serviços públicos básicos de qualidade num Estado de direito reforçado.

Entre os objetivos específicos do DENARP II, estão:

- i) reduzir a incidência de pobreza ao nível nacional de 69,3% em 2010 para 59% em 2015 e a extrema pobreza de 33% para 20%, no decorrer do mesmo período, tendo em conta as disparidades entre homens e mulheres;
- ii) redução do índice de insegurança alimentar de 32% para 16% em 2015;
- iii) atingir uma taxa de crescimento económico em média de 5% por ano entre 2011 e 2015,
- iv) estabilização do contexto de segurança do país por uma reforma harmonizada das forças da defesa e segurança;
- v) A eliminação das desigualdades estruturais entre homens e mulheres;

Quatro pilares do DENARP II centrados na promoção do Estado de direito, do desenvolvimento económico e do capital humano

O II DENARP se articula em torno de quatro eixos:

Eixo1: Fortalecer o Estado de direito e as instituições republicanas

Este primeiro eixo refere à construção de estruturas e autoridade do Estado na sua capacidade de desenvolver novas práticas de governação política e administrativa com vista a instaurar o Estado de direito e a segurança durável para as pessoas e seus bens. Destaca-se certas agendas importantes ligadas a melhoria da situação dos direitos humanos e os mecanismos de prevenção / gestão de crises.

A afirmação da separação dos poderes, da segurança e do Estado de direito constitui a primeira pedra do edifício. Isto implica a aceleração e a condução em termos de reformas engajadas nos sectores da Defesa e Segurança. Respeito pelos direitos humanos e o desenvolvimento do sistema judicial será fortemente apoiada. A reforma da administração pública é uma prioridade importante do DENARPII para assegurar o êxito de novas políticas públicas e ao desenvolvimento do Estado de Direito. Finalmente, o processo de recuperação de descentralização e desenvolvimento local será uma prioridade a adopção de uma abordagem progressiva na implementação de autoridades locais e a transferência de competências / recursos.

Eixo2: Assegurar um ambiente macroeconómico estável e incitativo

Este segundo Eixo atribui uma importância estratégica para os fundamentos macroeconómicos e da boa gestão das finanças públicas a fim de criar óptimas condições para a retomada do crescimento e desenvolvimento do sector privado. As prioridades deste eixo são:

- Melhorar os fundamentos macroeconómicos e a gestão das finanças públicas para estabelecer melhores condições para o relançamento do crescimento económico e atracção de investimento estrangeiro;
- Promover o desenvolvimento do sector privado, melhorando o quadro jurídico e administrativo dos negocios e o desenvolvimento do sistema financeiros, a fim de orienta-los ao maior apoio aos operadores económicos.

Eixo3: Promover o desenvolvimento económico durável

Este eixo é baseado na importância do crescimento económico e na redução da pobreza. Diferente do DENARP I, este eixo opta pela escolha mais estratégica de certos sectores

produtivos, susceptíveis de criar empregos e diversificar as bases de produção. As principais prioridades são as seguintes:

- **Apoiar e acompanhar o desenvolvimento das fileiras promissoras no sector agrícola** (agricultura, pesca, pecuária), assim como o turismo;
- **Acelerar o desenvolvimento das infra-estruturas económicas básicas**, incluindo as energéticas (alargamento das infra-estruturas de produção e de distribuição) e de transportes (rodoviário, marítimo, fluvial e aéreo), como parte de novas políticas sectoriais e de reformas institucionais e em conformidade com as exigências ambientais, nomeadamente aquelas relacionadas às mudanças climáticas;
- Desenvolver as capacidades institucionais, técnicas e financeiras que permitirão à Guiné-Bissau tomar medidas rápidas/urgentes para fazer face as catástrofes climáticas que podem prejudicar a consecução dos objectivos de desenvolvimento (inundações, secas, degradação dos solos e das florestas, perturbação dos ciclos de chuva, surtos e epidemias, etc ...)

AXE 4: Elevar o nível de desenvolvimento do capital humano

O quarto Eixo, centrado na aceleração do processo de realização dos ODM, visa desenvolver o capital humano no quadro da melhoria da vida da população e de género, no contexto das novas políticas sectoriais e transversais. Este eixo assentará em:

- elevar o nível de desenvolvimento do capital humano pela continuação dos esforços para melhorar os sistemas de educação, saúde e alfabetização;
- melhorar o acesso à água potável e de condições de vida das populações, através da criação de programas voltados para tornar a água mais acessível principalmente nas áreas rurais e desenvolver a infra-estrutura adequada para o saneamento;
- Promoção do género a fim de reduzir as desigualdades de género em todas as áreas.

Sistema de Seguimento e Avaliação simples e evolutiva

O quadro institucional de seguimento e avaliação serão organizados em torno de um dispositivo simplificado, incluindo:

- estrutura e orientação do diálogo político (Comité de Pilotagem);
- uma estrutura de seguimento técnicas e administrativas (Comité técnico de Validação);
- Comitês Setoriais de programação e seguimento, estruturada em torno dos gabinetes de estudos e planificação setorial (GEP) e todos os dispositivos que existem (ou a criar) de seguimento das estratégias e planos de ação.

O sistema de informação para o seguimento será estruturado em torno de dois componentes principais: (i) o componente de seguimento da pobreza, as condições de vida e as disparidades da renda familiar, as injustiças e desigualdades, (ii) a componente de seguimento e implementação.

Componente de seguimento da pobreza, as condições de vida das famílias, e as disparidades, as injustiças e desigualdades: esse componente será baseada nas seguintes atividades:

1. planificação da produção dos dados da pesquisa (planificação dos inqueritos, mobilização de recursos financeiros, elaboração de cadernos de encargos, ...);
2. divisão sistemática por sexo e idade de todos os dados e informações fornecidas;
3. desenvolvimento de sistemas de informação de rotina para a produção anual de dados administrativos (visando a produção de dados relativos à agricultura, educação, saúde, água e saneamento, infra-estrutura solidariedade social, do emprego e do sector da segurança e

justiça) e promoção de projectos de apoio a esses sistemas, com foco nos produtores / coletores de dados primários (diretores das escolas , diretores de centros de saúde, ...);
4. incentivo de estudos sectoriais quantitativos e qualitativos sobre gênero;

Componente seguimento das implementações: Este componente é coordenado pela Direcção-Geral de Plano, irá concentrar as suas actividades em:

1. Produção de relatorios trimestrais de execução orçamental de SIGFIP (classificação administrativa, funcional e custos económicos);
2. Produção de um relatório anual sobre a execução do PIP, da transmissão de informações GEP, rastreamento de informações sobre a ajuda externa e uma coleção de dados específicos junto de projetos estratégicos;
3. A produção a médio prazo e no final, um relatório sobre as disparidades, as injustiças e desigualdades de gênero em termos de evolução;
4. estabelecimento de uma plataforma de gestão da ajuda externa.

I. CONTEXTO POLITICO, ECONOMICO E SOCIAL

1.1 Ambiente Politico, Governativo e de Segurança

Na década de 2000 a vida pública na Guiné-Bissau, foi marcada essencialmente pela persistência da instabilidade política, fragilidade do Estado e não observância dos preceitos do Estado de Direito democrático, particularmente no que se refere a submissão do poder militar ao poder civil. O país não foi capaz de superar as consequências políticas, económicas e sociais geradas pelo conflito político-militar de 1998-1999. A profunda fragilidade das instituições do Estado, a permanente incerteza política e a sucessão de Governos de curta duração, resultaram na incapacidade de prosseguir, a médio e longo prazos, políticas de promoção da boa governação, de combate à pobreza e de eficiente prossecução dos desígnios nacionais nos planos interno e externo.

Estes factores, associados aos atropelos as regras do Estado de Direito, colocaram sérias dificuldades no processo de restauração do diálogo e de parcerias de cooperação com a comunidade internacional e na consequente imposição de condicionalidades externas por parte dos doadores.

A persistente instabilidade política, consubstanciada (i) nos sucessivos governos que, em média, não ultrapassavam períodos de governação de seis meses, entre 2000-2004, e dois anos, entre 2004-2009). (ii) nas sucessivas interferências dos militares nos assuntos políticos e de governação, minando os esforços virados para a consolidação da democracia e do Estado de Direito e iii) nas condicionalidades da comunidade internacional e subsequente adiamento de apoios por parte dos parceiros de desenvolvimento, constituíram grandes entraves para a governabilidade do país, em geral, e para a gestão e monitorização de estratégias nacionais de desenvolvimento, em particular.

Após uma fase na vida do país (2000-2003) marcada por uma grande instabilidade político-governativa e de atropelos à democracia e ao Estado de Direito, a Guiné-Bissau entrou num período de transição política, em consequência da alteração da ordem constitucional ocorrida em 14 de Setembro de 2003. Em Outubro do mesmo ano, foi criado um Governo de Transição, com a missão de organizar novas eleições legislativas, que tiveram lugar em Março de 2004. O Governo saído dessas eleições, era suportado por uma base parlamentar minoritária, facto que colocou dificuldades no seu exercício. Apesar da sua curta duração, o desempenho deste Governo apresentou sinais positivos em matéria de boa governação e na retoma de normal relacionamento com a Comunidade Internacional.

Na procura de saídas para a situação crítica, o Governo desenvolveu esforços no sentido de dotar o país de um quadro estratégico, susceptível de assegurar a prossecução dos objectivos de melhor governação, através da eleição criteriosa de domínios prioritários de intervenção e do eficiente enquadramento de acções de parceiros nacionais e internacionais. Estes esforços, traduziram-se na elaboração do primeiro Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (DENARP), e no agendamento de uma Conferência Internacional de Doadores, para a mobilização de recursos para a sua implementação.

A elaboração e aprovação do DENARP aconteceram num momento em que se augurava uma certa normalização da vida pública e do funcionamento das instituições do Estado, após as Eleições Legislativas de Março de 2004. Este augúrio seria ainda maior com a realização de Eleições Presidenciais em 2005, e o completo regresso à normalidade constitucional, condição

exigida pela Comunidade Internacional. Com a queda do Governo, em 2006, este pronúncio de estabilização não veio a confirmar-se, votando o país para uma nova fase de acrescida incerteza e fragilidade político-governativas e de arranjos político-parlamentares de governação, sendo esta última novidade na cena política nacional.

O período que decorreu da demissão do Governo, até o final da legislatura (Março de 2008), foi marcado pela sucessão de três Governos. Os dois primeiros executivos foram frutos de arranjos políticos para a criação de plataformas parlamentares para a sustentabilidade da governação no seio da Assembleia Nacional Popular. Assim, foi constituído em 2006 o “Governo do Fórum de Convergência e Desenvolvimento”, fruto de uma coligação envolvendo partidos políticos e fações partidárias com assentos parlamentares.

Em 2007, as três principais formações políticas cujos Deputados suportavam o Governo do Fórum, assinaram dois instrumentos político-parlamentares basilares para uma nova governação, denominados “Pacto de Estabilidade Política Nacional” e o “Acordo de Estabilidade Governativa e Parlamentar”. Estes dois instrumentos político-parlamentares visaram, essencialmente, o seguinte: i) Criar uma base parlamentar sólida de entendimento, com vista a garantir um clima de estabilidade duradoura no país; ii) Criar um Governo de Consenso Nacional entre as partes signatárias, aberto às outras forças políticas, com ou sem assento parlamentar, incluindo a sociedade civil; iii) Implementar reformas urgentes e inadiáveis, susceptíveis de tirar o país da situação de estrangulamento e paralisia funcional do Estado e da administração pública nos sectores essenciais da vida nacional. Os signatários do pacto e do acordo supra referidos, apresentaram e votaram uma moção de censura contra o então Governo do Fórum de Convergência e Desenvolvimento, que resultou na sua demissão e substituição por um novo Governo.

Apesar dos propósitos proclamados, os Governos multipartidários, frutos de acordos político-parlamentares de governação atrás referidos, não conseguiram atingir os objectivos a que se propunham. Estas coligações governamentais não conseguiram ultrapassar as fragilidades decorrentes da sua própria natureza e conquistar a credibilidade político-governativa ao nível interno e externo, fundamentais para enfrentar os grandes desafios do país e restaurar os quadros de cooperação com os principais parceiros de desenvolvimento.

O desafio de plena restauração dos quadros de cooperação com os parceiros de desenvolvimento, anunciado e prosseguido pelos sucessivos Governos, como elemento fundamental dos respectivos programas, não foi bem sucedido. Os resultados da Conferência Internacional de Doadores, reunida em Mesa Redonda, em Genebra em finais de 2006, então vista como um ponto de viragem nas relações com os parceiros internacionais, por parte das autoridades da Guiné-Bissau, foram exemplos disso mesmo. Com efeito, os compromissos assumidos na Mesa Redonda de Genebra, em que o DENARP esteve no centro do diálogo político e técnico com os parceiros internacionais, não só ficaram aquém das expectativas da Guiné-Bissau, como conheceram posteriormente enormes dificuldades para a efectivação dos mesmos. Sendo a Guiné-Bissau tributária da assistência internacional e com uma elevada taxa de dependência em relação a ajuda externa, as condicionalidades externas impostas ao país revelaram-se um sério e incontornável constrangimento para os objectivos de mobilização de recursos para a implementação de uma estratégia nacional, com os propósitos e a dimensão do DENARP.

Em 2008, com o final da Legislatura e o expirar dos mandatos dos Deputados, e face as dificuldades de realização de Eleições Legislativas dentro do período constitucionalmente estabelecido, a Assembleia Nacional Popular (ANP) foi dissolvida e o Governo de Consenso Nacional demitido. Um Governo de Iniciativa Presidencial, foi investido, para um mandato de pouco mais de dois meses, e munido de programa que colocou o enfoque na preparação de eleições legislativas e na gestão dos assuntos correntes.

Os resultados das Eleições Legislativas realizadas em Novembro de 2008, traduziram-se na constituição de uma maioria parlamentar qualificada, a favor de um único partido, na ANP, pressuposto para uma estabilidade parlamentar e governativa.

Com a entrada em funções do actual Governo em Janeiro de 2009, a Guiné-Bissau começou a viver o advento de novo ciclo político-governativo, cuja gestação tem vindo a registar passos significativos em matéria de boa governação, assente particularmente na implementação de um programa de saneamento das Finanças Públicas, na criação de condições para a implementação dos programas de reformas dos sectores da Defesa e Segurança, da Função Pública e da Justiça.

A eleição de um Presidente da República, em 2009, oriundo da formação política no Governo, reforçou este pressuposto. Em Agosto de 2010, foi lançado, através da Assembleia Nacional Popular, um programa de reconciliação nacional, com o alto patrocínio do Presidente da República, associando todas as forças vivas da Nação. Os resultados desta iniciativa, que culminará com uma Conferência Nacional, são aguardados com muita expectativa pelas autoridades do país e pela sociedade civil.

O relacionamento do país com a Comunidade Internacional tem registado sinais positivos, na perspectiva de uma plena restauração dos quadros de parcerias, fundamentais para a mobilização de assistências com vista a materialização das reformas estruturantes do Estado e da governação, acima referidas. Os resultados positivos da gestão macro-económica, que se traduziram no alcance do ponto de conclusão da Iniciativa Perdão da Dívida dos Países Pobres Altamente Endividados, (HIPIC), e a conseqüente decisão de perdão da dívida por parte do FMI e BM, reforçaram a credibilidade do Governo juntos dos parceiros de desenvolvimento e criaram novas condições para a restauração e edificação de parcerias com os doadores internacionais.

Apesar de alguns acontecimentos trágicos que marcaram a vida do país em 2008 e 2009 e dos graves atentados ao Estado de Direito ocorridos em 1 de Abril de 2010, os quais demonstraram as fragilidades que ainda afectam o processo de consolidação da estabilidade e o respeito pela ordem constitucional, o país tem vindo a dar passos cada vez mais encorajadores na edificação de condições geratrizes de maior estabilidade, melhor governação e maior capacitação de instituições do Estado.

O Governo está a levar avante o programa de Reforma do sector da Defesa e Segurança, considerado prioritário, que este ano entrou numa nova etapa com a execução de um Programa de Assistência financiado por Angola, num quadro bilateral e em parceria com as organizações internacionais, designadamente a CEDEAO e CPLP.

Em resumo, a análise da evolução da situação político-governativa e de segurança mostra claramente as dificuldades que os propósitos de consolidação da estabilidade e da boa

governança conheceram ao longo do decénio 2000-2009. As consequências políticas dos múltiplos acontecimentos afectaram negativamente a vida política nacional, fazendo-se sentir fortemente ao nível dos esforços da continuidade de políticas e da firmeza de engagements, por parte dos sucessivos Governos e da eficácia da acção do Estado, mas também dos compromissos e intervenções dos parceiros de desenvolvimento. As dificuldades que o DENARP I conheceu nos seus processos de mobilização de recursos e de implementação decorrem em parte desta realidade.

O novo ciclo político em gestação, a partir de 2009, e que tem aportado sinais positivos para a prossecução dos desígnios, faz o País credor de uma maior credibilidade nacional e internacional e oferecem condições novas e propícias para o DENARP II.

Um outro factor que marcou a situação político-governativa do país tem sido a utilização do território nacional para narcotráfico. A partir de 2006 este fenómeno fez-se sentir cada vez mais forte na vida pública do país, e no funcionamento das instituições, agregando-se aos demais factores geradores de instabilidade política, fragilização do Estado e da corrupção. O fenómeno tem fortemente afectado a imagem do país e das suas instituições no plano internacional, dificultando as acções do Governo.

1.2. Desempenho Económico

Após um longo período de recessão no início da década 2000, seguido de uma ligeira recuperação em 2007, a economia da Guiné-Bissau entra numa nova dinâmica de crescimento a partir de 2008. Assim, apesar de um ambiente desfavorável (instabilidade política e institucional, graves carências de infra-estruturas económicas de base, incluindo a energia e transporte, o impacto das crises económica internacional e do petróleo), a taxa de crescimento real foi em média de 3,1% entre 2008 e 2009, uma melhoria acentuada em comparação com os resultados de 2006 e 2007 (1,2% em média), mas significativamente abaixo da meta de 5% fixado pelo primeiro DENARP. Em 2010, esta taxa deverá atingir os 3,5%.

Este crescimento foi largamente impulsionado pela agricultura (6,3% em 2009), incluindo a cadeia de produção e exportação da castanha de caju. Embora o preço de exportação do caju tenha sofrido a contracção de quase 30% em 2009 na sequência da crise económica mundial, o impacto nas receitas de exportação foi compensada por um aumento notável no volume de exportação.

As mulheres deram uma contribuição importante para o crescimento económico, através de desenvolvimento da produção agrícola (incluindo fileiras do arroz, castanha de caju e horticultura), (ii) desenvolvimento do sector informal (tanto no meio urbano como rural, especialmente no comércio) e, finalmente, (iii) e assegurando o trabalho doméstico. Segundo o ILAPII/2010, 77,1% das mulheres activas estão ocupadas no sector primário e cerca de 23,0% no sector terciário (serviços), dos quais 12% para o sub-sector comércio / vendas.

As reformas empreendidas nos últimos três anos têm produzido alguns resultados concretos, particularmente em termos de estabilização macro-económica e da melhoria da gestão financeira pública. O défice orçamental, que atingiu uma média de 10% do PIB entre 2005 e 2007 foi reduzido para 3,2% em 2008 e 3,0% em 2009, graças a uma maior mobilização de receitas internas e controlo das despesas (incluindo salários dos funcionários públicos, que representam mais de 75% das receitas públicas). Com o apoio dos parceiros, o Governo

iníciou programa de relançamento dos investimentos públicos e o pagamento parcial da dívida interna ao sector privado.

Quanto ao défice da balança de pagamentos, que atingiu 5,1% do PIB em 2005, o mesmo foi excedentário de 1,6% em 2009. Da mesma forma, com excepção de um pico de 10,4% em 2008 na sequência da crise global de alimentos, a inflação manteve-se moderada em geral, para a maior parte do tempo, contida dentro dos limites previstos pelo Pacto de Estabilidade da UEMOA e foi mesmo negativa (-1,6%) em 2009.

Tabela 1 : Principais indicadores

	2005	2006	2007	2008	2009
Taxa de crescimento do PIB (%)	4,3	1,8	2,7	3,2	3,0
Taxa de crescimento PIB/hbt (%)	0,3	-1,1	-0,3	1,3	0,8
Taxa de inflacção	3,3	0,7	4,6	10,4	-1,6
Soldo orçamental, incluindo donativos (% PIB)	-11,9	-8,3	-10,9	-3,2	-2,9
Soldo corrente da balança de pagamentos, incluindo transferencias (% PIB)	-5,1	-10,2	-9,4	-2,8	1,6
Poupança interna bruta (% PIB)	9,5	-0,3	16,5	8,9	10,0

Fonte: Relatório da Missão de consultas, FMI

Além disso, as reformas estruturais foram realizadas nos últimos anos para modernizar a administração pública (o recenseamento biométrico dos funcionários públicos - com quatro mil fantasmas identificados, a adoção de uma nomenclatura orçamental harmonizada com as directivas da UEMOA, a instalação de um Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas - SIGFIP) e a melhoria do ambiente de negócio (adopção de um novo código de investimento e do regulamento da OHADA, estabelecimento de um *guichet* único para facilitar a criação de empresas e, criação do Tribunal Comercial entre outros).

Apesar desses avanços, a economia da Guiné-Bissau continua a enfrentar grandes constrangimentos estruturais tal como destacado no DENARP I. A diligência e a eficiência em vencer estes constrangimentos irão determinar o crescimento económico do país no futuro. Estes incluem:

- A vulnerabilidade da economia devido a sua elevada dependência da agricultura (cerca de 45%¹ do PIB) e, especialmente a sua única fileira de caju, a principal fonte de receitas de exportação e parte significativa da receita pública. Na verdade, o caju representa mais de 90% das exportações totais e cerca de 17% das receitas do Estado. Daí a vulnerabilidade da economia face à conjuntura internacional. O sector privado é fraco e consiste principalmente em actividades informais. Em 2009, havia apenas 75 empresas registadas (que depositam os seus balanços e mapas de apuramento de resultados na DGCI), e o acesso aos serviços bancários é limitada em cerca de 2% a 3% da população.
- As deficiências no ambiente empresarial, incluindo as relacionadas com a grave escassez em infra-estrutura básica (energia, transportes) e fraca capacidade de apoio do sector público, a Guiné-Bissau ocupa o 181º lugar entre 183 países listados no Doing Business 2010 (Banco Mundial).

¹ Contas Nacionais – 2008/INE

- A invisibilidade da contribuição das mulheres no sector económico, nomeadamente no sector informal comercial urbano, assim como ao nível doméstico, constitui em si um constrangimento de ordem estrutural. Esta contribuição não sendo reconhecida e decorrente deste facto, não é contabilizada no PIB. A invisibilidade desta contribuição anula toda a acção com vista a rentabilização desta ao proveito do crescimento económico e do bem-estar social.
- O baixo nível de investimento: embora tenha melhorado significativamente nos últimos anos (24,1% do PIB, em média, entre 2006 e 2008, contra 13,0% do PIB entre 2001 e 2003), o nível de investimento está longe de cobrir as necessidades de reabilitação das infra-estruturas destruídas pelo conflito armado de 1998-1999, fortalecer e modernizar o aparelho de produção e apoiar a competitividade da economia. Do total do investimento público, que representava 53% do investimento total entre 2006 e 2008, menos de 10% foram aplicados nos sectores de infra-estruturas de produção. O investimento directo estrangeiro é quase nulo.

No quadro da implementação do DENARP I, várias iniciativas visando remediar a situação foram empreendidas. Para além das reformas mencionadas acima, registaram-se, por exemplo, a conclusão dos trabalhos de reabilitação e de extensão da rede eléctrica, o início dos trabalhos de construção e reabilitação de algumas artérias principais na Cidade de Bissau; conclusão dos estudos para a construção de 500 km de estradas que ligam a Guiné-Bissau aos países vizinhos – Republica da Guiné e Senegal; construção 200 km de pistas secundárias que dão acesso às zonas de produção; reabilitação de 180 km de estradas de rede nacional; e, a manutenção corrente de 400 km de estradas em terra.

No entanto, devido aos constrangimentos ligados a disponibilidade de financiamento necessário, a instabilidade político-institucional e a fraca capacidade institucional do país na implementação de projetos de desenvolvimento no limite do tempo prescrito, as realizações ficaram aquém dos objectivos fixados.

1.3 Perfil do desenvolvimento humano

1.3.1 Situação global : Desenvolvimento humano baixo e precário

O nível de desenvolvimento humano na Guiné-Bissau continua fraco e precário. As instabilidades políticas, há várias décadas, não permitiram criar as melhores condições de execução das políticas públicas ambiciosas e sustentáveis. Segundo o relatório mundial do PNUD sobre o desenvolvimento, a Guiné-Bissau com o IDH de 0,289 é classificada no range de 164 num total de 169 países. Entre 2000 e 2010, a Guiné-Bissau registou uma taxa de crescimento médio anual do IDH de 0,9% contra uma média de 2,1% para a África Subsaariana e de 1,68% para os países com IDH muito baixo. Os dois factores que contribuem para o baixo IDH da Guiné-Bissau são: a pobreza generalizada com muito baixo rendimento monetário e a esperança de vida (48,6 anos) resultante das dificuldades do acesso e da qualidade dos serviços de saúde. Esta situação é correlacionada com a taxa de crescimento populacional de 2,5% e uma taxa de crescimento económico, que pouco excede, em média 3% entre 2000 e 2010. Estes fracos indicadores que afectam particularmente as mulheres, para além da esperança de vida, o índice de desigualdade de género são ainda mais baixos na Guiné-Bissau, sendo em 2007 da ordem de 0,381, colocando o país no 148º lugar dos 155 países considerados.

Porém, apesar das limitações de várias ordens, do contexto do país, progressos significativos foram registados em termos de melhoria dos indicadores de desenvolvimento social. Segundo as últimas estatísticas disponíveis:

- aumento das taxas de escolarização de 4 a 10 pontos por nível de ensino entre 2004 e 2010 (MICS-4/IDS-2010);
- taxa de mortalidade materna baixou de 822 para 800 por 100.000 mulheres grávidas entre 2006 e 2010;
- esperança de vida passou de 43 anos em 1989 para 48,6 anos em 2009.

Tabela 1: Evolução dos principais indicadores sociais

	2000-2003	2005-2006	2009-2010
Incidência da pobreza:			
Incidência pobreza absoluta (%)	64,7 (2002)		69,3 (2010)
Incidência extrema pobreza (%)	20,8 (2002)		33,0 (2010)
Educação:			
TBE no primário (%)	70,0	101,0	
TLE no primário (%)	45,3	56,9	67,4
TBE no secundário (%)	19,0	30,0	?
Saúde :			
Taxa mortalidade infantil (⁰ /000)	122	138	104
Tx. Mort. infanto-juvenil (⁰ /000)	205	223	155
Tx. parto assistido (%)	18 (1999)		
Tx. mortalidade materna (⁰ /00.000)	822	800	
Água Potável :			
Tx. acesso à água potável (%)		54,6	66
Esperança vida à nascença (ans)	43 (1989)		48,6
Desenvolvimento humano:			
IDH	0	0,278	0,289 (2010)
Rang segundo o IDH			164 sobre 169
Desigualdade do genero			
Índice de desigualdade do genero (IID)	-	0,381 (2007)	-
Rang em relação a IID		148 sur 155	

Estes progressos são resultados, em parte, da implementação das seguintes acções:

- **Educação:** a construção/renovação das infra-estruturas, em parte com o contributo do sector privado e das comunidades locais; o recrutamento, a formação de professores e seu enquadramento; e, a reforma da política do sector;

- **Saúde:** a construção/reabilitação de infra-estruturas sanitárias na capital e em diferentes regiões do país; a formação de médicos, enfermeiros e técnicos de saúde, a introdução de novas vacinas e o alargamento da cobertura vacinal; o reforço de programas e de acções de luta contra o SIDA, a tuberculose e o paludismo;
- **Água e Saneamento:** a construção de fontenários públicos, institucionalização e formação dos membros dos comités de gestão dessas fontes; a construção de mais de 3.000 latrinas e construção de redes de canalização de água nos principais centros urbanas, etc.

Porém, como noutras áreas, os sectores sociais continuam a enfrentar graves restrições orçamentais acrescidas da fraca capacidade institucional e humana e da falta de motivação do pessoal. Devido ao envelope limitado das despesas globais do Estado (22% do PIB segundo as estimativas, Relatório do FMI, maio 2010), a parte consagrada aos serviços sociais básicos figura entre os mais baixos da sub-região. Em 2006, por exemplo, apenas 4% dos gastos do Governo foi dedicado à educação (10 USD ppp per capita), contra 6,7% (23 USD), no Senegal, com 12,2% (34 USD) no Mali e 10,6% (14 USD), no Níger. Em 2007, a despesa pública em saúde per capita foi estimado em US \$ 4 na Guiné-Bissau, contra uma média de 11 dólares para os países de baixa renda e 34 USD para a região Africana². Para o ano 2011, a dotação orçamental para a educação e saúde é de apenas 20,7% do total, contra 40% recomendado a nível internacional.

1.3.2 Acesso aos serviços de base: progressos e desafios a vencer

O acesso e a qualidade dos serviços sociais básicos são particularmente baixos. Em 2005 apenas 38% da população tinha acesso a um serviço de saúde de qualidade. Assiste-se a persistência de certas doenças como o paludismo, a tuberculose, o VIH/SIDA, assim como o ressurgimento frequentes de cólera.

De uma maneira geral, o acesso aos serviços sociais básicos, como reflete as estatísticas disponíveis, melhorou relativamente nas últimas décadas. A taxa de escolarização líquida, por exemplo, passou de 45,3% em 2000 e 67,4% em 2010. Durante o mesmo período, a taxa de mortalidade infanto-juvenil passou de 246 por mil à 205 por mil e 155 por mil.

No entanto, esses avanços são insuficientes para atender as expectativas das populações e os compromissos assumidos pelo Governo no âmbito dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento. Cerca de uma em cada três crianças (32,6%) com a idade escolar ainda não tem acesso ao ensino primário; uma em cada dez crianças (104 por mil) morre antes do seu primeiro aniversário; a mortalidade materna permanece entre os mais elevados na região (818 por cem mil nascimentos em comparação com 556 em Gâmbia, 980 na Guiné-Conacri, 648 no Níger, 800 na Nigéria e 401 no Senegal)³; e, aproximadamente metade da população não tem acesso à água potável.

Para além desta situação registada a nível nacional, grandes disparidades são observadas **entre os indivíduos do sexo feminino e masculino** e entre as diferentes categorias profissionais. Se a taxa de escolarização primária líquida é de 67,4% a nível nacional, ela é

² Estatísticas sanitárias mundiais, *OMS 2010*.

³ Estatísticas sanitárias mundiais, *OMS 2010*.

limitada a 56,5% nas zonas rurais, contra 83,5% em áreas urbanas. Nas regiões do leste do país, apenas uma em cada duas crianças (52,6%) em idade escolar está matriculada numa escola. A alfabetização é muito baixa no país. Em 2010, a taxa de alfabetização para as mulheres de 15 a 24 anos foi de 39,9% a nível nacional, 50,45% em Bissau e, apenas 9,7% nas zonas rurais, o que ilustra a magnitude do desafio para garantir a qualificação dos recursos humanos na Guiné-Bissau.

Saúde

As estruturas públicas de cuidados na Guiné-Bissau estão organizadas em três níveis que asseguram os cuidados primário, secundário e terciário. O sector privado é actualmente pouco desenvolvido.

Apesar dos esforços desenvolvidos pelo Governo e parceiros para atingir os ODM, os indicadores de saúde permanecem a níveis ainda muito preocupantes. A taxa de mortalidade infanto-juvenil tem vindo a diminuir ao longo dos últimos quinze anos, mas a um ritmo relativamente lento: ela passou de 223 por mil nados vivos em 1995 para 218 por mil nados vivos em 2000, 204 em 2005, 198 em 2007 e, em seguida, para 158 por mil nados vivos em 2010 (MICS-4/IDS). A mortalidade materna, estimada em 800 mortes maternas por 100.000 nados vivos, permanece ainda a um nível muito elevado, superior à média dos países com perfil socioeconómico semelhante.

Isto, tem por corolário uma taxa de fecundidade que se mantém elevada para todas as mulheres em idade fértil, caracterizado por múltiplas gestações, com pouco espaçamento, precoces e tardios. A fecundidade é de 5,8 filhos por mulher, a gravidez precoce afecta 33% das adolescentes e a taxa de prevalência contraceptiva evoluiu muito pouco, atingindo 14,2%⁴.

No entanto, recursos significativos foram disponibilizados nos últimos anos, particularmente, durante a implementação do PNDS. Estes recursos permitiram melhorar, em certa medida, o estado de saúde das populações. Todavia, a avaliação final do PNDS em 2007, permitiu identificar os seguintes problemas prioritários:

- A morbilidade e mortalidade permanecem elevadas, em geral, nos serviços públicos de saúde;
- A prevalência do HIV / SIDA continua elevada;
- A acessibilidade geográfica e financeira das populações aos serviços de saúde continua limitada;
- A qualidade dos serviços de saúde continua fraca;
- A Gestão dos recursos humanos da saúde é pouco eficiente.

A saúde da mãe e da criança é objecto de especial atenção por parte do Governo e dos seus principais parceiros de desenvolvimento. Os programas de apoio à saúde reprodutiva começam a produzir os seus efeitos. Com efeito, 93% das mulheres com idade entre 15 e 49 anos que tiveram um nascimento vivo durante os dois anos anteriores ao inquérito, receberam pelo menos um cuidado pré-natal por um agente qualificado e 70% receberam, no mínimo, quatro vezes o atendimento pré-natal por um agente qualificado. Ao nível dos partos, 44% das

⁴ CF Dados do MICS 2010

mulheres grávidas foram assistidas por pessoal qualificado (médico, enfermeiro ou parteira) e 42% foram realizados nos estabelecimentos de saúde.

As campanhas de vacinação anuais são realizadas regularmente. As taxas de cobertura de vacinação das crianças situam-se entre 49 e 93%, segundo o tipo de vacina. De acordo com os dados do MICS-4/IDS-2010, 93% das crianças receberam a vacina BCG; 76% as três doses de DTP; 73% as três doses da vacina contra a poliomielite, 61% das crianças foram vacinadas contra o sarampo enquanto que, apenas 49% receberam a vacina contra a febre amarela.

Em matéria de luta contra o paludismo que afecta principalmente mulheres grávidas e crianças menores de 5 anos, 64% dos Agregados Familiares têm pelo menos um mosquiteiro impregnado (MI), 35% das crianças menores de cinco anos e 32% das mulheres grávidas que dormem debaixo de um MI, constituindo, no entanto, os grupos sociais mais vulneráveis à epidemia e, sobre os quais as consequências são, na maior parte das vezes, graves. No plano nutricional são sempre estes dois grupos sociais, aqueles considerados os mais vulneráveis, com a malnutrição afectando o crescimento de mais de um terço das crianças com menos de 5 anos e a anemia severa que continua a afectar frequentemente as mulheres grávidas.

As mutilações genitais femininas e as fístulas obstétricas constituem outras complicações inerentes à função sexual e reprodutiva que afectam a saúde e o bem-estar social das mulheres. Quase 50% das mulheres com idade entre 15 e 49 foram circuncisadas e a prevalência afecta aproximadamente 40% das meninas entre 0 e 14 anos de idade. As fístulas podem afectar mulheres desde os 15 anos, levando-as ao banco da sociedade durante o resto da vida. A falta de dados e de recursos ainda dificulta muito a real compreensão destas complicações pelos serviços de saúde.

A avaliação final do PNDS em 2007 permitiu a identificação das seguintes questões prioritárias:

- A morbidade e mortalidade permanecem elevadas nos serviços públicos de saúde;
- A prevalência do HIV / SIDA continua a evoluir;
- A acessibilidade geográfica e financeira das populações aos serviços de saúde continua limitada, especialmente no que diz respeito às mulheres grávidas e adolescentes;
- A qualidade dos serviços de saúde continua a ser baixa;
- Gestão de recursos humanos da saúde continua pouco eficiente/ineficiente.

Educação

Segundo o MICS 2000, 43,6% das crianças matriculadas na primeira classe, irá completar a 6^a classe. A taxa de abandono escolar das raparigas é superior a dos rapazes. Em 1994/95, 35,8% de raparigas matriculadas no primeiro ano atingem a 5^a classe; 25% dos inscritos ultrapassam a idade exigida (7-12 anos) para frequentar o ensino primário. No entanto, os efectivos escolares não de aumentar. Segundo o relatório de Avaliação EPT, balanço 2000, em 1991/1992, 79.893 crianças frequentaram a escola primária e em 1999/2000 151.019 frequentaram o ensino primário. De acordo com os dados do MICS-2 realizado em 2000, a progressão da taxa líquida de escolarização entre 1994 e 2000 foi a um ritmo de 7,6% por ano.

Também, segundo o MICS-4/IDS-2010, a taxa líquida de escolarização aumentou de 56,9% em 2003/2004 para 67,4% sendo uma melhoria de 10,5 pontos percentuais no espaço de seis

anos. Para as raparigas, esta taxa atingiu 65,4% em 2010 contra 55,9% em 2003/2004. No entanto, apenas 48% das crianças concluíram o ensino em 2006, uma das taxas mais baixas da África. Os abandonos escolares no ensino primário atingem particularmente as raparigas. Isto tem o efeito imediato sobre o nível de taxa líquida de escolarização das raparigas no ensino secundário.

O RGPH 2009, revela que a TLE primária para as meninas é de 58,7% e para os meninos de 59,4%. Esta disparidade aumentou na última década a medida que o nível da educação se aumenta: para ambos os níveis, secundário e superior, da população escolar, as raparigas representam 33,8% contra 65,9% dos rapazes, ou seja, 51 raparigas para cada 100 rapazes. As meninas representaram cerca de 57% de abandonos em 2009 (43,6% para os rapazes). Isto tem um efeito imediato sobre a taxa líquida de escolarização das raparigas ao nível do ensino secundário que não atingiu os 15% em 2010, enquanto que é superior a 23% para os rapazes. Estas disparidades são agravadas pela repetência que continuam a afectar mais as raparigas do que os rapazes. Assim, se a paridade de género no ensino primário é honrosa (0,93), ao nível do ensino secundário ela é de 0,73, mostrando a diferença a eliminar para as raparigas.

No domínio da alfabetização, a população adulta é pouco alfabetizada. Em 2010, a taxa de alfabetização das mulheres de 15 a 24 anos é de 39,9% ao nível nacional, 50,4% em Bissau e apenas 9,7% no meio rural. Isto demonstra a dimensão do desafio para garantir a qualificação dos recursos humanos no País. Além das regiões de Bissau, Bolama-Bijagós e Cacheu, a população pode ser considerada praticamente de analfabetos. De acordo com dados do RGPH de 2009, a taxa de analfabetismo é ainda bastante elevada, atingindo 56%. A taxa de alfabetização na faixa etária de 15 a 24 anos é de 65%.

No que diz respeito a informação, os esforços continuam sendo ainda insuficientes. O acesso à informação mantém-se limitado para as mulheres, devido ao seu baixo nível de alfabetização e de rendimentos, do seu dia-a-dia pesado e sua submissão aos homens. Além disso, poucos temas relativos as desigualdades e inequidades /injustiças do género são objectos de reportagens ou de entrevistas. A presença das mulheres na tomada de decisões dos órgãos de comunicação social, que poderia actuar de forma real neste domínio, continua sendo pouco visível.

No nível secundário, apenas 37% das crianças ascendem à este nível de ensino e 17% o concluem. Em 2010, a taxa líquida de escolarização é de 23,5%. A paridade raparigas/rapazes no ensino primário é honrosa (0,93). Contrariamente, no nível secundário a paridade raparigas/rapazes é de 0,73, mostrando a diferença a compensar pelas raparigas.

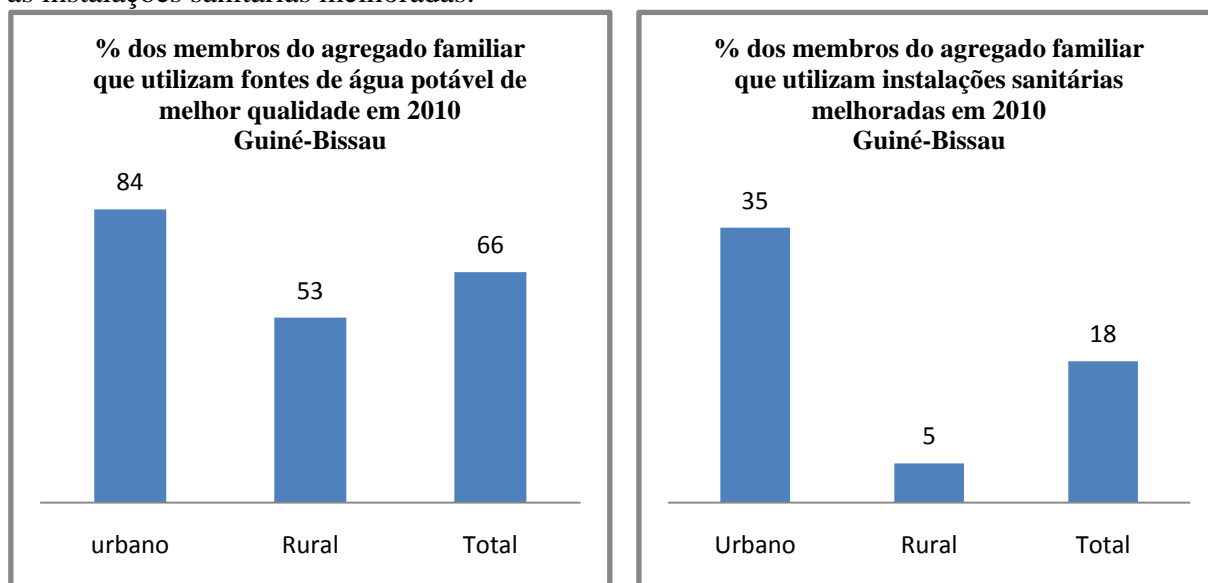
A análise do sistema de ensino mostra que o percurso escolar da criança guineense ainda é difícil, apesar de progressos nos últimos anos. Os principais indicadores do sistema reflectem claramente as situações de repetição sucessiva e abandonos. Estes abandonos são atribuídos aos elevados custos da educação e formação das crianças. Em 2000/2001, a taxa de abandono foi 16,58%, dos quais 17,6% de raparigas.

Em matéria de alfabetização, a população adulta é fracamente alfabetizada. Além do Sector Autónomo de Bissau e das Regiões de Bolama/Bijagós e Cacheu, a população pode ser considerada quase analfabeta. Segundo o 3º Recenseamento Geral da População e Habitação/2009, a taxa de analfabetismo é elevada, 56%. A taxa de alfabetização na faixa etária de 15 aos 24 anos é de 65%.

Água Potável e Saneamento

Em 2010 e segundo o MICS-4/IDS-2010, mais de metade (dois terços) da população da Guiné-Bissau utiliza uma fonte de água melhorada. O fosso entre zonas urbanas e rurais é alto, 53% das famílias que vivem em áreas rurais usam fontes de água melhoradas, enquanto que a percentagem de usuários de fontes de água melhoradas em áreas urbanas é de 84 %.

Os indicadores de saneamento em 2010, segundo o referido Inquérito (MICS) destacam as disparidades em termos de disponibilidade e utilização de infra-estruturas melhoradas entre as áreas urbanas e rurais: 5% dos Agregados Familiares que vivem nas áreas rurais utilizam instalações sanitárias melhoradas, enquanto que, 35% das famílias nas zonas urbanas utilizam as instalações sanitárias melhoradas.



No que concerne a água e saneamento, além da melhoria do nível de disponibilidade das infra-estruturas de base, a questão continua a ser colocada em termos de trabalho para a mulher e a rapariga, das horas de ocupação e da distância a percorrer, particularmente nas zonas rurais. Estas actividades têm um impacto directo sobre a taxa de escolarização das raparigas, a alfabetização de mulheres, seus estados de saúde e capacidade produtiva.

1.3.3 VIH/SIDA : ganhos modestos à consolidar e expandir

A prevalência do VIH/SIDA é estimada em 5,8% em 2009, de acordo com as operações sentinelas. A infecção do VIH/SIDA é caracterizada pela circulação de dois tipos de vírus: VIH-1 e VIH-2 que circulam numa maneira oposta. Consta-se que o vírus do tipo 1 aumenta, enquanto que o do tipo 2 tende a diminuir. As actividades da PTME (PTV) estão estagnadas, mesmo se Os esforços realizados em 2009 ainda não tiveram tempo para dar frutos: 16% das mulheres grávidas fizeram teste de VIH durante as consultas pré-natais em 2008. O número que se manteve inalterável no primeiro semestre de 2009, embora o número de centros de PTME PTV tenha aumentado de 18 em 2008 para 55 em 2009.

Tal como na maioria dos países africanos, assiste-se a uma feminização da epidemia, que atinge principalmente as jovens raparigas da faixa etária entre 15 e 18 anos. Essa feminização da epidemia tem repercussões dramáticas sobre as crianças: aquelas que irão nascer de mães seropositivas (com HIV/SIDA), aquelas que não poderão frequentar a escola devido à

incapacidade da mãe em custear as despesas da sua educação e aqueles que são órfãos, abandonadas aos cuidados de uma avó de envelhecimento.

O MICS-4/IDS-2010 reporta que quase todas as mulheres da Guiné-Bissau já ouviram falar do VIH/SIDA. Todavia, apenas 15% das mulheres jovens de idade compreendida entre 15-24 anos, têm amplos conhecimentos sobre a prevenção do VIH e 43% identificam correctamente as três formas de transmissão da mãe para o filho. Comparado com as mulheres de 15-49 anos, esses indicadores não diferem significativamente.

Em termos de comportamento sexual, o MICS-4/IDS-2010 mostra que 80% das jovens raparigas entre 15-24 anos já tiveram relações sexuais e 39% dessas jovens também tiveram relações sexuais com parceiros ocasionais ao longo dos 12 meses anteriores ao Inquérito. Destes, 47% declararam ter usado preservativo na última relação sexual, muitas vezes devido a recusa do seu parceiro. As ONG's que operam nesta área reconhecem que o uso do preservativo é muitas vezes recusado pelo parceiro masculino, principalmente no contexto conjugal, mesmo sabendo que é seropositivo.

Ao nível dos comportamentos sexuais, o inquérito MICS4/IDSR-2010 indica que 80% das raparigas com a idade de 15-24 anos tiveram já relações sexuais; 39% destas raparigas também já tiveram relações sexuais com parceiros ocasionais nos últimos 12 meses precedentes ao inquérito. Deste número, 47% declararam ter utilizado preservativo na sua última relação sexual.

1.3.4 Direitos Humanos: uma aplicação e um exercício difíceis

A crítica situação dos direitos humanos na Guiné-Bissau, é o reflexo das orientações políticas, sociais, económicas e culturais que o país tem conhecido desde a independência, fazendo com que a Guiné-Bissau faça parte dos países que são obrigados a fazer progressos neste domínio. A Guiné-Bissau ainda não ratificou vários instrumentos e convenções do sistema internacional de promoção e protecção dos direitos humanos, incluindo a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, a Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes e a Convenção para a Protecção das Pessoas com Deficiência, cuja franja a que esta convenção se reporta, representa 13,5% da população guineense (RGPH/2009).

Os principais problemas de direitos humanos na Guiné-Bissau referem-se à incapacidade do Estado em assegurar o cumprimento dos seus compromissos regionais e internacionais. A fragilidade dos sistemas judicial e de segurança favorece todas as práticas sócio-culturais nocivas, em particular, a violência baseada no género e a mutilação genital feminina. O último inquérito de 2010 (MICS-4/IDS) indica que 44,5% das mulheres com idades compreendidas entre 15 e 49 anos foram sujeitas à prática de excisão. Os casamentos precoce e forçado foram também uma das formas mais frequentes de negação dos direitos das mulheres, com uma taxa de 27% a nível nacional para os menores de 18 anos.

O mau funcionamento das instituições judiciais afecta grandemente o acesso à justiça e prejudica a sua credibilidade, abrindo o caminho para o desenvolvimento da justiça privada e os riscos de conflitos sociais. Somado a isso, o tráfico de seres humanos, especialmente mulheres e crianças; a falta de um sistema prisional concebido para a reinserção dos reclusos,

como recomendado pelas normas internacionais; e, de uma maneira geral, a ausência de uma política penal eficaz para pôr fim à impunidade e velar pela segurança dos cidadãos.

No que concerne aos direitos económicos, sociais e culturais, a situação tende a deteriorar. O último Inquérito Ligeira para a Avaliação da Pobreza de 2010 (ILAP II), revelou o agravamento da pobreza comparativamente ao ano 2002 e o aumento do desemprego, confirmando a ineficácia das políticas públicas e medidas tomadas para alcançar a ampliação das oportunidades de geração de rendimentos e extensão direitos económicos. Porém, os progressos realizados nos últimos anos, ainda não começaram a produzir impactos positivos na melhoria das condições de vida das populações.

A instabilidade política que se traduziu sempre nas mudanças de governos e dos titulares de cargos públicos, constitui também um dos principais obstáculos à promoção e protecção dos direitos humanos, contribuindo significativamente para os défices estruturais do país e, à ausência de uma visão da saída da crise estrutural que dura há vários anos.

A questão dos direitos humanos também se deve muito à ausência de disposições constitucionais e de numerosos direitos e liberdades fundamentais que não foram formalmente consagrados na Constituição, nomeadamente o que diz respeito aos direitos económicos, sociais e culturais.

Igualmente, a Assembleia Nacional Popular (ANP) não tem sido capaz de exercer um verdadeiro controlo parlamentar ao governo para consolidar a primazia do direito e responsabilidade política sobre as questões de violações dos direitos humanos, incluindo a ratificação de tratados internacionais, a adopção de mecanismos para lutar contra a impunidade e a legislação proposta contra actos que violem a dignidade humana, tais como o Projeto-Lei contra a mutilação genital feminina (MGF).

Em relação às mulheres, o exercício dos seus direitos é posta em causa devido: a persistência de lacunas jurídicas - as leis sobre o casamento precoce e forçado, a excisão e violências domésticas, o acesso difícil às instancias judiciais, a falta de estruturas de acolhimento e de protecção das mulheres em situação de risco, atitudes e comportamentos estereotipados e a violência. Segundo uma pesquisa realizada em 2010 pelo IMC e Ministério do Interior, foi registado nos últimos cinco anos, um total de 22.598 casos de VBG em todo o território nacional, dos quais as violências físicas e sexuais representam uma média de 40% e 60% dos casos, respectivamente.

Apesar desta situação crítica e de numerosos desafios, o país realizou importantes progressos com a ratificação de certas convenções internacionais. Um grande número de textos internacionais e continentais sobre os direitos da mulher e a preservação da sua integridade física e mental foram ratificadas: CEDAW sobre a eliminação das discriminações contra as mulheres (1979), as Resoluções 1325 (2000) e 1820 referentes a participação das mulheres e sua protecção em situações de conflitos e pós-conflitos e o Protocolo Adicional à Carta Africano dos Direitos do Homem e dos Povos sobre os Direitos da Mulher (Maputo, 2003). No entanto, elas aguardam que sejam traduzidos/traduções em textos/leis nacionais para que possam ser efectivamente aplicadas e beneficiar as mulheres.

Finalmente, é importante assinalar a ausência de um sistema de segurança social para lutar contra a exclusão social e a extrema pobreza. Além disso, o país carece de um sistema de protecção civil para a segurança dos cidadãos e a restauração da defesa civil.

Apesar desta situação crítica e de numerosos desafios a ultrapassar, a Guiné-Bissau realizou importantes progressos com a ratificação de certas convenções internacionais pertinentes. Da mesma forma, nos últimos anos, foram criadas estruturas e mecanismos de coordenação e foi encorajada a promoção e protecção dos direitos humanos com o apoio das organizações internacionais, a saber, o Instituto da Mulher e Criança, a Comissão Nacional de Direitos Humanos, a Comissão Nacional sobre o Tráfico, a Comissão Nacional para o abandono de Práticas Nefastas, entre outros. Em matéria de produção de linhas de base sobre os Direitos Humanos, o país tem melhorado muito o seu desempenho ao longo dos últimos dois anos. A Guiné-Bissau apresentou relatórios periódicos exigidos pelas instâncias internacionais e começou a implementar a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e a Convenção sobre os Direitos da Criança, em Maio de 2010. O governo submeteu um primeiro relatório sobre direitos humanos ao Conselho da Organização das Nações Unidas.

No quadro da Reforma em curso no sector da Justiça, verificou-se uma melhoria significativa, em particular, a reabilitação das prisões de Mansoa e de Bafatá, a aprovação da Lei de Acesso à Justiça, o recrutamento novos guardas prisionais, reforma da legislação, reestruturação e modernização da polícia e da adopção de uma política nacional para o sector da Justiça pelo Governo, em 13 de Janeiro de 2010.

Os principais actores, tais como ONG, na promoção e protecção dos direitos económicos e sociais beneficiam de patrocínios para ajudar o Governo a enfrentar os desafios da realização dos ODM. As Organizações Não-Governamentais nacionais e internacionais desempenham um papel decisivo na criação e desenvolvimento de infra-estruturas básicas nos sectores da saúde, educação, água e saneamento, para maximizar as oportunidades aos pobres de acesso, de acordo com uma abordagem de proximidade e de promoção de igualdade, de equilíbrio regional, da luta contra a exclusão social e da luta contra a pobreza.

Para os próximos anos, as políticas públicas devem centrar-se, por um lado, no desenvolvimento económico para promover os direitos humanos através de melhoria de oportunidades na criação de riquezas e de emprego no país, e por outro lado, na consolidação da primazia do Direito, no aprofundamento de cidadania e na protecção e eficácia dos direitos humanos, incluindo o direito ao desenvolvimento.

O governo, no quadro da criação da plataforma de promoção e observância dos direitos humanos, tem uma compreensão clara da necessidade de em primeiro lugar, modificar os textos regulamentares, as atitudes e práticas, e assumir e respeitar as suas obrigações internacionais na luta contra as desigualdades sociais e redução da pobreza.

1.3.5 Género e Desenvolvimento: Peso dos preconceitos estruturais entre homem e mulher

É muito importante a contribuição das mulheres guineenses nas actividades económicas, em alguns progressos sociais e no equilíbrio da unidade familiar. De acordo com o último censo populacional de 2009, as mulheres da Guiné-Bissau, com um efectivo de 746.404 pessoas, representam 51,5% da população total do País. Sua participação na produção de bens e serviços, nomeadamente ao nível de produção rural familiar e no quadro do sector informal nas zonas rurais e urbanas, o seu contributo essencial na educação das crianças, na saúde dos

membros da família e sua responsabilidade na realização de trabalhos domésticos demonstram o seu importante papel em todos os níveis do território e em todas as áreas de desenvolvimento.

Apesar de diferentes papéis que joga, a mulher continua confrontado à diversos obstáculos em termos de acesso às mesmas oportunidades de empregos, de rendimentos e de recursos. À isso se acrescentam as discriminações de que ela é alvo, devido ao próprio sistema social a que pertence: a mulher é forçada, em todas as circunstâncias, a submeter-se a vontade do homem, dispondo de um espaço diminuto de escolha e de decisão, mesmo quando se trata da sua própria pessoa.

Esta desigualdade estrutural do género e a desigualdade de acesso a certos recursos explicam as condições diferenciadas de vida entre homens e mulheres, tanto a nível da produção, educação, saúde ou de acesso às infra-estruturas sociais e económicas de base. Isto significa que qualquer redução das desigualdades entre o género requer acção sobre essa desigualdade estrutural.

1.4. Desenvolvimento económico e infra-estrutura

1.4.1 Principais constatações e desafios do sector primário

A contribuição do sector primário (agricultura, silvicultura e pesca) para a formação do PIB foi de 62% em 2008. A agricultura, dominada pela cultura de caju, ocupa uma grande parte da população activa e concentra uma grande parte da pobreza rural. Ela ainda é marcada pelos seus métodos agrícolas obsoletos e sujeitos às flutuações dos preços mundiais de castanha de caju.

O sector agrícola é o pilar da economia da Guiné-Bissau, uma fonte de rendimento para 85% da população. Estas potencialidades são largamente sub exploradas, podendo ser uma alavanca para acelerar o crescimento económico da Guiné-Bissau, sobretudo nas regiões do país com terras férteis, chuvas abundantes e biodiversidade muito rica. A agricultura desempenha um papel importante nas contas externas do país, e por isso tem um impacto significativo na estabilidade macro-económica da Guiné-Bissau. As exportações agrícolas representam mais de 98% do total das exportações de bens. Ela é de longe o maior empregador da economia, 65% do emprego total e constitui um factor muito influente no nível da pobreza do país.

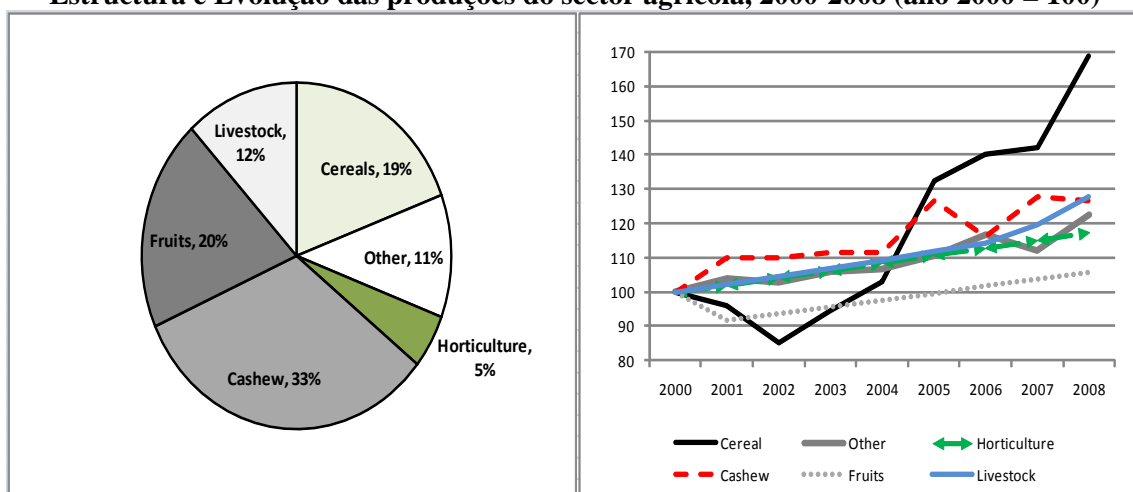
A cultura do arroz é predominante nas culturas alimentares e tem grande importância na segurança alimentar do país. As potencialidades de aumento de rendimentos são portanto, impressionantes e permitiriam multiplicar por quatro a produção do arroz de água-doce (600 kg/ha para 2,5 ton/ha). As dificuldades de gestão da água são agravadas pela fragmentação de parcelas que, normalmente, deveriam favorecer os esforços comunitários da sua gestão. Os obstáculos ao desenvolvimento da fileira do arroz estão ligados, entre outros, ao enclavamento de zonas de produção, à insuficiência de manutenção das obras hidráulicas tradicionais, ao êxodo rural dos jovens, à acidificação e à salinização dos solos. Entre 2000 e 2008, a produção de cereais foi a actividades mais dinâmica, registando o maior aumento seguido da castanha de caju e pecuária.

O caju é o principal produto de exportação do país. O desenvolvimento do seu mercado de exportação constitui um sucesso popular afectando largamente o mundo rural. As exportações

de castanha de caju, com apenas 1.200 toneladas em 1970 conheceu um salto quantitativo, atingindo cerca de 100 000 toneladas em 2005, 135 500 ton. em 2009 e, 122 300 em 2010.

No sub-sector da pecuária, a Guiné-Bissau com um efectivo de 1,3 milhões de cabeças de gado ainda não desempenhou o seu papel na diversificação da economia, na melhoria das receitas de exportações e na redução da pobreza. O sub-sector da pecuária é pouco desenvolvido em termos da valorização dos seus produtos. O país continua a importar carne, leite e derivados. Os principais constrangimentos do sub-setor parece ser a baixa qualidade genética das raças, as doenças animais e as condições da alimentação, assim como, a falta de instalações de tratamento de base, incluindo de leite e carne.

Estrutura e Evolução das produções do sector agrícola, 2000-2008 (ano 2000 = 100)



Fonte : INE e Banco Mundial

No sector das pescas, a Guiné-Bissau dispõe de boas condições naturais para o desenvolvimento dos recursos haliêuticos. A potencialidade da produção de peixes geradas na Zona Económica Exclusiva (ZEE) é estimada em 250.000 toneladas por ano. A Guiné-Bissau não tem grande tradição de pesca, como o Senegal e a Guiné Conakry. Mesmo nas zonas costeiras, como as ilhas Bijagós, as populações locais são geralmente agricultores e a pesca é apenas uma actividade secundária. Isso explica o desenvolvimento da pesca pelos estrangeiros sob diversas formas (artesanal e industrial) constituindo um grave problema de vigilância da costa. Os impactos económicos e financeiros da pesca ainda são baixos. A Guiné-Bissau emitiu licenças de pesca a cerca de 200 embarcações de pesca industrial, por uma duração que varia entre 3 e 12 meses, durante o período 2004 - 2006. O valor total dessas licenças em 2010 é de cerca de 4,2 milhões dólares EUA. Além disso, a União Europeia concede Governo uma compensação anual de cerca de 9,5 milhões dólares EUA para o acesso à pesca. Assim, em 2010 o sector gerou no mínimo, quase USD 14 milhões de receitas para o Governo da Guiné-Bissau, essencialmente, pagos pelas frotas estrangeiras para o acesso à pesca. Ao longo dos anos, este montante tem diminuído (dos acordos anteriores, a UE tinha pago cerca de USD 15 milhões por ano). No entanto, o sector contribui anualmente entre 25 a 40% das receitas públicas. As actividades de transformação são quase inexistentes. Para melhorar a contribuição do sector das pescas na redução da pobreza e na diversificação económica, é necessário agir, sobretudo, nos seguintes factores:

- reestruturação da administração e operacionalização do quadro legal e regulamentar de negócios favorável ao desenvolvimento da pesca industrial e do sistema de comercialização em pequena escala;

- implementação de um sistema de gestão das pescas onde as decisões são tomadas na base do conhecimento do estado de exploração dos recursos haliêuticos e das condições económicas e sociais da pesca, apoiado por um seguimento regular das actividades de pesca e das capturas;
- regulamentação e desenvolvimento dos direitos de pesca industrial;
- promoção de um sistema de vigilância costeira e das actividades ligadas à pesca com um sistema judicial que funciona de forma eficaz.

A instabilidade política e institucional não permitiu, há vários anos, a adopção e implementação de uma estratégia a médio prazo para o sector agrícola e dos programas coerentes e eficazes. A insuficiência do sistema financeiro para fazer face às actividades do sector primário, sobretudo o sector agrícola, e ao estado de degradação das infra-estruturas económicas, especialmente portuárias reduziu a competitividade do sector e, principalmente o caju.

Consciente de todos estes constrangimentos no sector, o Governo elaborou recentemente o Programa Nacional de Investimento Agrícola (PNIA), fixando os objectivos prioritários para os próximos 15 anos. Os Outros sub-sectores (pecuária e pesca), necessitam igualmente de apoios específicos para diversificar as bases produtivas e ajudar o país a sair da monocultura de caju.

A fim de permitir o sector primário desempenhar plenamente o seu papel motor no forte crescimento económico e sua contribuição na redução da pobreza, os investimentos prioritários serão dirigidos para: i) castanha de caju e arroz, ii) pecuária por causa de sua estreita relação com a redução da pobreza e segurança alimentar, iii) manga como um exemplo de uma cultura com forte potencial para a diversificação das exportações, iv) pesca dado o seu potencial, v) desenvolvimento dos serviços financeiros e vi) reforço dos serviços de apoio e aconselhamento em todos os sub-sectores. Além disso, uma atenção especial é dada ao reforço da capacidade produtiva de toda a população rural, incluindo as mulheres.

1.4.2 Nível de desenvolvimento das infra-estruturas

Sector da Energia

A taxa de electrificação é muito baixa, sobretudo nas zonas rurais. No meio urbanas, o acesso à electricidade, marcada pelas cortes frequentes, não é acessível a todas as famílias. A persistência desta crise, traduzida no custo elevado de exploração, perdas importantes (incluindo o roubo de electricidade através de ligações clandestinas), tarifas elevadas aos consumidores, bem como baixa taxa de cobrança das facturas de consumo, reduziu significativamente o desenvolvimento das actividades económicas e a melhoria das condições de vida das populações. Isso representa um custo elevado para o conjunto da economia da Guiné-Bissau, agravando os custos de produção e o padrão de vida das populações.

Além de outras fontes de energia, como o petróleo e as velas, o acesso da população à energia, tanto para a iluminação como para a cozinha, é ainda muito dependente do trabalho realizado pela mulher na recolha de lenha e sua comercialização.

Os principais desafios deste sector são:

- restauração da solvência do sector;

- redução da dependência excessiva dos combustíveis importados, maximizando as oportunidades de produção sub-regional;
- proteção dos investimento privados no sector e mobilização de financiamento para a modernização do sector.
- um melhor conhecimento e consideração de fontes alternativas de energia em termos de fontes de rendimento e de impacto sobre o meio ambiente.

O porto de Bissau

Hoje, o porto de Bissau é o principal porto do país, cobrindo 85% dos fluxos comerciais. Este porto encontra-se num estado de degradação avançado. As tarifas são elevadas em relação à qualidade dos serviços prestados (demora na carga e descarga). As tarifas portuárias são extremamente elevadas. A entidade que gere as operações portuárias, não dispõe de facto de autonomia de gestão e de meios financeiros. Tentativas anteriores para resolver estes problemas falharam. A Autoridade Portuária (APGB), enfrenta enormes desafios operacionais, recursos humanos e financeiros que podem ser resolvidos apenas com um plano de reestruturação e de modernização a médio e longo prazo. O referido plano deve abranger investimentos para a reabilitação das principais infra-estruturas portuárias e as necessidades de aperfeiçoamento dos recursos humanos, assim como, o estatuto jurídico do porto. A médio prazo, o envolvimento do sector privado na gestão do porto será necessário para gerar os investimentos necessários em infra-estrutura e melhorar a gestão das operações portuárias. O governo já elaborou uma estratégia para estabelecimento de uma parceria público-privada, incluindo um modelo financeiro e um processo de licitação para a celebração de um contrato. Este plano permitira a Autoridade Portuária Nacional a conservar o seu papel de regulador, transferindo as tarefas de operações portuárias para uma concessão privada. Esta estratégia de curto prazo deve estabelecer as bases para uma solução a médio e longo prazo, que consiste, entre outros, na criação de um espaço suficiente para armazenamento e manipulação de volumes de mercadorias previstas, incluindo os contentores, mas também de cargas convencionais.

Estradas

Guiné-Bissau tem uma rede viária de 2755 km, dos quais dois terços não são asfaltadas. A rede rodoviária principal está em bom estado, graças a vários projectos realizados nos últimos anos com o apoio dos parceiros de desenvolvimento. Estes projectos intervieram sobretudo no troço Bissau-Ziguinchor no Senegal (incluindo construção de duas pontes em 2004 e 2009), com acesso para Banjul, na Gâmbia. A parte sul do país continua ser de difícil acesso, exigindo um longo desvio.

O maior problema da rede rodoviária é o estado das redes secundárias durante a estação chuvosa. Isto representa uma série de problemas para o escoamento dos produtos agrícolas, designadamente a castanha de caju. A questão da manutenção das estradas é também um dos maiores problemas a resolver nos próximos anos.

A manutenção e o desenvolvimento da rede rodoviária, facilitando a circulação de veículos, mesmo os mais simples, constitui (i) um factor de melhoria das condições de trabalho da mulher, profundamente envolvida no transporte de produtos; e, (ii) a sobrevivência da mulher grávida e da criança, cujo acesso geográfico aos cuidados de saúde de qualidade ainda é um problema, especialmente em determinadas regiões.

1.4.3 Situação do sector privado

O desenvolvimento de um sector privado dinâmico é um elemento-chave na reconstrução da economia de um país. O sector privado desempenha um papel crucial no crescimento económico e na criação de emprego. Como nos outros Estados frágeis, a Guiné-Bissau enfrenta o problema da melhoria do clima de investimentos. A complexidade da regulamentação, agravada pela opacidade dos procedimentos num contexto de fraca capacidade do Estado, cria espaço para a corrupção e enfraquece ainda mais as incitações para simplificar o ambiente regulamentar.

Em números reduzidos e ocupando geralmente postos subalternos, a participação das mulheres nos efectivos ainda é muito limitada. Em 2010, segundo o ILAPII, apenas 3,9% das mulheres em actividade trabalham no sector privado, sendo esta proporção quase três vezes superado pela dos homens (10,4%). O seu nível de educação e formação e a persistência de uma discriminação praticada contra ela em relação à oferta de emprego explicam este estado de factos, que torna, mais difícil o seu acesso à uma determinada actividade ou emprego capaz de gerar rendimentos substanciais.

A Guiné-Bissau necessita de promover o investimento privado, tanto nacional como internacionalmente, e atrair investidores estrangeiros que trazem competências de empreendedorismo e do conhecimento dos mercados. A Guiné-Bissau, com capacidade limitada em matéria de empresas e um sistema financeiro pouco desenvolvido, está a criar condições para o relançamento do sector privado, através da simplificação dos procedimentos para a formalização de empresas, criando a janela única. Em Janeiro de 2010, o Conselho de Ministros aprovou uma declaração destacando a importância de simplificar o ambiente de negócios para promover o desenvolvimento do sector privado. A declaração foi seguida de um processo de consultas e discussões para obtenção do consenso sobre um roteiro visando simplificar as formalidades de registo de uma empresa. Dois decretos do mês de Março de 2010 fixaram bases jurídicas de criação de empresas. O tempo de registo de uma empresa foi reduzido de 213 para 11 dias. Esses esforços resultam de uma liderança forte do Ministério da Economia e da criação de uma pequena equipa interministerial dos departamentos concernentes que continua a trabalhar nas reformas preconizadas. A questão da modernização da administração tributária é também um elemento da reforma do sector privado. Uma das principais prioridades da Guiné-Bissau é restaurar a administração fiscal e o seu bom funcionamento, simplificando e racionalizando o sistema para às PME (mais de 30% das empresas julgam a administração fiscal como um constrangimento na Guiné-Bissau).

Em resumo, os numerosos factores que limitam o desenvolvimento do setor privado, tais como as externalidades negativas e o parasitismo, a falta de financiamento adequado, a falta de formação e a ausência de apoio e aconselhamento às empresas, destacam os desafios a vencer.

1.5.Principais lições do DENARP I

A Guiné-Bissau havia definido, no quadro do DENARP I, objectivos ambiciosos em materia de desenvolvimento económico e social, a saber : i) desenvolver as infra-estruturas de apoio à produção, ii) manter a taxa de crescimento médio anual a, pelo menos 5% durante o período, iii) limitar a taxa de inflação média anual em 3%, iv) reduzir a incidência da pobreza de 68,5% em 2005 para 65,9% em 2008 e 64,1% em 2010, v), alargar e melhorar o acesso à educação tendo em vista a universalização da educação básica, vi) reduzir a taxa de

mortalidade infantil de 122 por mil em 2004 para 104,5 em 2008, vii) reduzir a taxa de mortalidade infantil, viii) reduzir a taxa de mortalidade materna por 100.000 nascidos vivos de 818 em 2004, 800 em 2006 e 752 em 2008.

O Governo reconhece que estes objectivos não foram cumpridos e os resultados são ainda tímidos em algumas áreas, como a aceleração do crescimento económico, a redução da pobreza (vide os resultados do ILAP II/2010) e o desenvolvimento das infra-estruturas económicas.

As razões são múltiplas e de ordem diversa, interna e externa. Estas incluem:

- A fragilidade do país no plano político, institucional e de segurança, em consequência do conflito armado de 1998/1999 e da interferência recorrente das forças armadas na vida política e recentemente, a crescente influência do tráfico internacional de drogas e do crime organizado. Apesar de algumas melhorias registadas nos últimos três anos, a situação permaneceu precária, marcado por frequentes mudanças institucionais e, por vezes trágicos acontecimentos prejudiciais aos direitos do estado e da dinâmica do desenvolvimento.
- As capacidades institucionais e humanas limitadas do país em matéria de planeamento e implementação eficazes das políticas e programas de desenvolvimento.
- As competências limitadas no que diz respeito a tomada em conta da dimensão género na planificação, conduzindo, quanto a esta problemática, a única inclusão no DENARP I, as necessidades práticas das mulheres, ignorando as suas necessidades estratégicas cuja inclusão é, no entanto, indispensável para a melhoria dos indicadores sócio-económicos, tanto no que diz respeito a produtividade, a educação ou a mortalidade e a morbilidade.
- O impacto das crises do petróleo, dos alimentos e económica internacional, agravada pela vulnerabilidade da economia, devido sobretudo a forte dependência de caju. Os impactos destas crises levaram, nomeadamente: i) um aumento substancial nos gastos com as importações (em 2009 o país despendeu aproximadamente 50 milhões de dolares americanos para as importações de produtos alimentares e mais de 30 milhões de dolares americanos em produtos petrolíferos, contra respectivamente, 30 milhões e 22 milhões de dolares americanos em 2007); ii) uma diminuição das receitas de exportação em 10%, apesar de um aumento de 30% no volume de exportação de castanha de caju.
- A fraca capacidade financeira do Estado. Apesar do progresso feito na mobilização de recursos internos, o país continua dependente da ajuda estrangeira para financiar as despesas do Estado, incluindo as despesas do funcionamento em alguns sectores.
- O fardo do serviço da dívida. Volvidos dez anos após a sua ascensão ao ponto de decisão da iniciativa HIPC (desde 2000) o país conseguiu atingir o ponto de conclusão desta iniciativa nos finais de 2010;
- A não tomada em consideração das questões do Género no DENARP I. Com efeito estas questões foram reflectidas somente ao nível do sector da saúde, através da mortalidade materna e ao nível do sector da educação, no que concerne as disparidades do género relativas a escolarização.

De realçar que os esforços do Governo apoiados pelos parceiros de desenvolvimento permitiram registar ganhos nos últimos três anos, dos quais poderiam ser realçados:

- a estabilização do quadro macroeconómico e a implementação de reformas ambiciosas nas áreas da Administração e de gestão das finanças públicas, que facilitou a conclusão,

em 2010, de um novo programa de Facilidade de Crédito Alargado de três anos com o FMI;

- a melhoria dos principais indicadores da educação e da saúde, refletindo os esforços para o desenvolvimento e valorização do capital humano,
- o início de vários projetos com o apoio de parceiros, cujas implementações devem contribuir para a inversão da tendência actual e inscrever o país na via do crescimento económico e acelerar a realização dos ODM.

As principais lições tiradas da implementação do DENARP podem ser resumidas da seguinte maneira:

- **Hipóteses muito optimistas e objectivos demasiado ambiciosos foram retidos.** Uma das hipóteses chave do DENARP para a redução da pobreza consistia na necessidade de se atingir um crescimento económico anual na ordem dos 5%. Estavam igualmente previstos investimentos públicos que deviam representar pelo menos 20% do PIB. Embora tivesse sido sublinhando a dificuldade para se atingir estes resultados num contexto de instabilidade política, o DENARP não previu cenários alternativos e de medidas de contingência em caso de instabilidade política e institucional que afectassem a situação económica. A definição das hipóteses e dos objectivos para o próximo DENARP deverá recair sobre a análise profunda das reais capacidades do país, incluindo as capacidades de absorção da ajuda.
- **Risco subestimado, nomeadamente o tráfico de estupefacientes.** Isto diz respeito a factores - no entanto conhecidos - como as dificuldades financeiras do Estado assim como a vulnerabilidade da economia (a forte dependência de um só produto de exportação, uma economia pouco diversificada, a insegurança alimentar, etc.). Mas são sobretudo os obstáculos ao desenvolvimento causados pelos problemas ligados ao tráfico de estupefacientes e ao crime organizado que não foram especificamente identificados no DENARP. É portanto evidente que no DENARP II, será necessário consagrar uma especial atenção à luta contra o tráfico de estupefacientes e o crime organizado.
- **Prioridades demasiado numerosas e insuficientemente hierarquizadas.** O DENARP identificou muitas prioridades a nível dos sectores ou domínios. Uma hierarquia entre estas diferentes prioridades não está devidamente clarificada. O novo DENARP, procurará melhor definir e hierarquizar estas prioridades.
- **Indicadores dos resultados insuficientemente precisos e mensuráveis.** A elaboração do DENARP não se orientou no princípio da gestão baseada nos resultados. Para o novo DENARP, é necessário definir indicadores pertinentes e facilmente calculáveis nos sectores concernentes dos domínios prioritários.
- **Ausência de inscrição orçamental por objectivos.** O exercício de orçamentação não considerou a integração no OGE das acções previstas no PAP e no PIP. O DENARP ficou desconectado do OGE. A elaboração do Quadro de Despesas de Médio Prazo (QDMP) e dos orçamentos-programa irão naturalmente contribuir para melhorar esta situação.
- **Imprevisibilidade, fraca capacidade de absorção e de coordenação da ajuda.** A imprevisibilidade da ajuda, a multiplicidade de procedimentos, a fraca capacidade de

absorção das ajudas do país, ligada sobretudo à instabilidade institucional, a insuficiência de recursos humanos, a falta de organização e de coordenação bem como a fraca apropriação nacional. Estas, são questões que deverão merecer a atenção do DENARP II.

- **Dificuldades de implementação do mecanismo de seguimento e avaliação (S&A) do DENARP.** A não operacionalização do mecanismo de seguimento-avaliação (S&A) do DENARP, a insuficiência em quantidade e qualidade dos recursos humanos para a produção e a divulgação de informações e de dados necessários ao S&A, ausência de uma coordenação efectiva interministerial e entre o governo e os seus parceiros de desenvolvimento afectaram negativamente o processo de implementação do DENARP.
- **A fraca priorização pelo Governo e os parceiros dos aspectos de crescimento económico e da melhoria das condições de vida das populações.** Atribuiu-se pouca importância aos desafios de promoção do crescimento económico e desenvolvimento dos sectores sociais de base (Eixos 2 e 3 respectivamente). A preferência recaiu sobretudo nas acções que visavam atacar a instabilidade política e o défice de boa governação (Eixo 1).
- A não consideração das diferenças sociais entre homens e mulheres como actores/atrizes e beneficiários de intervenções no âmbito do DENARP I, seja em relação a análise da situação, a precisão de indicadores e de orçamentos a atribuir, tornando-se difícil toda a rentabilização das suas respectivas contribuições e garantia de acesso, a cada um e a cada uma, aos benefícios desta intervenção;
- **Fraca integração das questões transversais.** As questões transversais como o *género*, o VIH/SIDA, a protecção do ambiente, a preparação e resposta às situações de urgência, assim como os problemas ligados à juventude, não foram suficientemente desenvolvidos no DENARP, e não beneficiaram plenamente, no momento da formulação da estratégia, dos apoios técnicos disponíveis.
- A adesão da Guiné-Bissau a iniciativa do programa do comércio integrado (CIR), somente em 2007 e a não disponibilização do EDIC (Estudo do Diagnóstico sobre integração do Comércio) no momento de elaboração do DENARP I.
- Fraca prioridade aos aspectos favoráveis ao crescimento económico, nomeadamente as questões comerciais (diversificação das exportações).
- **Défice de apropriação nacional.** É preciso admitir que, efectivamente, o grau de apropriação nacional do DENARP e do seu conteúdo tem sido insuficiente. No entanto, na condução dos assuntos do Estado e nas diversas declarações de muitos responsáveis nacionais, não têm sido feitas referências ao DENARP e ao seu conteúdo. Geralmente, existem poucos canais para os mais diversos assuntos da vida nacional ou espaços de diálogo e de divulgação da informação, incluindo não somente a classe política e militar, mas também a sociedade civil, o poder local, os chefes religiosos, os meios de comunicação social, etc.

O DENARP II tomará em conta todas estas lições pelo menos em sete pontos:

- tomada em consideração dos engajamentos do país, tanto a nível internacional como continental nas escolhas estratégicas para a redução da pobreza e reforço da paz e da segurança e melhoria da qualidade dos serviços sociais de base, nomeadamente: ODM, a CEDAW, Protocolo Adicional sobre os Direitos da Mulher da CADHP e Plano de Acção para a saúde e os direitos no domínio sexual e de reprodução;
- relançamento do crescimento económico pró-pobres e diversificação das bases produtivas através de uma combinação das acções visando os sectores de agricultura, pecuária, pesca e o desenvolvimento das actividades de transformação e de comercialização;
- melhoria da governação nacional e local no quadro da estratégia nacional da consolidação da paz e o desenvolvimento económico;
- focalização sectorial e geográfico das acções a nível dos principais eixos do DENARP; As lições apreendidas durante a implementação do DENARP;
- Redução das disparidades entre homens e mulheres e eliminação das discriminações e das inequidades em relação às mulheres
- forte interligação entre as prioridades do DENARP II e o OGE, através dos QDMP e dos orçamentos-programa nos sectores mais estratégicos (agricultura e sectores sociais);
- dinamização do mecanismo de S&A integrante (isto é, capaz de fornecer informações de forma desagregada a nível sectorial, geográfico, de género, etc.) e eficaz (isto é, de fácil utilização e harmonizado).

1.6 Análise da pobreza e das tendências dos ODM

1.6.1 Perfil da pobreza monetária

A taxa de pobreza absoluta (rendimento inferior a USD 2 por dia) e da extrema (rendimento inferior a USD 1 por dia), segundo os resultados do Inquérito Ligeiro para a Avaliação da Pobreza (ILAP) 2002, situam em 64,7% e 20,8% da população da Guiné-Bissau como pobres e muito pobres respectivamente. Tanto a pobreza absoluta como a extrema revelam mais profunda no interior do país do que em Bissau. As diferenças entre a capital e o resto do país, no entanto, são muito maiores para a pobreza absoluta do que a pobreza extrema. A profundidade da pobreza avaliada na base da extrema pobreza, é de respectivamente 19,8% para Bissau e 26,4% para outras regiões.

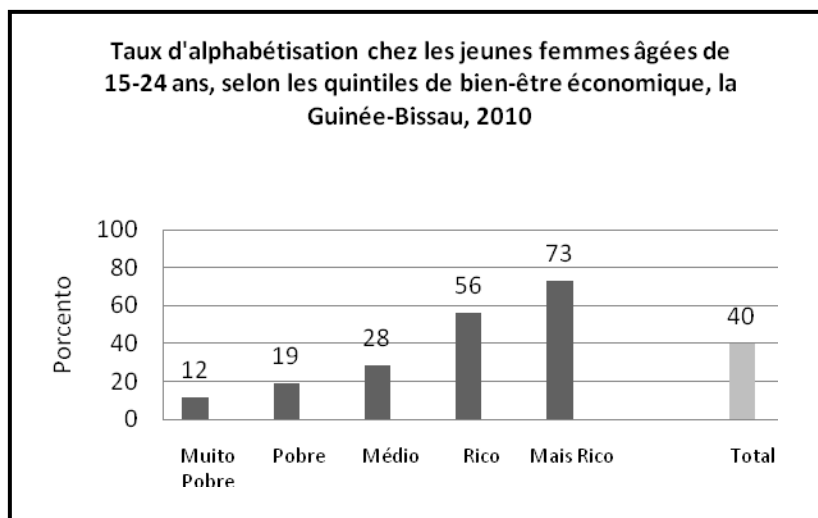
A avaliação da pobreza feita em 2002 revela que os pobres na Guiné-Bissau são na sua maioria jovens (80% entre 15 e 35 anos), os idosos representam 6,5% da população. A análise de género mostra que a pobreza afecta mais as mulheres que os homens. A probabilidade de ser pobre é também em função do meio de residência, as pessoas que vivem fora de Bissau estão mais exposta a pobreza. Esta probabilidade cresce em função do tamanho do agregado familiar. No entanto, o risco de ser pobre diminui para as famílias onde o chefe é escolarizado; um nível secundário de educação o confere uma chance de escapar a este fenómeno.

A pobreza agravou entre 2002 e 2010. O ILAP 2 indica que 69,3% dos Guineenses são pobres e 33% são extremamente pobres, ou seja 5 e 13 pontos percentuais, respectivamente a mais que em 2002. Isto mostra claramente a aceleração da pobreza extrema. A pobreza em Bissau é constante (51%), enquanto que ela se agravou nas outras regiões, sendo 3 sobre 4 afectadas, contra 7 em cada 10 pessoas atingidas em 2002. As regiões mais afectadas em 2010 são

principalmente Oio, Bafatá Tombali / Quinara e Gabu. A pobreza extrema afecta sobretudo Oio, Cacheu, Bafata Tombali e Quinara. A discriminação entre homens e mulheres é pouco significativa tanto para a pobreza absoluta e extrema. A pobreza generalizada tem um impacto directo sobre a situação das crianças. De facto, em 2010, para o conjunto do país, 57% das crianças de 5-14 anos trabalham, com uma forte proporção nas zonas rurais (65%) do que no meio urbano (45 %).

A aceleração da pobreza atingiu tanto a população feminina como a masculina sendo as mulheres mais pobres do que os homens. Os agregados familiares chefiados por uma mulher são mais pobres em Bissau do que nas regiões. No que concerne a pobreza absoluta (2\$US/dia/pessoa), a proporção é de, respectivamente, 56,3% e 70% em Bissau e nas regiões, para as mulheres chefes de agregados, e de 48,8 e 76,5 para homens. Em relação a extrema pobreza (1\$US), a proporção é respectivamente, para as mulheres chefes de agregados, de 15,5% e 38,7%, sendo para homens chefes de agregados, de 12,2% e 40,0%.⁵

Os determinantes da pobreza em 2010 foram os mesmos observados em 2002. O nível de pobreza diminuiu com o nível de escolaridade do chefe da família. Os Chefes de agregados que tenham uma educação secundária e superior são menos pobres do que aqueles com menos escolaridade. Em 2010 (MICS-4/IDS), entre as mulheres nos agregados mais pobres, apenas 12% são alfabetizadas, com o aumento da taxa de alfabetização, aumenta o poder económico e, para as mulheres que vivem nos agregados familiares com maior poder económico, esta taxa atinge os 73%.



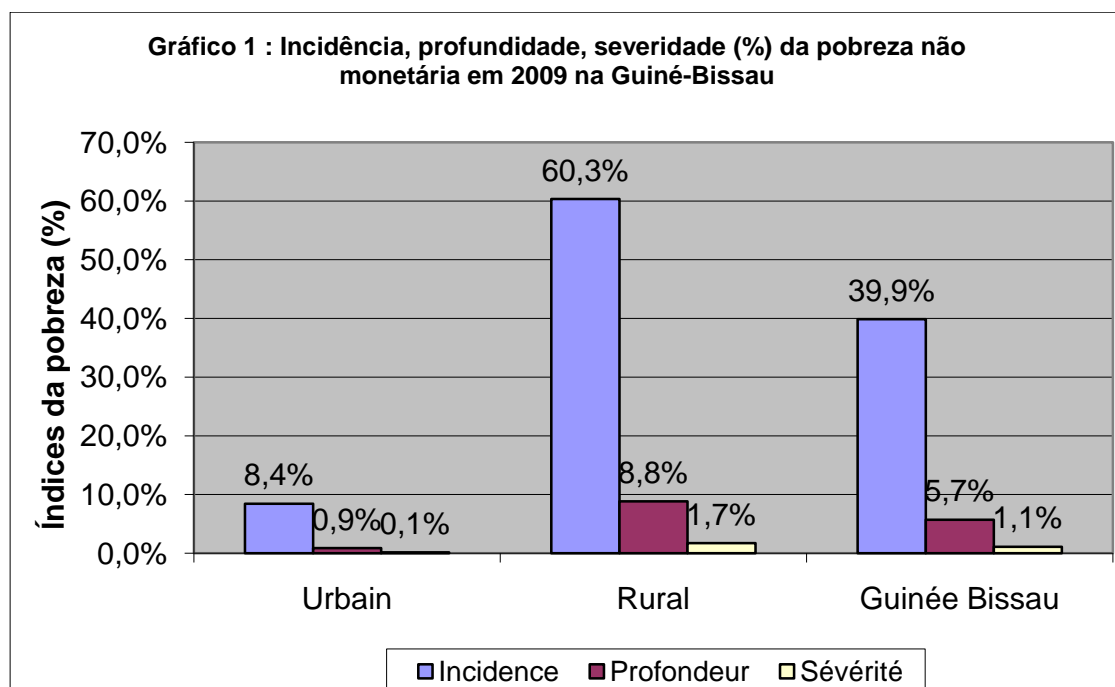
1.6.2 Perfil da pobreza não-monetária

Na sequência dos resultados do Recenseamento Geral da População e Habitação da Guiné-Bissau em 2009, um estudo sobre o perfil da pobreza não monetária foi realizado em 2010. Este estudo analisou as relações entre a pobreza e as características sócio-demográficas. Assim, segundo os resultados do RGPH 2009, a pobreza não monetária atinge 40% da população da Guiné-Bissau. Segundo o meio de residência, a pobreza não monetária afecta

⁵ Fonte: Momar Ballé SYLLA, Consultante do Banco Mundial : avaliação da pobreza, Bissau, Dezembro 2010, p.20/22

60,3% da população rural e 8,4% da população urbana⁶. A profundidade da pobreza (diferença média, em% em relação à linha de pobreza) é de 5,7% a nível nacional, 8,8% no meio rural e 0,9% no meio urbano. Esta fraqueza relativa da profundidade da pobreza reflecte uma relativa proximidade de uma grande parte dos pobres a linha da pobreza. Este resultado indica que, ainda que os ganhos sejam limitados para a melhoria das condições de habitação, saneamento, acesso à água potável e posse de bens duradouros, podem resultar em mudanças significativas na incidência da pobreza.

A pobreza não monetária é predominantemente rural, em termos de profundidade, incidência e severidade. No plano espacial, os índices de pobreza são mais elevados no meio rural; a incidência de pobreza mais elevada é observada em Tombali com 68,9% da população afectada pela pobreza não monetária. A menor incidência de pobreza não monetária é observado no Sector Autónomo de Bissau (SAB), com apenas 2,6% da população afectada. O facto de o SAB ser completamente urbano e mais dotado de bens e infra-estrutura duráveis explica a fraca incidência nesta área. Nas outras regiões que comporta a uma componente rural, a incidência da pobreza é mais elevada (37,2% em Bafata e 68,2% em Oio). A incidência da pobreza é caracterizada por grandes disparidades entre as regiões. Em termos de profundidade e gravidade, a região de Bolama Bijagos situa no primeiro lugar, com respectivamente 12,9% e 3%. Contrariamente, para o SAB esses índices são mais fracos (-3%). As cinco regiões que mais contribuem na pobreza não monetária são: Oio (25,4% da pobreza nacional), Cacheu (16,2%), Gabu (13,9%), Bafatá (12,9%) e Tombali (10,9%), totalizando 79,3% da pobreza nacional. O que é notável, é que as regiões de Gabu e Bafatá, que tinha a incidência da pobreza mais baixa, mas que se encontram com elevadas contribuições para a pobreza nacional, devido ao seu peso demográfico importante, traduzido num efectivo importante de pobres.



Fonte: Análise da pobreza não monetária, MEPIR/PNUD- Fev-2011

⁶ O indicador de Bem-Estar foi apurado a partir dos indicadores de habitação, saneamento e acesso a água potável e posse de bens duráveis.

Tabela 3: Incidência, Profundidade e severidade da pobreza (%) em Guiné-Bissau

	Incidência	Profundidade	Severidade
Urbano	8,4	0,9	0,1
Rural	60,3	8,8	1,7
Guiné- Bissau	39,9	5,7	1,1

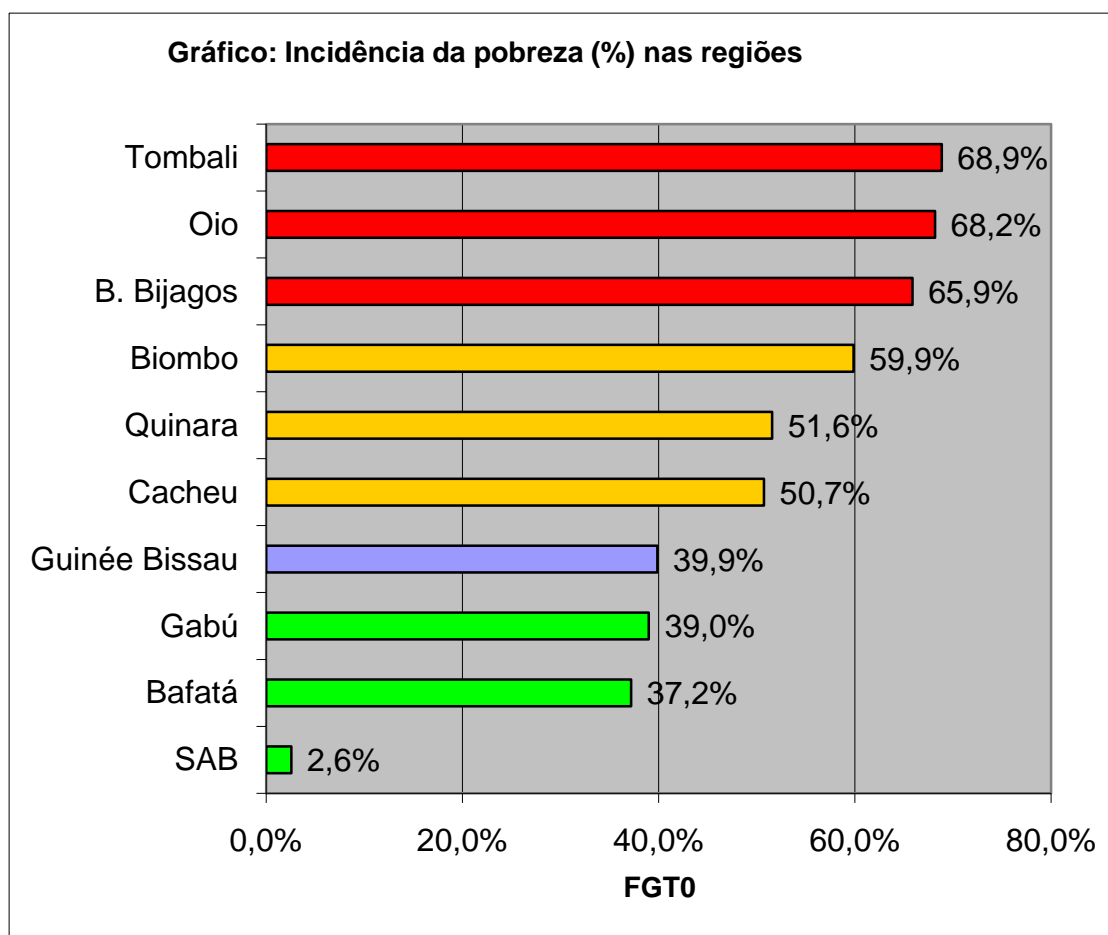
Fonte: Análise da pobreza não -monetária, Ministério da Económia, do Plano e Integração Regional/PNUD Fevereiro 2011

Tabela 4: Incidência, Profundidade e severidade da pobreza (%) nas regiões da Guiné-Bissau.

Regiões	Incidência			Profundidade			Severidade		
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
Tombali	41,3	73,4	68,9	3,9	11,3	10,2	0,5	2,2	2,0
Quinara	12,8	61,5	51,6	1,2	9,6	7,9	0,2	1,9	1,6
Oio	24,8	76,0	68,2	2,3	11,8	10,3	0,3	2,3	2,0
Biombo	43,9	62,0	59,9	6,1	9,9	9,5	1,2	2,0	1,9
B. Bijagós	18,9	84,0	65,9	1,7	17,3	12,9	0,2	4,0	3,0
Bafatá	13,6	42,8	37,2	1,4	5,1	4,4	0,2	0,9	0,7
Gabú	12,6	47,8	39,0	1,2	6,1	4,9	0,2	1,1	0,8
Cacheu	13,2	61,1	50,7	1,2	8,7	7,1	0,2	1,7	1,4
SAB	2,6	,	2,6	0,3	,	0,3	0,0	,	0,0
Guiné- Bissau	8,4	60,3	39,9	0,9	8,8	5,7	0,1	1,7	1,1

Fonte: Análise da pobreza não-monetária, Ministério da Economia, do Plano e da Integração Regional/PNUD Fevereiro 2011

Três grupos de regiões podem ser distinguidas, a saber: (1) as regiões de Tombali, Oio e Bolama Bijagos que são mais afectadas pela pobreza com uma incidência superior a 60%; (2) as regiões de Biombio, Quinara e Cacheu, com a incidências de pobreza não monetária entre 50 e 60% e, finalmente; e, (3) as regiões de Gabu, Bafatá e SAB, que registam incidências inferior a média nacional, 39,9%.



Uma análise mais detalhada das componentes da pobreza não monetária e alguns dados do ILAP II permitem destacar que:

- Os principais domínios em que o bem-estar é deficitário são os seguintes: i) pavimento, parede e cobertura duráveis; ii) acesso à água potável e às instalações sanitárias (casa de banho, latrina) modernas, iii) acesso aos serviços de saneamento e iv) acesso às principais fontes de energia (petróleo, gás, etc.). Essas características são mais acentuadas nas áreas urbanas para os problemas ligados à iluminação, saneamento básico, água potável e natureza durável e moderna das habitações. No meio rural os défices foram observados, principalmente no tipo de habitação precária, água potável e saneamento;
- Os centros de saúde e escolas são os serviços públicos mais distantes dos pobres: 61,5% e 74,6% das famílias pobres estão localizadas mais de uma hora, respectivamente, de um centro de saúde e de uma escola;
- Cerca de um quarto (24%) das famílias pobres levam entre 15 minutos e uma hora de tempo para ter acesso à água potável e 23% dos alunos de famílias pobres percorrem, pelo menos, uma hora para chegar à sua escola.

A análise dos determinantes da pobreza não monetária mostra que diversas variáveis relativas aos ODM contribuem para reduzir a probabilidade de ser pobre não monetário. Na verdade, "ser pobre monetário extrema" predispõe à "ser pobre não monetária". Contrariamente, estando localizado a 30 minutos de uma escola primária, os níveis de ensino primário,

secundário e superior do Chefe do Agregado Familiar, o número de mulheres de 15 a 24 anos alfabetizadas, estando localizado a menos de 30 minutos de um centro de saúde, são as variáveis que contribuem para reduzir significativamente a probabilidade de um Agregado Familiar estar em situação de pobreza não-monetária.

Neste quadro e com base nas desigualdades do género e da realização dos OMD, uma variável suplementar importante é introduzida na presente estratégia: “ numero de mulheres com mais de 15 anos com acesso aos factores de produção no âmbito das suas actividades económicas”

O nível de qualificação profissional ajuda muito para a saída da pobreza não monetária. Na verdade, a agricultura fortemente dominada pela mão-de-obra não qualificada é um ramo de actividade que concentra 75% das famílias pobres e dos indivíduos pobres não-monetários; os outros ramos traduzem os riscos mais baixos da pobreza. Os ramos "comércio", "serviços", "transporte" e "construção" oferecem as melhores oportunidades de sair da situação da pobreza não monetária.

As dimensões do bem-estar em que um segmento teria efeitos benéficos na redução da pobreza não-monetária são principalmente: (1) acesso aos materiais duráveis e modernos para pavimento parede e cobertura da habitação, (3) acesso à água potável (3), acesso aos serviços de saneamento (4), acesso a gás, petróleo, electricidade, (5) acesso a alguns bens duráveis, como televisor, gerador, telefone celular e viatura.

Tendo em conta os efeitos marginais, as medidas de políticas sociais mais eficazes no âmbito dos ODM para a redução da pobreza não-monetária são os seguintes: (1) alcance do nível do ensino secundário com uma diminuição da probabilidade de ser pobre não-monetária de 0,10; (2) alcance do nível do ensino superior com uma diminuição da probabilidade de 0,099; (3) saída da pobreza monetária extrema, com uma diminuição da probabilidade de 0,092; (4) alfabetização de uma mulher de 15 a 24 anos com uma diminuição da probabilidade de 0,052; (5) localização de um centro de saúde a um raio de menos de 30 minutos com uma diminuição da probabilidade de 0,046 (6), conclusão do nível primário por um chefe de família com uma diminuição da probabilidade de 0,038, (7) localização numa escola primária a um raio de menos de 30 minutos com uma diminuição da probabilidade de 0,028.

As políticas resultantes dos efeitos marginais devem ser visadas em primeiro lugar. Um dos principais desafios seria beneficiar os investimentos no ciclo secundário, no quadro da realização do 2º Objectivo de Desenvolvimento do Milénio que aumenta muito a oportunidade de saída da pobreza não-monetária.

As regiões oferecem oportunidades muito desiguais para sair da pobreza não-monetária. Comparada com a Região de Tombali (...), a menor probabilidade de ser pobre não-monetária é: -0,444 para o SAB, Gabú -0,112, Bafatá -0,109, Cacheu -0,108, Quinara -0,075 e Oio -0,059. Estando em Biombo ou Boloma/Bijagós não confere oportunidades estatisticamente melhores em relação a Tombali. Estes resultados confirmam a necessidade de dar maior atenção à redução das desigualdades regionais, sob pena de aumentar eventualmente as migrações internas em direcção às regiões com forte potencial de redução dos riscos de ser pobre.

1.6.3 Situação e tendência dos ODM

O governo iniciou em Janeiro de 2011, uma reflexão sobre os ganhos imediatos a realizar para reduzir as diferenças em termos de alcance dos ODM em 2015 e 2020. Um exercício nacional de avaliação dos custos dos ODM foi feito para cobrir os seguintes sectores: 1) educação, 2) saúde, 3) agricultura, 4) energia e 5) infra-estruturas. Os resultados deste exercício revelaram o esforço financeiro necessário para atingir os ODM. Na realidade, são precisos 210 dólares per-capita por ano, ou seja, três vezes mais que montante gasto em 2008, para implementar todas as actividades sectoriais dos ODM. No que diz respeito ao alcance do OMD 3 que recai sobre o genero, que é de suma importância na redução da pobreza, o país ganharia em termos de eficácia da sua acção, ao inclui-lo no exercício de identificação das necessidades e custos para o alcance dos ODM e lhe acordando uma atenção especial na alocação de recursos no âmbito da implementação do DENARPII.

Isso vai exigir do Estado, por um lado, um esforço eficiente nas despesas públicas e uma melhoria das receitas próprias do Orçamento do Estado e, por outro lado, uma forte advocacia para mobilizar recursos adicionais. A Ajuda Pública ao Desenvolvimento deverá visar sectores específicos e remediar estrangulamentos que impedem o crescimento e a transformação estrutural para obtenção de ganhos imediatos.

A aceleração do processo de realização dos ODM só será eficaz se as políticas sectoriais são claramente definidas, bem focalizadas e articuladas a um sistema de programação eficiente. As mesmas são também tributárias do engajamento efectivo do sector privado, das autoridades locais e dos parceiros técnico-financeiros (PTF).

As condições necessárias para garantir um salto qualitativo dos sectores-chaves visados pelos ODM são: i) políticas e programas sectoriais coerentes e suficientemente coordenados, (ii) sistema de alocação de recursos orçamentais baseado nos ODM, (iii) colectividades locais e comunidades de base melhor responsabilizadas na previsão, fornecimento e na gestão de determinadas infra-estruturas básicas, (iv) capacidades institucionais e humanas melhor preparadas para a implementação e seguimento das políticas sectoriais e, (v) sociedade civil mais envolvida em todas as etapas dos ODM.

A análise de diagnósticos de certos sectores para a aceleração da realização dos ODM permitiu destacar os atrasos verificados no cumprimento das metas visadas. Os domínios concernentes são: alfabetização, educação, saúde, água e saneamento.

Educação

Para atingir o objectivo 2 através das metas 3 e 4, são previstas as seguintes intervenções:

- matrícula massiva de crianças no primeiro ano do ensino primário;
- construção de salas de aula e respectivos equipamentos para receber este fluxo de alunos;
- recrutamento de professores em quantidade e qualidade para o enquadramento dos alunos;
- formação e reciclagem dos professores e formadores;
- outras medidas de acompanhamento para manter os alunos no sistema escolar até ao final da sua escolaridade.

O Governo compromete-se a:

- Reduzir a taxa de repetência de 10% até 2015;
- reduzir as multi-classes de 71% para 25% em 2015;
- reduzir o rácio aluno / professor de 48 para 44 em 2015;
- atingir 100% a taxa de conclusão primária;
- atingir 10% de matrículas na pré-escolar;
- Construir o máximo de infra-estruturas escolares.

Os primeiros resultados da avaliação dos custos para a educação mostram que serão necessários em médias por ano cerca de US \$ 42 milhões, no nível primário para enfrentar o desafio da meta 3, relativa a escolarização primária universal. Isto exigirá uma matrícula massiva de alunos no primeiro ano de estudo, ou seja, cerca de 70.000 crianças por ano. E, 1500 Professores em média por ano, e a construção de cerca de 800 novas salas de aula, em média, por ano.

Saúde

O segundo Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário (PNDS), cobrindo o Período de 2008 a 2017, reflecte os compromissos dos ODM e tem em conta a problemática de redução da Pobreza. Os Programas Nacionais de Saúde São:

- Programa Nacional de Luta contra o Paludismo (PNLP);
- Programa Nacional de Luta Contra a SIDA (PNLS);
- Programa Nacional de Saúde Visual
- Programa Nacional de Luta Contra Lepra e Tuberculose;
- Programa Alargado de Vacinação (PAV);
- Programa Nacional de Saúde Familiar.

Três ODM concernem ao sector de Saúde. Tratam-se de: i) reduzir a mortalidade infantil; ii) melhorar a Saúde Materna; e, finalmente iii) combater o paludismo, VIH/SIDA e outras doenças graves.

Os investimentos realizados no sector da Saúde desde a Independência, permitiram criar um conjunto de infra-estruturas e de recursos humanos relativamente importantes, que necessitam porém, de reabilitação devido às múltiplas crises que o país conheceu.

Em matéria de saúde materna e infantil, a redução da mortalidade observada entre 1990 e 1995 é de 3% em 5 anos, ou seja, 0,6% ao ano. Ela passou para 6% entre 1995-2000 e 2000-2005, ou seja, 1,2% por ano durante dez anos. Durante este período, o país conheceu uma acalmia relativa no plano sócio-político. Mas, infelizmente, esta redução voltou a cair para 3% entre 2005-2007, em três anos, ou seja, uma média de 1% ao ano. O ritmo de redução observada até 2007 foi extremamente lento, condicionando a realização do 4º ODM em 2015.

Para atingir este Objectivo, será necessário a implementação de um roteiro da redução da mortalidade materna e infantil e medidas identificadas no Plano Operacional para a passagem à escala das intervenções de alto impacto sobre a mortalidade infanto-juvenil na Guiné-Bissau de Abril de 2010.

Os objectivos fixados para alcançar os ODM são:

- aumentar a proporção da população sexualmente activa que conhece o seu estado serológico de 2 a 6% em 2015;
- garantir o Pacote de Prevenção Integrada de Transmissão vertical entre 15 e 32% entre as mulheres grávidas durante as Consultas Pré-natais (CPN);
- garantir a 100% as condições de segurança na transfusão sanguíneo, segundo as normas até 2015;
- garantir o acesso ao tratamento anti-retrovirais e de infecções oportunistas entre 8 e 43% das pessoas vivendo com o VIH (PVVIH) até 2015;

A implementação deste Programa necessita das intervenções seguintes:

- Comunicação para a mudança de comportamento no seio dos grupos vulneráveis;
- Implementação do Plano de Extensão de CDV (Centro de Despistagem Voluntário);
- Implementação do Programa Integrado de PTME;
- promoção das actividades de comunicação para a mudança dirigidas aos dadores de sangue;
- consolidação de serviços de ofertas para os centros de tratamento anti-retrovirais.

Os primeiros cálculos permitiram estimar os meios necessários para que a Guiné-Bissau alcance os ODM no sector da saúde até 2015, que são de, aproximadamente, 409 milhões de dólares EUA, ou seja, 40,62 dólares per-capita por ano. A saúde infantil e o VIH/SIDA constituem a primeira prioridade com 44% dos custos directos, seguida da saúde materna, com 6%, o paludismo, 5%, a tuberculose, menos de 1%.

II. Orientações e eixos estratégicos do DENARP II

2.1 Principais lições do DENARP I

Através o DENARP I, a Guiné-Bissau fixou objectivos ambiciosas em materia de desenvolvimento económico e social. Nomeadamente entre outros: i) desenvolvimento de infra-estruturas de apoio à produção, ii) realizar a taxa média anual de crescimento de pelo menos 5% durante o período, iii) limitar a taxa de inflação média anual à 3%, iv) reduzir a incidência de pobreza de 68,5% em 2005 para 65,9% em 2008 e 64,1% em 2010, v), assegurar a expansão e a melhoria de acesso à Educação para a universalização do ensino de base, vi) reduzir a taxa de mortalidade infantil de 122 por mil em 2004 para 104,5 em 2008, vii) reduzir a mortalidade infanto-juvenil viii) reduzir a mortalidade materna por 100.000 nascidos vivos a partir de 818 em 2004, 800 em 2006 e 752 em 2008, etc.

O Governo reconhece que estes objectivos não têm sido alcançados. Em vez disso, os resultados ainda são mitigados em algumas áreas, como o crescimento económico acelerado, redução da pobreza (ver resultados ILAP II/2010) e o desenvolvimento de infra-estruturas económicas. As razões são inúmeras e de ordem interna e externa. Estas incluem:

- fragilidade do país no plano político, institucional e de segurança, como resultado do conflito armado em 1998/1999 e interferência militar recorrente na vida política, mas também a crescente influência do tráfico internacional de drogas e o crime organizado. Apesar de algumas melhorias registadas nos últimos três anos, o clima permanece precário, não obstante

as freqüentes mudanças institucionais e, por vezes trágicos acontecimentos prejudiciais aos direitos do Estado e da dinâmica do desenvolvimento;

- capacidade institucional e de recursos humanos limitados dos países na planificação e execução eficazes das políticas e programas de desenvolvimento;

- competências limitadas em materia do género na planificação, conduziram a uma consideração incompleta do problema das mulheres no DENARP I, isto é, as necessidades práticas das mulheres, ignorando suas necessidades estratégicas cuja inclusão é indispensável para a melhoria dos indicadores sócio-econômicos, seja a produtividade, a educação ou a mortalidade e a morbidade.

- consequências da crise do petróleo, alimentar e econômica internacional, agravada pela vulnerabilidade da economia, devido à sua forte dependência de caju. O impacto destas crises levaram, nomeadamente: i) um aumento substancial nos gastos com as importações (em 2009 o país gastou aproximadamente USD 50 milhões para as importações de alimentos e mais de 30 milhões nos produtos petrolíferos, contra, respectivamente, 30 milhões e 22 milhões em 2007), ii) diminuição das receitas de exportação de 10%, apesar do aumento de 30% no volume de exportação de castanha de caju;

- fraca capacidade financeira do Estado. Apesar do pequeno progresso feito na mobilização de recursos internos, o país continua dependente da ajuda externa para financiar as despesas do Estado, incluindo as despesas de funcionamento;

- peso do serviço da dívida. Dez anos depois de sua ascensão ao ponto de decisão no âmbito da iniciativa HIPC (desde 2000), o país conseguiu atingir o ponto de conclusão desta iniciativa no final de 2010;

Os esforços do governo apoiados por parceiros de desenvolvimento permitiram registar certos ganhos nos últimos três (3) anos. Entre essas conquistas podem incluir-se:

- estabilização do quadro macroeconómico e a implementação de reformas ambiciosas nas áreas de gestão das finanças públicas e da administração pública que rendeu ao país a conclusão em 2010, de um novo programa de três anos com o FMI;

- Melhoria dos principais indicadores de educação e saúde, traduzindo assim os esforços para o desenvolvimento e valorização do capital humano,

- O início de diversos projectos com o apoio de parceiros, cuja implementação poderá contribuir para reverter a tendência atual e levar o país para o crescimento económico e a realização dos ODM;

- Em relação a gestão das finanças públicas, a nova nomenclatura harmonizada com as directivas de UEMOA foi finalizada, traduzida em Português, adoptada pelo Conselho de Ministros (Agosto 2008) e divulgada através de seminários de formação e sensibilização.

Desde março de 2008, o Ministério das Finanças abriu um departamento informático que permitiu uma melhor gestão orçamental. Este foi realmente informatizada através de um sistema integrado de gestão de finanças públicas (SIGFIP). A implementação de SIGFIP também contribuiu em parte para resolver o problema de tratamento de boletins de pagamento dos funcionarios da função Pública e a produção a partir de 2009, de relatórios trimestrais

sobre a execução do orçamento do Estado. É de notar no que concerne as despesas, os esforços do governo para melhorar o sistema de passagem de mercados para a aquisição de bens e serviços através da implementação de um plano de procuração em cinco Ministerios (Educação, Saúde, Finanças, Agricultura e Infra-estrutura). Além disso, o governo reduziu consideravelmente a compensação, assim como o pagamento dos atrasados, especialmente vis-à-vis os fornecedores. Na área da receita, esta foi centralizada ao nível do Tesouro Público, através da criação de uma conta única no BCEAO.

- Em termos de gestão macroeconômica, a direcção da Conjuntura e da Previsão do Ministério das Finanças beneficiou da assistência técnica e de acções de formação para a elaborações de notas de conjuntura e do quadro das operações financeiras de Estado (TOFE). Os esforços têm sido feitos para melhorar a consideração do DENARP no orçamento do Estado para a implementação do quadro de despesas a médio prazo, mas os resultados nesta área não são prováveis. Quanto à gestão da dívida pública, uma comissão de acompanhamento da dívida foi estabelecida com a realização de auditorias da dívida interna. Por outro lado, a instalação de um sistema de gestão da dívida externa (SYGADE) foi lançado em 2010.

As principais lições aprendidas com a implementação do DENARP em 2007 e 2008 podem ser resumidas nos seguintes pontos:

- As hipóteses muito optimistas e objetivos muito ambiciosos foram considerados. Uma das hipóteses chaves do DENARP para a redução da pobreza era alcançar um crescimento económico anual, cerca de 5%. Foram também planificados investimentos públicos que representem pelo menos 20% do PIB. Embora ele ressaltou a dificuldade de se conseguir estes resultados num contexto de instabilidade política, DENARP não tinha definido cenário alternativo e as medidas de contingência em caso de instabilidade política e institucional que afectam a situação económica. A definição de hipóteses e objetivos deve ser baseada em uma análise mais aprofundada das reais capacidades dos países, incluindo a capacidade de absorção da ajuda.
- Risco subestimado, especialmente o tráfico de drogas. Isto aplica-se a fatores - ainda conhecidas - como as dificuldades financeiras do Estado e da vulnerabilidade da economia (alta dependência a um só produto para exportação, a economia pouco diversificada, a insegurança alimentar, etc) .. Mas é sobretudo os constrangimentos ao desenvolvimento causados por problemas relacionados com o tráfico de drogas e o crime organizado, que não foram especificamente identificadas no DENARP I. É óbvio, portanto, que no DENARP II, deve considerar uma atenção especial luta contra o narcotráfico de estupefaciente e o crime organizado.
- muitas prioridades insuficientemente hierarchizadas. O DENARP inclui muitas "prioridades" em termos de sectores ou sub-sectores ". A hierarquia entre essas prioridades diferentes, não é óbvia. O novo DENARP, devera melhor definir e priorizar essas prioridades.
- indicadores de resultados insuficientemente precisos e mesuráveis. A elaboração DENARP I não tomou em conta o principio de gestão baseado em resultados. Para o DENARP II deverá definir indicadores adequados e facilmente calculáveis em setores relevantes e de domínios prioritarios.
- ausencia de orçamento por objectivos. O exercício orçamental, não favorece a inclusão das ações no PAP e PIP. O DENARP permaneceu desligado do orçamento do Estado. A

realização do quadro de despesas a médio prazo e do orçamento programa, será susceptível de melhorar esta situação.

- Imprevisibilidade, fraca capacidade de absorção e falta de coordenação da ajuda. A imprevisibilidade da ajuda, a multiplicidade de procedimentos, a fraca capacidade de absorção da ajuda do país, particularmente relacionadas com a instabilidade institucional, recursos humanos insuficientes, falta de organização e coordenação, bem como falta de apropriação nacional são questões que irão integrar o DENARPII.

- dificuldades na implementação do mecanismo de seguimento e avaliação (S & A) DENARP I. A não operacionalização do seguimento e avaliação (S & E) DENARP, insuficia em quantidade e qualidade dos recursos humanos para a produção e divulgação de informações e dados necessários para a S & E DENARP, a falta de uma coordenação efectiva a nível interministerial e entre o governo e seus parceiros de desenvolvimento têm afetado negativamente o processo de implementação do DENARP I.

- fraca prioridade do governo e parceiros em aspectos do crescimento económico e melhoria das condições de vida das populações. Governo e os parceiros têm dado pouca importância aos desafios da promoção do crescimento económico e desenvolvimento de setores sociais básicos (eixos 2 e 3, respectivamente). Focalizaram de Preferência em ações destinadas a resolver a instabilidade política e a má governação.

- Não tomada em consideração as diferenças sociais entre homens e mulheres como actores / atrizes e beneficiários da assistência no âmbito do DENARP I, sendo a análise da situação, da precisão dos indicadores e os fundos a mobilizar, tornando-se difícil todas as rentabilidades/rendibilidades das suas respectivas contribuições e garantir acesso de todos aos benefícios desta intervenção;

- Fraca integração de outras questões transversais, tais como o HIV / SIDA, protecção ambiental, preparação e resposta as situações de urgencias, bem como problemas relacionados com a juventude e questões relacionadas com o género, não foram suficientemente desenvolvidos no DENARP I, e não totalmente beneficiado na sua elaboração do apoio técnico disponível.

- Adesão tardia da Guiné-bissau ao programa da iniciativa do commercio (CIR) em 2007 e da indisponibilidade do EDIC (estudo diagnostico sobre a integração do comércio), no momento da preparação do DENARP I.

- Fraca prioridade dada às áreas favoráveis ao crescimento económico, incluindo as questões relacionadas com o comércio (a diversificação das exportações).

- Falta de apropriação nacional. Deve-se admitir que o grau de apropriação nacional do DENARP I e seu conteúdo era insuficiente. Na condução dos negócios e nas declarações de vários dirigentes nacionais, muitas vezes não fazem referência ao DENARP e o seu conteúdo. Mais genericamente, para todos os sujeitos da sociedade na Guiné-Bissau, existem poucos canais ou espaços de diálogo e de disseminação de informação, envolvendo não apenas os políticos e militares, mas também a sociedade civil, governo local, o líderes religiosos, media, etc.

O DENARP II tentará abordar todos esses ensinamentos, em 7 (sete) pontos:

- apropriação progressiva da abordagem da estratégia de redução da pobreza com base em uma visão holística das questões de desenvolvimento nacional e exercício de planificação participativo envolvendo todos os interessados;
- Tendo em conta o compromisso da Guiné-Bissau tanto a nível internacional e continental nas escolhas estratégicas para reduzir a pobreza e fortalecer a paz e a segurança e melhorar a qualidade dos serviços sociais de base, nomeadamente: ODM, a CEDEF, Protocolo sobre os Direitos das Mulheres da CADHP e Plano de Acção para a saúde e direitos reprodutivos e da reprodução sexual;
- Estimular o crescimento económico pró-pobres e diversificação de bases produtivas através de uma combinação de acções no domínio da agricultura, pecuária, pescas e desenvolvimento das actividades de transformação e de comercialização;
- Melhoria da governação nacional e local no contexto da estratégia nacional de promoção da paz e do desenvolvimento económico;
- Segmentação sectorias e geográfica das acções a nível dos principais eixos do DENARP;
- Redução das disparidades entre homens e mulheres e eliminação de discriminações e de não equidade em relação a mulheres;
- Ligação fortes entre as prioridades do DENARP II e o orçamento do Estado através do enquadramento e orçamentos programa nos sectores mais estratégicos (agricultura e setores sociais);
- Dinamização do mecanismo seguimento e avaliação que deve ser integrante (isto é, capazes de fornecer informações de forma desagregada a nível sectorial, geográfica, por género, , etc.) e eficiente (ou seja, de utilização fácil e harmonizado).

2.2. Visão prospectiva da Guine-Bissau

2.2.1 Guine-Bissau 2025

A Guiné-Bissau elaborou e adoptou em 1996 uma visão prospectiva do seu desenvolvimento denominada “Guiné-Bissau 2025 *Djitu tem*”. O futuro desejado dos Guineenses daqui a 2025 pode ser resumida de forma seguinte:

- um país bem governado, onde reina a paz social e no qual a separação de poderes permite o exercício de governação, de uma forma transparente;
- um país economicamente forte e bem integrado na sub-região, com um ritmo de crescimento demográfico sustentável e compatível com o crescimento económico;
- um país onde a desigualdade social e a pobreza são reduzidos a proporções toleráveis graças a um melhor sistema de redistribuição de rendimentos, frutos de crescimento económicos;
- um país onde a igualdade de direito e de oportunidades entre homem e mulher é reconhecida e aplicada;

- um país democrático onde a participação da população na gestão dos assuntos públicos, deve ser um pilar do Estado de Direito a promover.

No quadro de operacionalização desta visão, o governo implementou o DENARP I para o período 2006-2008.

O DENARP II cobrindo o período 2011-2015 capitaliza as conquistas e as lições do DENARP I através dos objectivos que podem ser resumidos em: reduzir a pobreza através do reforço do estado de direito, o aumento de crescimento económico e a realização dos ODM.

2.1.2 ODM Horizonte 2020

A Guiné-Bissau parece mal posicionado para atingir os ODM até 2015. Os atrasos registados na implementação das políticas públicas ambiciosas e eficazes, motivados pelas instabilidades institucionais que permanecem há mais de duas décadas explicam a acumulação do défice sociais e agravação da pobreza em todas as regiões da Guiné-Bissau. A Guiné-Bissau propõe-se adiar a realização dos ODM para 2020, adoptando estratégias de aceleração de certos ODM para 2015, com o objectivo de obter ganhos imediatos que exigem políticas sectoriais mais orientados, mais focalizados e meios consequentes para atingir os diferentes objectivos no horizonte 2015 e 2020. Os ganhos imediatos a realizar se situarão nos seguintes sectores:

- educação primária e secundária;
- saúde e HIV/SIDA;
- água e saneamento;
- agricultura de víveres e valorização dos produtos.
-

2.2. Metodologia e processo de elaboração do DENARP II

Para corrigir as insuficiências do processo de elaboração do DENARP I, (ver lições aprendidas, secção I), além dos esforços da melhoria da qualidade técnica do documento, a elaboração do DENARP II, implicou todos os actores de desenvolvimento, tendo os mesmos sido associados em todas as etapas, com a finalidade de garantir o domínio e a apropriação do DENARP II pelos agentes nacionais.

No quadro da formulação deste DENARP, esforços foram feitos no sentido de implicar as mulheres, a estrutura pública responsável pelas questões do género, o IMC, e as organizações não-governamentais que operam nessa área, apesar da fraca representatividade em alguns grupos. Este processo aberto e inclusivo obedeceu o seguinte roteiro:

- **Lançamento oficial do processo**

O início do processo de elaboração da segunda Estratégia Nacional de Redução da pobreza teve lugar com a cerimónia de lançamento oficial do processo, em 23 de Abril de 2010, sob o alto patrocínio de Sua Exc^a. o Primeiro-Ministro. Além das orientações claras de Sua Excelência o Primeiro-Ministro sobre as prioridades do Governo para os próximos anos, transmitidas na ocasião, esta cerimónia serviu igualmente para tornar público o primeiro relatório de Seguimento e Avaliação do DENARP I elaborado em 2009.

- **Seminário de validação e adopção técnica dos documentos metodológicos de orientação dos trabalhos**

Um fórum de validação dos documentos técnicos de orientação metodológica de todo o processo teve lugar entre 13 e 14 de Maio de 2010, juntando os técnicos de todos os departamentos ministeriais, sector privado e outros parceiros (num total de 36 pessoas, sendo 6 delas de sexo feminino). Esta reunião procedeu, igualmente, a validação do quadro organizacional de pilotagem dos trabalhos.

- **Constituição de Grupos Temáticos**

Nove grupos de trabalho foram constituídos sobre os temas a seguir discriminadas, cuja composição integram técnicos dos departamentos estatais, do sector privado e da sociedade civil, bem como representantes dos parceiros de cooperação: (1) Reforma do sector da Defesa & Segurança; (2) Reforma da Administração Pública, capacidades institucionais e descentralização; (3) Agricultura e Segurança Alimentar; (4) Gestão macroeconómica e sectores portadores de crescimento; (5) População, capital humano e sectores sociais; (6) Pobreza, vulnerabilidade e desigualdade; (7) Infra-estruturas económicas, energia e telecomunicações; (8) Sector privado e emprego; e, (9) Seguimento & avaliação.

Um dos grupos, a saber o sexto foi presidido pelo Ministério da Mulher que tutela o Instituto da Mulher e Criança (IMC). As mulheres representaram 13,6% dos efectivos dos grupos de trabalho que elaboraram os relatórios temáticos, o que constituiu um avanço em relação ao primeiro DENARP.

Os trabalhos dos Grupos Temáticos (GT), que se desenrolaram de Maio a Setembro de 2010 permitiram estabelecer um diagnóstico sobre os diferentes temas, identificar os estrangulamentos e delinear as estratégias para sustentar os eixos do DENARP II.

Por outro lado, o processo de elaboração do DENARP II, baseou-se na análise, consideração e síntese (e por vezes a harmonização) de diversos documentos oficiais e de inquéritos e estudos. Tratam-se nomeadamente de:

- a. Planos Sectoriais (Saúde, Educação, etc...) adoptados ou em vias de adopção pelo Governo, reflectindo os aspectos essenciais no DENARP II;
- b. três principais operações estatísticas, recentemente realizadas: (i) Recenseamento Geral de População e Habitação (RGPH-2009); (ii) Quarto Inquérito aos Indicadores Múltiplos e o Primeiro Inquérito Demográfico de Saúde Reprodutiva (MICS4/IDSR); e, (iii) Segundo Inquérito Ligeiro para a Avaliação da Pobreza (ILAP II).
- c. estudos realizados especialmente no âmbito da elaboração do DENARP II: (i) estudo sobre as fontes de crescimento económico; (ii) estudo sobre a pobreza não monetária e, (iii) avaliação das necessidades e dos custos para a realização dos ODM. Aos referidos estudos, acrescentam-se outros, igualmente pertinentes, já validados oficialmente, tais como EDIC (2009) e PNIA (2010)

O conjunto destes documentos serviram de suporte para a preparação do DENARP e o seu conteúdo foi integrado nos diferentes componentes da estratégia.

Um outro elemento importante do processo de elaboração, foi a articulação do DENARP II com os quadros de orientação política sub-regional e os demais documentos-quadro acordados com os parceiros de desenvolvimento.

- **Seminários específicos sobre diversos temas**

Uma das limitações do DENARP I foi a fraca abordagem das questões transversais. Para corrigir esta lacuna, logo no início do processo de elaboração do segundo documento de estratégia, foram organizados quatro (4) seminários específicos (entre Julho e Dezembro de 2010), destinados a capacitar os técnicos implicados na sua preparação., sobre as questões ligadas ao VIH/SIDA, género, ambiente e reforço de capacidades.

- **Consultas regionais e nacionais**

Para auscultar as populações sobre as suas aspirações, foram organizadas duas (2) consultas regionais em cada uma das oito (8) regiões do país e uma (1) consulta nacional entre Outubro 2010 e Fevereiro 2011. Estes espaços de escuta serviram de fórum para um melhor enquadramento das preocupações das populações, assim como para uma melhor apropriação do conteúdo das estratégias, De igual modo, as consultas ao nível nacional ofereceram ocasiões para o sector privado e a sociedade civil exprimirem as suas opiniões sobre as prioridades propostas, bem como as suas expectativas sobre o reforço da sua parceria com o governo. Os esforços feitos no sentido de uma maior participação das mulheres permitiram, igualmente, um melhor conhecimento das necessidades, prioridades e perspectivas diferenciadas dos homens e das mulheres no que concerne a redução da pobreza e a planificação do desenvolvimento.

- **Reuniões do Comité Técnico**

O Comité técnico é constituído por representantes do Governo, do sector privado e dos parceiros de desenvolvimento e reuniu-se três sessões para avaliar as versões sucessivas do DENARP II, incluindo a validação final, e antes de apresentação do documento ao Comité de Pilotagem.

- **Reuniões do Comité de Pilotagem**

Presidido por Sua Excelência o Primeiro Ministro, o Comité de Pilotagem é a instância máxima do processo de elaboração e validação do documento de estratégia, integrando membros do Governo e representantes de demais instituições da República, bem como o sector privado, a sociedade civil e os parceiros de desenvolvimento. Este comité reuniu-se em duas sessões:

- a 8 de Novembro de 2010, para avaliar os avanços dos trabalhos de elaboração do DENARP II. Nesta ocasião, foi igualmente apresentado o Segundo Relatório de Seguimento de DENARP I e;
- em Maio de 2011 para a validação final do documento.

Por outro lado, o processo de elaboração do DENARP II baseou-se na análise, consideração e síntese (e por vezes a harmonização) de diversos documentos oficiais, e de inquéritos e estudos. Tratam-se nomeadamente de:

- a. Planos Sectoriais (Saúde, Educação, etc ...) adoptadas ou em vias de adopção pelo Governo, estados os aspectos essenciais reflectidos no DENARPII;
- b. Três principais operações estatísticas, recentemente realizadas: (i) Recenseamento Geral da População e Habitação - RGPH (2009), (ii) Inquérito de Indicadores Múltiplos compreendendo os aspectos demográficos de saúde reprodutiva MICS4/IDS (2010), e (iii) o segundo Inquerito Ligeiro para Avaliação da Pobreza - ILAPII (2010); **(iv) a análise das capacidades institucionais nacionais no domínio do género – IMC (2008); e, (v) o inquérito sobre a equidade e a igualdade no domínio do género, INEP (2010).**
- c. Estudos realizados especialmente pela necessidade de elaboração do DENARP II: (i) o estudo sobre as fontes de crescimento económico; (ii) o estudo sobre a pobreza não monetária e, (iii) a avaliação das necessidades e dos custos para a realização dos ODM. Aos quais se acrescentam outros estudos pertinentes já validados oficialmente, tais como EDIC (2009) e PNIA (2010).

Um outro elemento importante do processo foi a articulação do DENARP II com os quadros de orientação política sub-regional e os demais documentos-quadro acordados com os parceiros de desenvolvimento.

2.2. Orientações estratégicas

2.3.1. Referência do desenvolvimento e da programação

Apesar das dificuldades de implementação do DENARP I e a precariedade das instituições, devido ao difícil relacionamento entre as autoridades civis e militares, a Guiné-Bissau inscreveu sempre as suas acções de desenvolvimento num quadro de planificação a curto e médio prazo. O DENARP II, é a continuação desta abordagem, com acento particular na integração dos ODM e tomada em consideração, com maior clareza, das questões do desenvolvimento, incluindo também as prioridades de governação que tanto preocupam os decisores políticos nacionais e os PTF.

O DENRAP II inspirou-se na Visão 2025, alinhando suas opções estratégicas com o quadro de Despesas de Médio Prazo (QDMP) e o Orçamento-Programa (OP) para garantir as melhores condições de sucessos na implementação de diferentes programas sectoriais. O DENARPII distingue-se do DENARP I sobretudo pelo seu horizonte temporal (5 anos) e seu quadro operacionalização (QDMP e OP). Ele também terá um novo dispositivo de seguimento e avaliação e sua articulação com o seguimento dos orçamentos-programas.

A fim de precisar e operacionalizar as grandes prioridades nacionais, o Governo multiplicou os esforços para, de um lado, dotar os principais sectores prioritários de estratégias sólidas e por vezes de planos de acções. O quadro seguinte põe em evidência o esforço realizado nos últimos anos. O Governo iniciou vários exercícios de planificação e de programação, em particular:

- Plano Nacional de Investimento Agrícola (PNIA);
- Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário (PNDS) para 2008-2017;
- Estratégia Nacional de Luta Contra o VIH / SIDA;
- Estudo sobre as fontes de crescimento realizado em 2010;
- Estratégia Nacional do Género em curso de finalização;

- Carta Política do Sector da Educação, 2009-2020;
- Plano Trienal para o Desenvolvimento da Educação cobrindo o período 2011-2013;
- Plano Director da Água e Saneamento, 2010-2020;
- Instrumentos de Programação plurianuais em curso de Elaboração (QDMP, OP, etc.);
- Uma plataforma de gestão de ajuda publica ao desenvolvimento em fase de implementação.

Todavia, devido à vulnerabilidade de todos os sectores económicos da Guiné-Bissau em relação as alterações climáticas, estes exercícios de planificação integram os riscos ligados as alterações climáticas e as estratégias de adaptação a esses riscos com vista a torná-los mais resistentes às mudanças climáticas.

2.3.2 Objectivos

O principal objectivo do DENARP II é de reduzir significativamente a pobreza nas suas múltiplas dimensões, criando mais oportunidades de rendimentos, de emprego e melhorando o acesso aos serviços públicos básicos de qualidade num estado de direito reforçado.

Os principais objectivos específicos são:

- i. reduzir a incidência de pobreza ao nível nacional de 69,3% em 2010 para 59% em 2015 e a extrema pobreza de 33% para 20%, no decorrer do mesmo período, tendo em conta as disparidades entre homens e mulheres;
- ii. reduzir a taxa de insegurança alimentar de 32% para 16% em 2015
- iii. Attingir a taxa de crescimento económico anual de 4,3% em 2011, 4,5 em 2012, e 5% em média anual entre 2013 e 2015;
- iv. estabilizar o contexto de segurança do país por uma reforma harmonizada das forças de Defesa e segurança pelo redução do seu efectivos para 3430 melhorando a sua capacidades de intervenção e suportando a reconversão e reintegração dos seus efectivos separados (2300 para ida a reforma) e cerca de 1000 ilegais desmobilização e reintegração na vida civil;
- v. reduzir a massa salarial em relação as receitas fiscais de 63% em 2010 a 59% em 2015;
- vi. reduzir as despesas da função publica através de uma reestruturação e uma modernização das instituições públicas incluindo as ligadas às forças de Defesa e Segurança;
- vii. eliminar as desigualdades estruturais entre homens e mulheres;
- viii. attingir a escolarização universal primário daqui à 2015;
- ix. reduzir a taxa de mortalidade infantil e juvenil respectivamente de 113 e 158 por mil nados vivos em 2010, para 90 e 120 por mil nascimentos em 2015;
- x. reduzir a taxa de mortalidade materna de 800 à 600 por 100 mil nascimentos entre 2010 e 2015;
- xi. alargar o acesso à água potável, atingindo a taxa de acesso de 80% em 2015 comparativamente à taxa de 66% em 2010;
- xii. dotar o país de instituições jurídicas e judiciais operacionais, acessíveis à população ao nível central e ao nível das regiões;
- xiii. assegurar 60% de cobertura nacional de aprovisionamento em electricidade e 80% para os centros urbanos;

- xiv. dotar o país de programas e projectos de valorização dos serviços de eco-sistema junto as comunidades locais e de reforço da sua capacidade de adaptação aos efeitos das mudanças climáticas;
- xv. dotar o país de um Plano de Ordenamento do Território harmonizado com a UEMOA e de um sistema nacional de informação geográfica operacionais;
- xvi. Aumentar os investimentos em gestão durável das terras através da adopção de um Plano Estratégico de investimento no sector para fazer face a degradação crescente das terras, incluindo a flora, a fauna e os recursos em água;
- xvii. aumentar a superfície das áreas protegidas que estão sob gestão melhorada.

Os objectivos quantitativos principais da estratégia como pontos de referência para o DENARP II se inscrevem na visão dos ODM e na estratégia de melhoria da governação (política e económica).

Pontos de referência dos objectivos do DENARP II

Domínios	Indicadores	Situação em 2010	Situação em 2015
Pobreza monetária e insegurança alimentar	• Incidência da pobreza monetária (%)	69,3	59,0
	• dos quais meio rural	79,5	68,0
	• Taxa de malnutrição	32 %	16 %
Crescimento	▪ Taxa de crescimento real do PIB (% , média 2011-2015)	3,5	5
	▪ Taxa de crescimento do PIB/habitante em %	1	2,7
	▪ Taxa de investimento público (% PIB)		
Estabilização macroeconómica	▪ Carga fiscal (% , média 2011-2015)	6,7	10
	▪ Taxa inflação (% , media 2011-2015)	2,3	3
	▪ Saldo orçamental (% PIB) –incluindo donativos	-2,9	0
	▪ Massa salarial/receitas fiscais	63,2	55-10
	▪ Défice da conta corrente (% PIB)		
Educação	▪ Taxa líquida de escolarização primária (%)	67,4	100
	▪ Taxa de retenção na primária (%)		
	▪ Taxa líquida de escolarização secundária (%)	23,5	40
	▪ Taxa de analfabetismo dos adultos > 15 ans (%)	56	35
Género	▪ Rácio raparigas/rapazes na primária	0,93	0,98
	▪ Rácio raparigas/rapazes na secundária	0,73	0,95
Saúde	▪ Taxa de mortalidade infantil (‰)	103	80
	▪ Taux de mortalidade infanto-juvenil (‰)	158	110
	▪ Taxa de mortalidade materna (‰)	800	600
	▪ Taxa de malnutrição (%)		
Água potável e saneamento	▪ Taux d'accès à l'eau potable au plan national en %	40	65
	▪ Taux d'accès à l'eau potable en milieu urbain (%)	53	75
	▪ Taxa de acesso a água potável no meio rural (%)	40	55
	▪ % dos agregados familiares dispondendo de infraestructuras sanitárias no meio urbano	35	50
	▪ % dos agregados familiares dispondendo de infraestructuras sanitárias no meio rural	5	25
VIH/SIDA	▪ Taxa de seroprevalência 15-44 anos (%)	2,6	1,0
	▪ Rácio de beneficiários/ elegíveis/ para tratamento ARV (%)		
Ambiente	▪ Rácio de áreas protegidas no território (%)		

2.3.3. Orientações Estratégicas

O baixo nível de desenvolvimento humano e a última situação de referência em matéria de pobreza em 2010, assim como os primeiros elementos de MICS-4/IDS-2010 conduziram a escolha dos quatro eixos estratégicos do DENARP II:

- Eixo 1: Fortalecer o Estado de direito e as instituições republicanas;
- Eixo 2: Assegurar um ambiente macroeconómico estável e incitativo;
- Eixo 3: Promover o desenvolvimento económico durável;
- Eixo 4: Elevar o nível de desenvolvimento do capital humano.

➤ Eixo 1: Fortalecer o Estado de direito e as instituições republicanas

Este primeiro eixo refere à construção de estruturas e autoridade do Estado na sua capacidade de desenvolver novas práticas de governação política e administrativa com vista a instaurar o Estado de direito e a segurança durável para as pessoas e seus bens. Destaca-se certas agendas importantes ligadas a melhoria da situação dos direitos humanos e os mecanismos de prevenção / gestão de crises.

- A afirmação da separação dos poderes, da segurança e do Estado de direito constitui a primeira pedra do edifício. Isto implica a aceleração e a condução em termos de reformas engajadas nos sectores da Defesa e Segurança. O funcionamento regular e a eficácia das instituições democráticas é uma das garantias principais da estabilidade do país para operar uma viragem decisiva das constantes instabilidades políticas dos últimos anos ligadas à interferência das Forças armadas na condução dos assuntos do país. A isto se acresce necessariamente a luta contra a proliferação de armas de pequeno porte e tráfico de drogas através de dispositivos de prevenção e mecanismos repressivos. Não é possível o país desenvolver-se normalmente, enquanto persistir a percepção de que a Guiné-Bissau é um narco-estado disfuncional, onde reina o anarquismo e o ajuste de contas se faz pela violência aos olhos do Estado;
- O respeito dos direitos humanos e o desenvolvimento do sistema judiciário serão fortemente apoiados para vencer, ao menos, três grandes desafios: i) tornar os direitos humanos efectivos nos textos jurídicos e na prática das instituições; ii) conceder uma atenção particular a capacidade de acesso das mulheres e dos jovens à justiça iii) proporcionar mais recursos às instâncias judiciais/penitenciárias e iv) tornar efectiva à Autoridade da Lei;
- A reforma da administração pública é uma importante prioridade do DENARP para assegurar o êxito de novas políticas públicas e o desenvolvimento do Estado de Direito. A modernização da administração pública, determina a renovação e a eficácia dos serviços do Estado na condução das políticas públicas. Os principais desafios para 2015 são conhecidos: i) redimensionar as funções do aparelho administrativo e rever o tamanho da administração pública, ii) reforçar as capacidades das instituições e, iii) melhorar a gestão dos recursos humanos;
- Finalmente, o relançamento do processo de descentralização e desenvolvimento local através da adopção de uma abordagem progressiva na criação de autoridades locais e de transferência de competências/recursos para as comunidades de desempenharem o seu papel na dinamização das economias e promover o governação local.

➤ Eixo 2: Assegurar um ambiente macroeconómico estável e incitativo

Este segundo eixo atribui uma importância estratégica para os fundamentos macroeconómicos e a boa gestão das finanças públicas a fim de criar condições óptimas para a retoma do crescimento e desenvolvimento do sector privado.

As prioridades deste eixo são:

- Melhorar a base macro-economia e a gestão das finanças públicas o que irá permitir a criação de melhores condições para o relançamento do crescimento económico e atracção de investimentos estrangeiros, aprofundando a reforma das finanças públicas em curso (regime fiscal e aduaneiro, aumento das receitas e carga fiscal, domínio das despesas públicas, etc.) e apoiando a promoção do investimento estrangeiro. A consolidação das bases orçamentais deverá igualmente acompanhar-se de uma evolução progressiva para um novo quadro orçamental (QDMP). Os instrumentos de planificação e programação serão melhorados, apoiando-se no sistema estatístico, em reforma;
- Promover o desenvolvimento do sector privado: i) melhorando o quadro jurídico e administrativo de negócios, ii) o desenvolvimento do sistema financeiro para um melhor aos operadores económicos e tendo em conta as diferenças homem/mulher em termos de estatuto social de facto; iii) o desenvolvimento de parcerias público-privadas, a fim de melhorar a gestão de alguns serviços económicos prestados às empresas (porto, aeroporto, desenvolvimento urbano, etc.).
- Uma atenção particular será dada ao incentivo através de um quadro institucional reorganizado do sector privado na promoção e investimento em energias de fraca emissão de carbono, nomeadamente as energias renováveis descentralizadas.

➤ Eixo 3: Promover o desenvolvimento económico durável

Este eixo é baseado na importância do crescimento económico e na redução da pobreza. Diferente do DENARP I, este eixo opta pela escolha mais estratégica de certos sectores produtivos, susceptíveis de criar empregos e diversificar as bases de produção. As principais prioridades são as seguintes:

- **Apoiar e acompanhar o desenvolvimento das fileiras promissoras no sector agrícola** (agricultura, pesca, pecuária), assim como o turismo. Estes sectores beneficiarão de investimentos prioritários em termos das infraestruturas agrícolas e de serviços de enquadramento das actividades produtivas e de comercialização, incluindo as indústrias de transformação de produtos locais.
- **Acelerar o desenvolvimento das infra-estruturas económicas básicas**, incluindo as energéticas (alargamento das infra-estruturas de produção e de distribuição) e de transportes (rodoviário, marítimo, fluvial e aéreo), como parte de novas políticas sectoriais e de reformas institucionais e em conformidade com as exigências ambientais, nomeadamente aquelas relacionadas às mudanças climáticas. Serão privilegiadas as soluções que se inscrevem num desenvolvimento económico de baixas emissões de gases com efeitos de estufa. Este objectivo será atingido através da sua plena priorização e remoção de obstáculos, aproveitando as oportunidades de financiamento no âmbito do

programa de mitigação das mudanças climáticas, especialmente MANAs (medidas de mitigação nacional apropriadas).

- **Promover o emprego, sobretudo dos jovens no quadro duma política nacional de emprego e formação profissional e de um plano de acção plurianual direccionado.** Os desafios são: reforço da formação profissional e identificação de programas específicos que permitem maximizar a criação de empregos. No quadro de programas regionais de desenvolvimento e de melhoria das infra-estruturas urbanas, isto passará pela valorização da abordagem da alta intensidade da mão-de-obra (AIMO/HIMO) em obras urbanas e manutenção de estradas.
 - Desenvolver as capacidades institucionais, técnicas e financeiras que permitirão à Guiné-Bissau tomar medidas rápidas/urgentes para fazer face as catástrofes climáticas que podem prejudicar a consecução dos objectivos de desenvolvimento (inundações, secas, degradação dos solos e das florestas, perturbação dos ciclos de chuva, surtos e epidemias, etc ...) e permitir a integração a médio e longo prazos, dos riscos climáticos nas diferentes políticas, os processos de planificação e as decisões de investimento dos sectores portadores de crescimento, com vista a torná-los mais adaptáveis às mudanças climáticas.
- Eixo 4: Elevar o nível de desenvolvimento do capital humano

O presente eixo, centrado na aceleração do processo de realização dos ODM, visa desenvolver o capital humano no quadro da melhoria da vida da população e de género, no contexto das novas políticas sectoriais e transversais. Este eixo assentará em:

- **elevar o nível de desenvolvimento do capital humano**, acima de tudo, tratar-se-á da continuação dos esforços de melhoria dos sistemas educativo, sanitário, bem como a alfabetização, visando os ODM para a educação (taxa de escolarização de 100% e paridade de género na educação primária e secundária) e a saúde (cobertura vacinal integral das crianças e redução da mortalidade materna). Os esforços incidirão sobre o investimento a atrair, mas também visará igualdade a acessibilidade e a qualidade de prestação dos serviços;
- **melhorar o acesso à água potável e as condições de vida das populações**, através da criação de programas focalizados no aumento do acesso à água potável, sobretudo nas zonas rurais em particular e desenvolvimento de infra-estruturas adequadas em termos de saneamento. As questões de gestão de resíduos domésticos, especialmente nas áreas rurais, farão parte integrada de um programa de desenvolvimento urbano, abrangendo as grandes e pequenas cidades. A revitalização do sector da habitação, com foco em grandes centros urbanos será integrada na política nacional de promoção da habitação;
- **promover o género** a fim de reduzir as desigualdades entre homens e mulheres em todas as áreas. visando a implementação dos ODM 3, a CEDAW e as Resoluções 1325 e 1820 do Conselho de Segurança e do Protocolo Adicional ao CADHP. Tratar-se-a de: i) melhorar o acesso das mulheres aos serviços sociais de base, as oportunidades económicas e ao poder de decisão ao nível conjugal e da família, assim como a todos os níveis de governação; ii) melhoria do seu estatuto jurídico e garantia

do exercício dos seus direitos em todas os domínios, incluindo no contexto do combate às violências baseada no género(VBG)

2.3.4. Princípios directores

1. Adopção de uma postura de desenvolvimento num Estado de Direito

A paz, desenvolvimento e o direito constituem pedras angulares da intervenção do DENARP II. Trata-se de tomar em conta as lições tiradas do DENARP I e a evolução dramática da pobreza no País.

O DENARP I estava muito focalizado na questão da governação e segurança, em detrimento das prioridades de desenvolvimento. O ILAP/2010 revelou o agravamento da pobreza, que afecta dois terços da população do país e, nomeadamente a população feminina. Para reduzir significativamente esta pobreza generalizada, as acções a reter no DENARP II deverão inscrever-se nas perspectivas de desenvolvimento, onde os apoios aos sectores produtivos e às infra-estruturas serão consagrados num contexto sustentável.

A luta contra a pobreza, dada as diversas representações e o fenómeno multifacetado, exige, em primeiro lugar, uma postura prospectiva, isto é, que o Estado tenha bons conhecimentos sobre o futuro e as aspirações do país e desenvolva capacidades de antecipação e, por outro lado, adopte as boas práticas de governação e de segurança. A visão prospectiva Guiné-Bissau 2025 e os instrumentos de programação em desenvolvimento (os planos sectoriais e QDMP) oferecem um quadro coerente de declinação das prioridades a curto, médio e longo prazos de políticas e programas de redução da pobreza. Trata-se de inscrever as orientações DENARP II numa visão ambiciosa de crescimento com alto impacto na criação de emprego e de um tecido de pequenas e médias empresas.

2. Respeito e desenvolvimento dos direitos humanos

Existe uma relação estreita entre a redução da pobreza, desenvolvimento e direitos humanos. O desenvolvimento económico que respeite os direitos sociais e económicos é provável que tire as pessoas da pobreza e da precariedade e, portanto, contribui para a realização dos direitos humanos. O desenvolvimento humano em suas múltiplas dimensões da segurança (económica, social, jurídica, etc.) visa melhorar o bem-estar e o pleno respeito da dignidade humana. A pobreza é uma negação dos direitos humanos e limita severamente o âmbito das liberdades dos cidadãos mais pobres, privando-os de bens necessários para viver com dignidade.

Os direitos humanos devem ser desenvolvidos em todas as esferas para inverter a actual tendência para garantir os aspectos económicos, sociais e jurídicos de cada indivíduo.

3. Necessidade de ter em conta a dimensão género

A avaliação do DENARP I -2004-2009 – mostrou os efeitos limitados da não consideração das questões de género na melhoria das condições de vida das famílias. Todos os estudos e levantamentos realizados nos últimos cinco anos permitiram ao DENARP II a localizar as diferenças entre os sexos e para melhor ter em conta a contribuição das mulheres para o crescimento económico, desenvolvimento social e a governação. A abordagem é integrada a dois níveis: A nível transversal e a sectorial para proporcionar uma forte advocacia política e social na promoção económico e social da mulher. Isso responde a um desejo expresso na Guiné-Bissau a optar por um desenvolvimento sustentável e equitativo e construir uma sociedade na qual homens e mulheres são "iguais perante a lei em todos os domínios da vida política, económica, social e cultural ", conforme tipificado/especificado na Constituição da República, no seu artigo 25. Isso envolverá prioritariamente: i) a luta contra todas as formas de discriminação contra as Mulheres, ii) o acesso equitativo às oportunidades de emprego e renda, e iii) melhorar o acesso aos cargos de direcção e decisão.

4. A importancia da consideracao da dimensao Genero

A avaliação DENARP I -2004-2009 – mostrou os efeitos limitados da não consideracao das questões de género na melhoria das condições de vida das famílias. Todos os estudos e pesquisas/inquéritos realizados ao longo dos últimos cinco anos permitiram ao DENARP II localizar as diferenças entre os sexos e tratar melhor a contribuição da mulher no crescimento económico, no desenvolvimento social e na governação. A abordagem adoptada põe em destaque dois níveis: o nível transversal e o nível sectorial, de forma a assegurar uma forte advocacia política e social na promoção económico e social da mulher. Isto responde a uma vontade expressa da Guiné-Bissau em optar por um desenvolvimento equitavel e duravel e construir uma sociedade na qual o homem e a mulher "são iguais perante a lei em todas as esferas da vida política, económica, social e cultural", conforme especificado na Constituição da República, em seu artigo 25. Isto implicará, nomeadamente, i) a luta contra todas as formas de discriminação contra a mulher; ii) o acesso equitativo às oportunidades de emprego e de rendimentos; e, iii) melhoria do acesso as posições de liderança e de tomada de decisão.

5. A consideração da problemática do reforço das capacidades

As lições aprendidas, com o DENARP I, revelaram o fraco desempenho das estruturas de gestão, assim como da missão devido a um défice de apropriação dos programas, das capacidades profissionais e dos apoios requeridos. A mesma constatação é válida para todos os outros sectores (educação, saúde, etc.). A superação dos défices das capacidades surge como uma condição necessária para o sucesso DENARP II. No entanto, o reforço das capacidades não se limita apenas aos aspectos da formação. Deve ser entendido de uma forma holística, integrando a dimensão institucional e elementos como a formação, atitudes e práticas profissionais, logística e motivação.

Os apoios actuais dos PTF em matéria de reforço das capacidades, sob diversas formas (administração pública, a ENA, etc.), são os primeiros elementos de uma estratégia mais ampla a definir e implementar no quadro do DEANRP II.

O Governo, no quadro de um programa mais ambicioso de reforço das capacidades, velará pelo início dos eixos estratégicos a volta dos seguintes objectivos:

- elevar o nível de desenvolvimento do capital humano através de investimentos massivos nos sistemas educativo e sanitário;
- aproveitar as oportunidades da integração da Guiné-Bissau na UEMOA para a troca de experiências e determinados benefícios económicos;
- desenvolver os centros de formação profissional e as Universidades.

6. A promoção de um desenvolvimento duravel, mais resistente as mudancas climáticas

A questão da mudança climática é um dos desafios do desenvolvimento mais importante neste século XXI. Segundo o último relatório do Painel Intergovernamental sobre as Mudanças Climáticas (IPCC), o mundo está a fazer face neste momento, a um aumento da sua temperatura média que irá atingir 2 ° C em 2050. O Relatório Global sobre Desenvolvimento Humano 2007/2008 notificou que a realização de alguns objectivos de Desenvolvimento do Milénio, incluindo a redução da pobreza, estarão comprometidos devido a cinco factores de desenvolvimento humano afectados por alterações climáticas, incluindo a redução da produtividade agrícola, o aumento da insegurança na água, a exposição aos fenómenos climáticos extremos/condições meteorológicas extremas, desestabilização dos ecossistemas e o aumento dos riscos de saúde (PNUD, Relatório Mundial sobre o Desenvolvimento Humano, 2007). O Programa de Acção Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (PANA) da Guiné-Bissau revelou que os aumentos graduais da temperatura e as reduções das precipitações vão reduzir significativamente a produtividade agrícola e agravar a escassez de água. Torna-se, assim, necessário e urgente que o Governo da Guiné-Bissau tome iniciativas tais como o desenvolvimento de novas culturas, mais resistentes e mudanças nos sistemas agrícolas a fim de aumentar a resistencia de sua agricultura às mudanças climáticas, a protecção dos ecossistemas costeiros e medidas para a redução dos riscos ao longo prazo, como a integração das mudanças climáticas nos planos locais de desenvolvimento, planos de ordenamento florestal e de ocupação dos solos e, em geral nas políticas e estratégias de desenvolvimento.

Para uma melhor eficiência, as iniciativas tomadas no contexto das mudanças climáticas não devem ser esforços isolados, limitando-se nos projectos individuais de adaptação ou de mitigação das mudanças climáticas. Eles devem inscrever-se numa perspectiva de coerência e de integração num quadro político mais amplo, desenvolvendo abordagens estratégicas e programáticas que integram as políticas de desenvolvimento climático, a planificação de políticas e de acções a nível nacional, regional e local, envolvendo todos os sectores da economia guineense e integrando todas as outras dimensões de gestão ambiental e dos recursos naturais, nomeadamente a conservação da biodiversidade, a gestão durável de terras e águas.

7. Promover uma nova parceria com os PTF

O sucesso DENARP II requer a implementação de uma nova parceria entre o Governo e os parceiros técnicos e financeiros, com base no diálogo político, aberto e justo. Neste quadro, ao Governo compete definir estratégias e políticas de desenvolvimento e aos parceiros técnicos e financeiros caberá a inscrição dos seus apoios para a sua implementação, em conformidade com os princípios da Declaração de Paris.

Esta parceria passará necessariamente pela afirmação do Estado de Direito, da segurança, do profissionalismo e da eficácia da administração pública. Uma liderança nacional credível, o desenvolvimento de novas práticas de governação e adopção dos objectivos gerais DENARP II, são atributos que facilitarão os PTF a se inscreverem nas prioridades nacionais em matéria de redução da pobreza e do reforço das instituições do país.

2.4 Os quatros eixos estratégicos do DENARP II

2.4.1. Eixo I: Fortalecer o Estado de direito e as Instituições republicanas

Os sucessivos atentados à ordem constitucional, o estado de crise que assola a justiça e a manutenção da ordem e segurança públicas, e a não submissão do poder militar ao poder civil contribuíram para o enfraquecimento da autoridade do Estado, do Estado de Direito democrático e das instituições republicanas, com reflexos directos na governação e n respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais. Esses problemas foram agravados nos últimos anos pelo surgimento do fenómeno do tráfico de droga, do crime organizado, e pelas ameaças que representam para a democracia, a governação e a segurança do Estado e das populações, bem como para a imagem externa do país e mobilização de parcerias para o desenvolvimento.

Face ao acima exposto, o reforço do Estado de direito e das instituições republicanas são, entre outras, as prioridades do DENARP II. O principal desafio é o de promover a consolidação da paz e estabilidade e criar as bases para o desenvolvimento sustentável e bem-estar para todos. Nesta perspectiva, o Governo pretende prosseguir e intensificar os esforços já engajados, fundamentalmente em seis domínios chaves, que são: (i) a reforma do sector da defesa e segurança; (ii) a reforma da justiça e da afirmação do Estado de Direito; (iii) o reforço das capacidades da Assembleia Nacional, enquanto órgão legislativo e de controlo; (iv) a promoção da reconciliação e do diálogo nacional; (v) a promoção do desenvolvimento participativo através da descentralização e do desenvolvimento local; e (vi) a prevenção e gestão de emergências.

1. Reforma do sector de Defesa & Segurança (RSDS)

As repetidas interferências das Forças de Defesa e de Segurança têm contribuído para a instabilidade política e o agravamento do clima de segurança, constituindo assim um verdadeiro obstáculo ao fortalecimento do Estado de Direito e à consolidação da paz.

Esta situação é o resultado de um longo processo histórico, datado da luta de libertação nacional devido a forte cumplicidade que sempre existe entre o sistema político e as forças armadas na condução do país pós-independência. Formadas no terreno da luta de libertação, as Forças de Defesa e Segurança não tendo operado as mudanças necessárias para se transformarem em forças republicanas e se adaptarem aos novos desafios do desenvolvimento económico e social, as forças armadas continuam ligadas à esfera política. A isto, se acrescem as fraquezas estruturais acumuladas no decorrer dos últimos decénios, que conduziram a: (i) uma inversão da pirâmide dos efectivos militares⁷, ii) um fraco nível de formação, iii) um deficiente quadro legal e regulamentar que regule o funcionamento das forças armadas, e iv)

⁷ Conta-se mais de Oficiais que de soldados ? (*Estatísticas ??*)

uma forte resistência às mudanças, à inovação e à aplicação do direito. As forças de segurança não escaparam a estas fraquezas.

As abordagens das experiências passadas de desmobilização, e reinserção (DDR) não tiveram efeitos esperados na mudança de funcionamento das forças de defesa e segurança necessitando por isso duma nova abordagem e outras estratégias de implementação com vista a promover uma verdadeira forças armadas republicanas e de segurança obdecendo as regras do Estado de direito.

O Governo é consciente dos constrangimentos e desafios que a implementação com sucesso desta reforma coloca para a preservação da paz e da estabilidade, bem como da sua sensibilidade. Estes constrangimentos são nomeadamente: à resistência a reforma no seio das forças de defesa e segurança, a deficiência das capacidades organizacionais e operacionais no seio do sector público, o fraco nível de formação, a proliferação de armas ligeiras e de pequenos calibres, a precariedade de condições de vida no seio das FDS e a fraca capacidade financeira do Estado para fazer face a esta situação. O Governo pretende na sua estratégia de implementação da reforma, mobilizar o apoio activo de todos os actores (Sociedade Civil, população em geral, parceiros de desenvolvimento), de um lado, e mobilizar o máximo de recursos técnicos e financeiros, para apoiar a reforma, de outro lado. Nesta perspectiva, o apoio da comunidade internacional incluindo a partilha de experiência será indispensável.

Neste quadro, o Governo iniciou, com o apoio de parceiros, um ambicioso programa de reforma do SDS, cujos objetivos principais são: i) modernização do sector através da melhoria do quadro legal e o reforço das capacidades materiais e humanas, ii) criação de instituições de defesa e da segurança republicanas, respeitadora da lei, do serviço público e da cidadania. Este vasto programa de reforma é baseado principalmente no seguinte: i) redimensionamento das forças de defesa e de segurança à luz das reais necessidades e capacidades económicas do país, ii) modernização da defesa e segurança, iii) salvaguarda da dignidade dos combatentes da libertação da Pátria (CLP), e iv) participação na consolidação da segurança sub-regional.

O programa está estruturado à volta de sete linhas de acções:

1. implementação de um quadro normativo das Forças de Defesa e Segurança;
2. implementação do novo quadro jurídico tornando operacional as leis adoptadas pela ANP: i) Lei de Serviço Militar Obrigatório, ii) Lei Orgânica de base da Organização das Forças Armadas, iii) Lei da defesa nacional das forças armadas, iv) Lei da Direito de Defesa Nacional e das Forças Armadas, e v) Estatuto das Forças Armadas.
3. desmobilização e recrutamento visando redimensionar os efectivos militares em função das reais capacidades e desafios do desenvolvimento do país;
4. profissionalização das forças de defesa e segurança, aumentando os níveis de educação e de formação do pessoal (formação contínua, exigência de formação superior de novas recrutas), em particular para garantir a ordem pública, a segurança de pessoas e dos bens, a luta contra o narcotráfico e o crime organizado em todo o país;
5. melhoria das condições de vida dos soldados nas casernas e modernização das infra-estruturas e equipamentos necessários para a realização de novas tarefas e funções das

forças armadas. Para os paramilitares, o objetivo será a reabilitação e equipamento das esquadras de polícia e edifícios das forças de segurança;

6. implementação das opções de acompanhamento dos militares, agentes desmobilizados (Homens e Mulheres) separados das forças de defesa e segurança (acesso ao Fundo de Pensões: criação e operacionalização duma caixa de pensões para as Forças de Defesa e Segurança; reinserção e reintegração sócio-económica do pessoal desmobilizado e que não atingiu a idade para se aposentar;
7. a melhoria das condições de vida e do estatuto das mulheres militares e daquelas integradas nas forças de polícia de forma a poderem beneficiar na prática dos mesmos direitos que os homens da protecção contra VBG no meio profissional;

A implementação deste programa já iniciado, com a realização de: recenseamento biométrico dos militares em 2008, censo dos combatentes da liberdade da Pátria e das forças da segurança em 2009 e avaliação das necessidades para a reabilitação de 33 casernas em 11 quartéis. Nos próximos anos, serão prosseguidos e acelerado a implementação do referido programa.

Quanto ao respeito pela dignidade dos combatentes da libertação da Pátria (CLP), o Governo prevê as seguintes acções:

- 1) melhorar as condições de vida dos CLP através de uma melhor adequação dos serviços à conjuntura económica e social.
- 2) adoptar uma nova grelha de pensão que põe fim a precariedade material dos CLP e que honre os seus serviços prestados ao país e contribuir para a justiça social⁸.
- 3) implementar um programa exaustivo e realista de reabilitação dos CLP, através da implicação e responsabilização dos beneficiários e de atribuição de um subsídio suficientemente atractivo e compensatório para garantir a reinserção económica e social bem sucedida. No mesmo espírito, será aplicado o decreto 10/86, que institui a Medalha do CLP.

Esta nova estratégia inscrever-se-á numa dinâmica de implementação de:

1. plano operacional para a reforma do sector de defesa e segurança cujas actividades estão em estreita articulação com as orientações estratégicas e acções prioritárias do roteiro dos chefes de Estado maior de CEDEAO e CPLP, promulgado pelas instancias nacional e comunitária;
2. quadro regulamentar revisto das forças de defesa e da segurança;
3. principais tendências com metas fixas no quadro da redução dos efectivos;
4. opções, tais como, a reforma/Fundo de pensões que deve ser coerente com a reforma da administração pública ou a reintegração económica que vai encontrar a sua articulação com os objectivos de desenvolvimento económico do país.

A reforma das forças armadas e da segurança contribuirá para: i) estabilidade política e segurança do país, 2) reforma estrutural das instituições públicas 3) dotação do país de órgãos

⁸ A título de exemplo um pensionista capitão recebe 16 370 Fcfa enquanto que o seu superior imediato, major reformado recebe 192 152 fcfa, ou seja, a cerca 12 vezes mais. Cerca 97% dos CLP recebem uma pensão inferior a 16 000 Fcfa.

públicos de qualidade, capaz de lutar contra os factores e vectores de criminalidades nacional e regional.

Quanto à participação na consolidação da segurança e estabilidade na sub-região, os esforços serão concentrados em apoiar os esforços de manutenção da paz (criação de um batalhão de manutenção de PAZ), incluindo a promoção do intercâmbio entre as forças de defesa e segurança, nos termos da Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

2. Luta contra a proliferação de armas ligeiras de pequeno calibre e tráfico de drogas

Os fenómenos da insegurança e do crime organizado nos últimos anos têm atingido níveis insustentáveis na África Ocidental, favorecidos pelos conflitos armados na sub-região e seu corolário com o tráfico de armas ligeiras de pequenas calibre, e pelas fraquezas das instituições públicas, mal formados e pouco equipados. Além disso, se acresce a expansão da pobreza, muitas das vezes num contexto que favorece a corrupção e também enfraquece a capacidade de acção do Governo.

Fragilizada pelas consequências da guerra, a Guiné-Bissau, com sérias dificuldades para controlar as suas fronteiras e com sua posição estratégica próxima da Europa e uma costa permeável (labirinto de ilhas), constitui um lugar ideal para as organizações criminosas que asseguram o armazenamento e o trânsito de produtos ilegais, concretamente o narcotráfico. Estas redes, recorda-se, são de origem estrangeira, e sempre dotadas de meios consideráveis para desestabilizar as instituições do Estado, já bastante fragilizadas por mais de uma década de instabilidades e penúrias de recursos humanos, materiais e financeiros.

Consciente disto, o Governo, com o apoio dos PTF, já começou a reformar os serviços de Segurança tendo em vista reforçar as suas capacidades em fazer respeitar a lei e a ordem. Em 2006, institucionalizou a Comissão Nacional para luta contra a proliferação das armas ligeiras e de pequeno calibre. Também em 2007, preparou e adoptou um Plano de luta contra a droga. A nível sub-regional, os países da CEDEAO adoptaram igualmente a «Convenção sobre as armas ligeiras e de pequeno calibre na zona CEDEAO». Esta convenção prevê a interdição de transferência de armas para os países membros, o reforço da lei e a participação nas operações de manutenção da paz. Prevê igualmente a proibição, sem excepção, da transferência de armas às organizações não governamentais, sem aprovação do país importador.

Mas, os resultados são ainda mitigados. Para continuar a lutar eficazmente contra a proliferação das armas ligeiras e conter as acções das redes dos traficantes de droga e do crime organizado, esforços mais sustentáveis e contínuos são necessários, com as estruturas nacionais bem formadas, melhor equipadas e bem organizadas. Nesta perspectiva, os esforços devem ser internos e igualmente, em larga medida, a nível sub-regional e internacional. As principais intervenções far-se-ão em dois (2) níveis: i) a nível nacional: reforço das capacidades através da reforma da legislação para implementar todas as medidas de base jurídica necessária, reorganização, formação e equipamento dos serviços de segurança, incluindo o serviço de informação do Estado; e ii) a nível sub-regional: reforço da cooperação regional e internacional (troca de informações e experiências, desenvolvimento de abordagens sub-regional para o controlo das fronteiras). A estes dois níveis, uma assistência técnica e financeira internacional sustentada será necessária, tendo em conta os recursos limitados do país em relação aos desafios a contornar.

3. Promoção dos direitos humanos

A fim de alargar as oportunidades dos direitos humanos e garantir a dignidade de cada cidadão com os ideais dos direitos humanos na Guiné-Bissau, o Governo pretende adoptar as seguintes medidas e acções:

- revisão dos Estatutos da Comissão Nacional dos Direitos Humanos, adaptando-os aos Princípios de Paris, que servem como directrizes gerais para a implementação e o funcionamento do organismo nacional de direitos humanos como estância de acompanhamento, alerta precoce, aconselhamento, seguimento, pesquisa, advocacia e promoção dos direitos humanos;
- adopção de uma política nacional para a promoção e defesa dos direitos humanos e da cidadania como um instrumento essencial para a harmonização das políticas públicas voltadas para: i) desenvolvimento de estratégias integradas e planos sectoriais para promover direitos humanos, e ii) promoção dos direitos fundamentais dos grupos vulneráveis, mulheres, crianças e pessoas com deficiência;
- implementação de medidas para lutar contra a impunidade e promover uma cultura de diálogo e tolerância através da introdução de direitos humanos no sistema nacional de educação;
- reforma do sistema de previdência e segurança social, para dar maior atenção aos mais vulneráveis, incluindo a prestação de apoio social, assistência social, protecção social e acompanhamento das populações na suas iniciativas para redução da pobreza e exclusão social;
- ratificação das convenções internacionais relacionados com os direitos humanos, incluindo o Estatuto de Roma que criou o Tribunal Penal Internacional, uma legislação específica que proteja os defensores dos direitos humanos, em conformidade com a Resolução n.º 53/144, de 9 de Dezembro de 1998, da Assembleia Geral da ONU;
- reafirmação e alinhamento com os instrumentos internacionais relativos aos direitos através da sua implementação ou integração na legislação nacional e intensificar os esforços para apresentar relatórios em atraso para os organismos especializados;
- desenvolvimento de uma estratégia para eliminar práticas discriminatórias e estereótipos culturais e revogar todas as leis discriminatórias contra a mulher, e adoptar uma lei que penalize a mutilação genital feminina e o tráfico de pessoas, em particular, mulheres e crianças;
- intensificação dos esforços para reformar o sector da justiça, com especial ênfase na humanização do sistema penitenciário, a separação dos presos e da adopção de uma legislação que exige a plena implementação da infra-estrutura e do sistema de justiça de menores, de acordo com as disposições da Convenção sobre os Direitos da Criança;
- revisão da legislação nacional para harmonizar as normas jurídicas nacionais com as normas internacionais sobre direitos humanos, especialmente a Constituição.

4. Reforço da Justiça e da autoridade da lei

O sector da justiça é confrontado com enormes problemas, tais como a precaridade das condições de vida e do trabalho dos magistrados, os custos elevados de acesso a justiça pelos pobres e o não respeito da ética profissional, o que justifica o fraco recurso as instâncias jurídicas para a resolução dos diferentes litígios. A impugnação das decisões do Poder Judiciário, desenvolve um sentimento de impunidade e desrespeito a porta da justiça e da descrença em suas decisões.

No que concerne particularmente as mulheres, um certo número de factores limitam este acesso: a persistência de lacunas jurídicas (os casamentos precoces e forçados, a excisão e as violências domésticas) e as dificuldades de execução das penas; o não acesso as informações concernentes as possibilidades de recurso; difícil acesso as estruturas judiciais; insuficiência de estruturas de acolhimento e de protecção das mulheres em dificuldades.

Estas fraquezas explicam amplamente o não respeito dos direitos cívicos, económicos e sociais fundamentais na Guiné-Bissau.

Prosseguindo o foco sobre a reforma do sector da defesa e segurança, o Governo pretende concomitantemente fazer da reforma do sector da justiça uma prioridade do DENARP II. Inscrito na perspectiva do reforço do capital social, da promoção das liberdades fundamentais, da repressão de todas as formas de criminalidade, esta reforma deverá contribuir na solidificação de uma base para o desenvolvimento económico e social sustentável. O governo adoptou em 2010 a sua nova politica nacional para o sector da justiça, para o período 2010-2015, com um plano de acções de três anos. A estratégia nacional para o sector da justiça definiu a missão estratégica do sector como um sistema que deve agir para garantir o Primado do Direito Democrático e a pacificação política e social, com a preservação dos valores constitucionais. Para os próximos cinco anos, o sector da justiça visa criar infra-estruturas adequadas para responder as exigências da sociedade com os actores judiciais qualificados, permitindo a cada um, o acesso à justiça e à cidadania. A tradução desta visão passa pela criação de certas condições:

- uma boa formação jurídica dos intervenientes do sistema de judiciário;
- uma sociedade civil activa;
- vontade política para melhorar o sistema.

As estratégias recomendadas são:

1. criação duma infraestrutura adequada para o exercício das funções institucionais;
2. reforma legislativa coerente e a promulgação da legislação;
3. formação Profissional de todos os actores do sistema judiciário;
4. promoção de acesso à justiça e à cidadania.

Nesse sentido, a reforma incidirá sobre:

- i) revisão do quadro jurídico e institucional do sector para esclarecer melhor as funções e responsabilidades dos diferentes actores;

- ii) reabilitação e construção de infra-estruturas adequadas e dotação de recursos humanos necessários aos tribunais para torna-los num sistema judicial moderno acessível à população;
- iii) criação de um sistema penitenciário adequado, através da criação de um quadro legislativo e institucional apropriados, incluindo as infra-estruturas e o pessoal necessário para o seu funcionamento eficaz;
- iv) Revisão dos diferentes códigos (penal, civil, etc)
- v) o desenvolvimento das capacidades dos funcionários da justiça para garantir a boa administração da justiça. Para este efeito, os actores do sistema judicial serão formados em instrumentos jurídicos nacionais, regionais e internacionais, incluindo os relacionados aos direitos humanos;
- vi) a adaptação do sistema judiciário ao contexto nacional, nomeadamente pela tomada em conta do sistema tradicional de resolução de conflitos, fraco nível de instrução das populações e as dificuldades de acesso à justiça para pessoas vulneráveis. No mesmo espírito, será necessário adaptar o sistema judicial para responder aos actuais desafios que são a luta contra a corrupção, o narcotráfico e o crime organizado
- vii) desenvolvimento de parceria no domínio de formação com as instituições nacionais e internacionais para a formação dos juízes, procuradores, advogados e outras áreas da justiça.

5. Reforço das capacidades da Assembleia Nacional Popular

A Assembleia Nacional Popular (ANP), enquanto Órgão máximo da Soberania Nacional confronta-se com um conjunto de problemas que a fragiliza, dificultando o exercício eficaz do poder legislativo (legislar e controlar a acção governativa). Dentre os problemas identificados, destacam-se: (i) a fraca qualificação dos Deputados, inclusive nas comissões especializadas; e (ii) a insuficiência dos recursos financeiros e materiais.

Para permitir que a ANP desempenhe plenamente o seu papel, são previstas as seguintes medidas:

a) Redefinir os critérios para a eleição ao posto de Deputado da Nação, insistindo no nível académico (de escolaridade) do candidato, b) reforçar a capacidade dos parlamentares e das comissões especializadas, c) reforçar a capacidade de gestão administrativa e financeira da ANP a fim de assegurar uma maior independência e qualidade no exercício da função, e d) lançar bases para a criação de uma estrutura estadual que represente as autoridades locais ao nível nacional.

6. Participação cívica, diálogo e reconciliação nacional

A falta de diálogo e entendimento entre as forças vivas da nação, tem resultado em convulsões sociais que desembocaram muitas das vezes em conflitos violentos. Igualmente, a divulgação de informações para o desenvolvimento e relativo a governação reveste de uma particular importância. As dificuldades relativas ao crescimento económico que o país enfrenta, a instabilidade institucional e precárias condições de vida da população amplamente, tanto ao nível da saúde, de educação, como dos rendimentos e do acesso à justiça constituem igualmente os fatores explicativos dessa importância. No entanto, embora com diferentes modalidades de comunicação (social escrita, rádio e áudio-visual incluindo a televisão e internet), a divulgação de informação continua a ser difícil na Guiné-Bissau. A falta de meios

entrava toda a possibilidade de perenização e a população sobre ao acesso aos meios de comunicação, e a esta em particular por causa da expansão das rádios comunitárias em todo o país. Outra implicação das populações nos debates sobre as grandes questões nacionais, a reconciliação entre os vários componentes da sociedade constitui portanto, um grande desafio para o país.

Reconhecendo isso, a Presidência da República e o Parlamento lançaram em Agosto 2010, o processo de divulgação e de partilha de informação, em grande escala no quadro diálogo nacional de reconciliação implicando o conjunto de actores. Esta iniciativa conjunta visa a reconciliar os Guineenses entre eles e reconstruir as bases da coesão social durável. Recorde-se que esta iniciativa conjunta segue as outras iniciativas anteriores, como os Estados Gerais e a VOZ DI PAZ, que permitiu a mais de 6 000 participantes de debater as causas dos conflitos e dos meios de os prevenir.

Nos próximos cinco anos, o Governo pretende prosseguir e reforçar esta dinâmica através de: (i) promoção dos espaços, mecanismos e oportunidades para o diálogo incluindo ao nível comunitário, permitindo a criação de consenso a volta das grandes questões nacionais, (ii) promoção das boas práticas de diálogo e concertação, inclusive com os exilados políticos; (iii) reforço de capacidades dos governos, empregadores, sindicatos, sociedade civil e meios de comunicação social na promoção do diálogo social e liberdade de expressão responsável e construtiva; (iv) reforço das capacidades nacionais para a gestão e monitorização dos processos eleitorais e para a participação da sociedade civil na formulação de estratégias nacionais de desenvolvimento, (v) o reforço das capacidades nacionais para a prevenção e gestão de conflitos, em particular ao nível local; e, (vi) promoção da participação das mulheres em todos os níveis e instâncias de tomada de decisões relativas às negociações de paz, prevenção e resolução de conflitos.

7. Reforma e modernização da Administração pública

A reforma da administração pública deverá responder os dois objectivos que são: racionalizar as estruturas e os efectivos da administração e melhorar a eficácia dos serviços públicos. Nesta perspectiva, o programa lançado em 2008 terá continuidade mediante a realização dos três (3) eixos principais: 1) redimensionamento das funções do aparelho administrativo do Estado e adaptação progressiva das estruturas e da dimensão da função pública, 2) reforço das capacidades institucionais e humanas e, 3) melhoria da gestão dos recursos humanos.

Relativamente ao redimensionamento das funções do aparelho administrativo do Estado, um recenseamento biométrico do pessoal da função pública foi realizado em 2009. Este exercício permitiu estabelecer em 22.236 o número real do pessoal da função pública e identificar cerca de 4.000 funcionários fictícios, o que permite economizar anualmente cerca de 2,5 mil milhões de francos CFA, ou seja cerca de 12% das despesas correntes. As medidas pretendidas para o futuro irão incidir principalmente sobre: i) revisão e melhoria do quadro jurídico e regulamentar da administração pública, ii) continuação de desengajamento do Estado nas actividades produtivas e comerciais, e iii) racionalização dos recrutamentos na função pública.

No que concerne ao reforço das capacidades institucionais e humanas, tratar-se-a de: i) revisão do quadro orgânico das diferentes estruturas de Estado em função das respectivas missões, ii) melhoria e modernização dos instrumentos e métodos de trabalho com vista a

melhoria da performance dos serviços públicos (definição clara das missões e responsabilidades, institucionalização de avaliação das performances, interconexão das estruturas do Estado a fim de facilitar a partilha de informação e acesso ao saber, etc.), iii) promoção do desenvolvimento dos recursos humanos através da formação e valorização das competências, velando para a equidade entre os sexos e, iv) desconcentração dos serviços públicos acompanhados de meios que permitam o seu funcionamento eficaz no terreno, incluindo a motivação necessária para a movimentação eficaz do pessoal qualificado.

Enfim, a gestão dos recursos humanos constituirá um eixo essencial da reforma. Para além da penúria real dos recursos humanos qualificados, administração pública carece ainda de uma verdadeira política de gestão dos recursos existentes. Uma visão global e pertinente do futuro da administração pública deverá constituir uma base sólida para a política de gestão dos recursos humanos, assim como, para toda a reforma a empreender. Nos próximos anos, o objectivo será de elaborar e implementar uma política de gestão dos recursos humanos com maior ênfase : i) no recrutamento na base de competências em função das necessidades da administração, ii) na adopção e implementação efectiva de um plano de carreira para o pessoal, iii) na institucionalização de um sistema transparente de promoção baseado no mérito e, iv) na melhoria de condições de tratamento do pessoal, incluindo a melhoria dos salários e reorganização do sistema de segurança social e de pensões. Para cada uma das dimensões da política dos recursos humanos, a equidade de género deverá ser sistematicamente observada, para uma maior justiça social, no sentido de tirar pleno proveito do potencial de competências das mulheres para a melhoria da gestão pública e a prestação dos serviços às populações.

Por outro lado, a luz do carácter epidémico do VIH/SIDA e da ameaça que representa para administração pública, a luta contra a pandemia fará parte integrante da política de gestão dos recursos humanos. Neste sentido, os principais objetivos serão: 1) reduzir a propagação do VIH/SIDA e atenuar o seu impacto sobre as pessoas infectadas e afectadas, 2) melhorar a qualidade de vida das pessoas vivendo com VIH/SIDA e, 3) proteger os direitos das pessoas vivendo com VIH (PVVIH), incluindo a luta contra a discriminação e os preconceitos associados à pandemia de VIH/SIDA e outras doenças sexualmente transmissíveis (DST).

8. Descentralização e Desenvolvimento Local

A Guiné-Bissau está dividida em oito regiões administrativas. A capital, Bissau, tem um estatuto especial. As regiões são por sua vez divididas em sectores. Apesar de ter aprovado leis sobre a descentralização, o país ainda não tem nenhum Governo Local dirigido por responsáveis eleitos. Por enquanto, há apenas sectores administrativos que ainda estão sob a supervisão de funcionários do Estado. A região ainda é apenas o núcleo administrativo operacional, o Estado é representado por um governador sob tutela do Ministério da Administração Territorial.

Ao nível sectorial, a Administração é representada por um Administrador Sectorial, apoiado por alguns funcionários, entre os quais, o seu segundo que exerce as funções de Secretário administrativo. Paralelamente, a nível regional, existe uma estrutura de apoio técnico ao Governo regional que reúne os representantes dos Ministérios Técnicos, Poder Tradicional e ONG. Ao nível das secções, a Administração não tem nenhum representante directo, mas se apoia nas estruturas tradicionais, régulos. Estes, por sua vez, apoiam nos conselhos de anciãos. Finalmente, ao nível da tabanca, o chefe, apoia nas estruturas tradicionais (anciões), para assegurar a resolução de casos e conflitos locais.

A Guiné-Bissau dispõe de textos relativos à gestão das colectividades locais, que foram aprovados antes do conflito, mas ainda não estão sendo implementados. Em 1995, a Assembleia Nacional Popular (ANP) decidiu rever a Constituição para incluir a existência das colectividades locais.

O objectivo do Governo em matéria de descentralização é de promover o desenvolvimento das colectividades locais e das regiões, através, entre outras, da revisão dos textos de 1995 e a dotação das colectividades locais em meios financeiros e humanos segundo uma estratégia de implementação realista que tomará em conta as capacidades institucionais e financeiras do País.

Os esforços empreendidos há vários anos, focalizam sobre o fortalecimento dos governos regionais a volta do governador e a promoção de iniciativas locais susceptíveis de criar capacidades locais em matéria de programação e de animação das economias locais. O Ministério da Administração Territorial está a apoiar as iniciativas para desenvolver as capacidades de auto-desenvolvimento para servir de referência no futuro para as comunidades. Actualmente, o Estado, apesar dos limitados recursos financeiros e humanos, está tentando lidar com quaisquer situações de emergência nas regiões e localidades mais isoladas. Dada a importância da administração de proximidade que goza da confiança das populações locais, a descentralização aparece como uma importante alavanca para a melhoria dos serviços públicos básicos e dinamização das economias locais. O papel de desenvolvimento local, articulando iniciativas públicas e privadas na criação de riqueza local e oportunidades de emprego e rendimento é fundamental para a estratégia de redução da pobreza e a realização dos ODM. A descentralização é um importante vector na regionalização dos ODM e do surgimento de pólos regionais de desenvolvimento.

Nesta perspectiva, são previstas as seguintes acções:

- operacionalizar a reforma através da criação de comunidades-piloto, antes da extensão do processo ao nível nacional;
- elaborar e implementar um plano de descentralização, que tenha em conta entre outros, as necessidades em termos de recursos humanos, financeiros e organizacionais, incluindo a realização das primeiras eleições autárquicas;
- reforçar as capacidades locais de planificação e de gestão do desenvolvimento, assegurando a participação directa das comunidades e populações concernentes. A este efeito, os serviços descentralizados/desconcentrados e as organizações da sociedade civil deverão ter uma contribuição essencial;
- implementar os dispositivos de financiamentos descentralizados ao nível das regiões a fim de lhes permitir realizar alguns planos locais de desenvolvimento e iniciar a paradijagem de programação local e a gestão de desenvolvimento local;
- implementar dispositivos de controlo e gestão das finanças locais (centralização das receitas regionais ao nível das finanças) adequadas para fazer face à corrupção generalizada. Trata-se também de aumentar a transparência e a responsabilização dos eleitos locais face as populações que pedem contas aos responsáveis políticos;
- mobilizar os recursos e realizar as primeiras eleições municipais, criando condições para garantir as candidaturas femininas
- criar capacidades nacionais e regionais de apoio e aconselhamento às colectividades locais instaladas nas diferentes regiões ;

- reforçar as capacidades locais de planificação, gestão de recursos naturais e do desenvolvimento, assegurando a participação directa das comunidades e populações concernentes. Com efeito, a cartografia oficial deve ser actualizada e harmonizada com a tradicional; os serviços desconcentrados e as organizações da sociedade civil devem dar uma contribuição essencial.
- desenvolver mecanismos legislativos que promova a gestão descentralizada e comunitária dos recursos naturais;
- instituir polícias municipais para controlar a exploração dos recursos naturais baseando-se ao máximo nos princípios de co-gestão;
- responsabilizar as comunidades locais na valorização e gestão dos seus recursos naturais,
- promover o direito de acesso reservado aos recursos naturais para as populações residentes.

9. Prevenção e gestão de riscos das catastrofes naturais

A Guiné-Bissau é vulnerável aos vários tipos de catástrofes, a saber: tempestades tropicais, inundações, os ataques dos gafanhotos, as secas, a erosão costeira, os incêndios etc. Neste caso entre 1987 e 2009, a seca afectou 132 000 indivíduos, as inundações afectaram 1 750 e os ciclones tropicais vitimaram 2 712. Quanto as epidemias, elas afectaram 105 380 indivíduos, dos quais 3 032 mortes enquanto os acidentes antrópicos causaram 7 000 vítimas (OFDA/CRED).

Os desastres lançam frequentemente as famílias em situação de pobreza e exercem efeitos negativos sobre as actividades económicas e o orçamento do Estado em detrimento dos esforços de desenvolvimento.

Segundo o estudo sobre a pobreza monetária e não monetária em 2010, várias pessoas encontram-se num nível muito profundo de pobreza e vivem hoje nas condições quase idênticas aos afectados pelas catástrofes naturais e/ou epidemiológicas.

O reforço de capacidades em matéria de prevenção, de preparação, de resposta, de restabelecimento pós-catástrofe e de mitigação se justificam plenamente. As lições tiradas dessa experiência, indicam que o reforço de capacidades em matéria de prevenção, de preparação, da resposta, da reabilitação pós-catástrofe e a mitigação, deverão constituir uma maior preocupação no quadro do DENARP II. Esforços serão desenvolvidos para operacionalizar os 5 domínios do Plano de Acção de Hyogo ratificado pela Guiné-Bissau. Contudo, é bom admitir que para um país frágil como Guiné-Bissau, a realização das acções necessárias será essencialmente condicionado a uma assistência técnica e financeira externa. As acções a empreender são múltiplas, desde a prevenção à assistência às pessoas afectadas.

1. Redução de riscos de catástrofes

O quadro nacional (político, estratégico, institucional e programático) em matéria de redução de riscos de catástrofes continua muito fraco. Contudo, em Agosto de 2009, foi instituído um Comité Nacional para reflectir sobre a criação de uma Autoridade Nacional da Protecção Civil. Este comité co-presidido pelas Direcções Gerais da Geologia e Minas e da Energia realizou os seguintes trabalhos: i) produção da lei de base para a criação de um serviço nacional de protecção civil; ii), identificação, num atelier, dos principais riscos de catástrofes,

iii) estabelecimento de modalidades de mobilização de fundos que permitam a autoridade nacional de protecção executar a sua missão; também foi designado um ponto focal nacional no quadro de Acção de Hyogo.

A curto prazo, será necessário submeter esta lei de base para a aprovação e promulgação na ANP antes de fim de 2011. Em seguida será nomeada uma autoridade nacional encarregue da Protecção Civil, e conseqüentemente assegurar a coordenação nacional das actividades de gestão dos riscos de catástrofes.(a confirmar)

A médio prazo, serão concentrados esforços na conclusão de textos para a implementação do quadro institucional nacional, assim como de uma estratégia nacional de gestão de riscos de catástrofes, acompanhado de um quadro programático plurianual.

2. Identificar os riscos e passar a acção

Esforços já foram empreendidos em matéria de sistema de informação ligada a GRC, a nível da meteorologia nacional e nos domínios do sistema de seguimento epidimiológico. Todavia, é importante continuar estas e outras acções e, organizar um estudo mais aprofundado sobre o perfil da vulnerabilidade do país, previsto para 2012. As mulheres serão envolvidas no estudo para que os seus riscos específicos, capacidades de intervenção, necessidades, prioridades e perspectivas possam ser tratadas. Actualizar periodicamente, os resultados que permitam alimentar uma base de dados dinâmica sobre as emergências de catástrofes na Guiné-Bissau, isto para melhor antecipar os desastres. O objectivo a longo prazo, é implementar um Sistema de Alerta acessível às comunidades, nomeadamente aos grupos vulneráveis e às mulheres.

3. assegurar a compreensão e a consciência de riscos

Medidas serão tomadas para integrar a dimensão GRC nos curricula de educação de base e módulos de formação, criar um dispositivo de informação, de sensibilização e de comunicação a escala das comunidades expostas aos riscos e para a criação de uma rede de jornalistas em GRC.

4. Reduzir os factores de riscos subjacentes

A vulnerabilidade do habitat foi a principal constatação. Com vista a tornar os habitats, nomeadamente dos mais pobres, resistentes aos riscos, proceder-se-á a definição e a vulgarização das normas de construção anti-riscos. Por outro lado, os grupos vulneráveis deverão ser apoiados a aceder à habitação segura através de programas de alojamentos sociais, integrando as normas de construção anti-riscos. Igualmente os dispositivos regulamentares deverão ser tidos em conta para integrar o GRC no ordenamento do território, na planificação urbana e na interdição de construções de habitações e de infra-estruturas sociais nas zonas submersas e inundáveis.

5. Postura de prevenção e acção a todos os níveis

Neste particular será necessário adoptar uma postura de prevenção e de acção a todos os níveis. Assim o Governo elaborara um plano de contingência nacional que reflita o nível de exposição do país aos riscos de catástrofes segundo os factores de riscos de cada região. Em seguida, os exercícios de simulação e de Retorno de Experiências (RTEX) deverão também ser instituídos para os tornar mais performantes e operacionais. Igualmente, uma estratégia e um mecanismo de mobilização rápida de recursos em situação de urgência devem ser criados. As capacidades de socorro e de salvamento, das equipas de urgência (bombeiros) serão reforçadas.

2.4.2 Eixo II: Assegurar um ambiente macroeconómico estável e incitativo

A avaliação da implementação do DENARP I concluiu que: i) o clima político e de segurança não era propício para a implementação das reformas, ii) o desempenho da economia tem sido limitada (taxa média de crescimento anual de cerca de 3%, contra uma meta de 5%) e largamente dependente da fileira do caju, por si só altamente dependente da conjuntura do mercado internacional, iv) o país está longe de alcançar os ODM no horizonte 2015.

Na perspectiva da redução da pobreza e de aceleração do cumprimento dos ODM na Guiné-Bissau, uma das principais aspirações do DENARP II será o relançamento do crescimento e a diversificação da economia, incluindo a redução da sua forte dependência à castanha de caju.

Para o efeito, o Governo pretende consolidar os ganhos DENARP I e elevar a taxa de crescimento económico para 5%, em média, entre 2013 e 2015 e diversificar as suas exportações para sair

gradualmente da dependência de apenas de um único produto. Para isso, uma ambiciosa estratégia será implementada em torno das seguintes prioridades: i) consolidação da estabilidade do quadro macroeconómico; ii) desenvolvimento de infra-estruturas de base, nomeadamente da energia; iii) melhoria do ambiente de negócios e promoção do sector privado; e, iv) apoio aos sectores portadores de crescimento, nomeadamente agricultura, pecuária, pescas, indústria e turismo. Particular atenção será dada ao desenvolvimento do sector emergente de minas a luz do impacto que pode gerar sobre o crescimento, emprego e distribuição de rendimento, bem como a obtenção das receitas em divisas.

Critérios do primeiro rang: i) saldo orçamental de base em relação ao PIB, $\geq 0\%$, ii) inflação inferior a 3%, iii) não acumulação dos atrasados de pagamento internos ou externos do Estado no período corrente e, iv) peso da dívida interna e externa em relação ao PIB $\leq 70\%$.

Critérios de segundo rang: i) massa salarial $\leq 35\%$ das receitas fiscais, ii) investimentos públicos financiados pelos recursos próprios 20% das receitas fiscais, iii) défice exterior corrente excluindo os donativos em relação ao PIB 5% e, iv) carga fiscal atinge ao menos 17% do PIB.

1. Estabilização do quadro macro-económico e reforço das capacidades de gestão estratégica de desenvolvimento

Progressos sensíveis foram conseguidos neste domínio nos últimos três anos. Na gestão das finanças públicas, por exemplo, a melhoria na mobilização de receitas e o controlo das despesas, permitiram a redução do défice orçamental, assim como da acumulação dos atrasados. No entanto, grandes limitações ainda permanecem, porquanto as receitas fiscais estão aquém da meta dos 17% do PIB fixada no quadro dos critérios da convergência da UEMOA. O Orçamento Geral do Estado (OGE) é fortemente dependente da ajuda externa. Apesar de, o rácio massa salarial em relação às receitas próprias ter reduzido, situando-se em 75,6% em 2009, contra 90,3% em 2006, continua muito acima da norma ($\leq 35\%$) estabelecida pela UEMOA. Por outro lado, crescem-se as necessidades prementes relacionadas com o financiamento das prioridades estratégicas para promover o crescimento económico e reduzir a pobreza no país, incluindo a reforma das forças de defesa e segurança.

Em conformidade com os compromissos assumidos no quadro da UEMOA, o Governo pretende manter o défice orçamental abaixo dos 3% do PIB, o défice corrente da balança de pagamentos 5% do PIB e a inflação anual de 3% no máximo.

Para isso, o Governo continuará a envidar esforços para: i) reforçar a mobilização de receitas, ii) melhorar a qualidade das despesas públicas, iii) promover os investimentos estrangeiros directos (IDE) e a remessa de emigrantes através da implementação do novo código de

investimento, o reforço das capacidades das estruturas encarregues de atribuição de licenças e de formalização de empresas e, iv) mobilizar os recursos externos para cobrir as necessidades de investimentos do país e apoiar a balança de pagamentos.

Paralelamente, para um desenvolvimento sustentável e durável, uma abordagem estratégica a longo prazo, baseada na exploração optimal das potencialidades do país e sustentado por um programa de reformas e investimentos consequentes, será necessária⁹. A este respeito, a Visão Prospectiva “DJITU TEN” e sua operacionalização através do DENARP e das políticas sectoriais pertinentes determinarão em larga medida as orientações de acção do Governo em matéria de desenvolvimento económico e social.

Na perspectiva do reforço das capacidades nacionais de pilotagem da economia, importantes iniciativas foram lançadas nestes últimos anos pelo Ministério da Economia, do Plano e Integração Regional com o apoio dos parceiros, nomeadamente: Programa de Apoio ao Desenvolvimento das Capacidades Nacionais de Pilotagem da Economia e de Coordenação da Ajuda (BAD/PNUD) e Programa de Modernização e Reforço das Capacidades da Administração Pública (UEMOA).

No decurso dos próximos anos, para além da implementação de uma assistência técnica internacional consequente e o recrutamento e a formação de quadros em matéria de análise e previsão macroeconómica da formulação de políticas e planificação estratégica, as acções do Governo serão traduzidas em: i) desenvolvimento e/ou melhoria dos principais instrumentos necessários à melhoria da pilotagem da economia (modelos de previsão e enquadramento macroeconómico, Plano de Acções Prioritárias - PAP, Programa de Investimento Público - PIP); ii) melhoria do quadro institucional e dos mecanismos de Cooredenação de Ajuda em conformidade com a Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda; iii) reforço do seguimento & avaliação do DENARP e, incluindo indicadores que permitam compreender melhor a situação das mulheres e garantir o seu acesso aos benefícios inerentes às acções empreendidas; e, iv) desenvolvimento de um sistema de seguimento & avaliação de políticas e estratégias performantes, incluindo a elaboração e implementação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento da Estatística (ENDE).

2. Reformas da gestão das finanças públicas

O Governo lançou um processo de reformas estruturais no domínio das finanças públicas com vista a consolidação da estabilidade orçamental e melhoria da qualidade, transparência e eficácia das despesas públicas. Estas reformas, realizadas com o apoio dos parceiros, se traduziram nomeadamente na implementação de um quadro jurídico e contabilístico moderno da gestão das finanças, no reforço do sistema de controlo e na melhoria da gestão operacional do orçamento, incluindo a operacionalização do Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas (SIGFIP) nos departamentos ministeriais, para melhorar a eficácia e a transparência na execução do orçamento. Ao acima exposto, associa-se a redução do défice orçamental, apesar do contexto difícil ligado a baixa considerável do preço de caju em 2009 e da assistência internacional ainda limitada.

⁹ A estrutura da economia nacional não mudou fundamentalmente depois da independência, o sector primário, largamente dominada pela agricultura tradicional e familiar representa ainda cerca de 40% de PIB. A excepção da fileira de caju, não emergiu nenhuma dinâmica susceptível de acelerar o crescimento e a transformação da economia.

Para consolidar os ganhos acima referenciados, o Governo adotou, a curto prazo, as seguintes estratégias: i) fusão da base de dados resultante do recenseamento biométrico do Ministério da Função Pública com a do Ministério das Finanças, ii) pagamento presencial de salários em certos Ministérios, iii) implementação do sistema de contabilidade na tesouraria em conformidade com as disposições do SIGFIP. Por outro lado, o Governo prosseguirá os esforços para:

- o reforço de mobilização de receitas através de: i) aplicação estrita das disposições fiscais e aduaneiras, ii) alargamento da base fiscal, incluindo a integração das taxas imobiliárias e predial (ou alargar a base fiscal atribuindo a DGCI a missão relativa ao registo dos títulos de propriedade), iii) racionalização e seguimento de isenções aduaneiras e fiscais, iv) controlo das receitas através da centralização de arrecadação na DGCI, v) desenvolvimento de mecanismos e procedimentos acelerados para reembolsos dos IGV/TVA e ACI e, vi) inscrição da questão fiscal na ordem do dia do diálogo entre o Governo e o sector privado;
- a melhoria da qualidade das despesas públicas. A este efeito, as medidas enumeradas já estão a ser implementadas pelo Governo tais como: i) unificação do ficheiro saldo ao nível do Ministério das Finanças, incluindo o da Função pública, resultante do recenseamento biométrico dos funcionários, ii) pagamento dos salários na base da presença física em certos Ministérios e, iii) implementação de sistema de contabilidade pública em conformidade com o SIGFIP.

Para consolidar e reforçar a eficácia da gestão orçamental, as medidas serão orientadas em direcção: i) ao alinhamento do orçamento às prioridades definidas através do DENARP II en garantissant des allocations budgétaires qui favorisent la réduction des disparités et l'élimination des iniquités et inégalités de toutes formes, au plan spatial et entre hommes et femmes garantindo as afectações orçamentais que favoreçam a redução das disparidades e a eliminação das inequidades e desigualdades de todas as formas, no plano espacial e entre homens e mulheres (assegurar uma melhor articulação do orçamento enquanto instrumento de implementação), ii) à implementação de Quadro de Despesas a Médio Prazo (QDMP) para assegurar uma melhor planificação das despesas nos sectores prioritários será efectivada, iii) à melhoria da gestão dos concursos públicos pelo reforço da transparência e coerência na atribuição dos mercados e na melhoria do seguimento e controlo orçamental, iv) ao enquadramento estrito do recurso aos procedimentos excepcionais da execução orçamental e, v) à publicação regular da execução orçamental e das contas de gestão e da Lei do Orçamento Geral do Estado (OGE).

3. Melhoria do ambiente de negócios e promoção do sector privado

Segundo o relatório “Doing Business” elaborado pelo Banco Mundial, a Guiné-Bissau está classificado entre os últimos países em termos de adequação do ambiente de negócios: 173º sobre 175 em 2005 /2006 e 181º sobre 183 em 2008/2009 (Relatório 2010). Além do clima político e de segurança e a escassez de infra-estruturas básicas, os principais constrangimentos enfrentados pelos potenciais investidores são: i) a falta de informação que penaliza fortemente os investidores que querem começar um novo negócio no país, ii) a complexidade, a morosidade de procedimentos, os elevados custos de formalização e de criação de empresas, e iii) a multiplicidade de instituições de interface com o sector privado. O tempo e os custos necessários para a criação de uma empresa que eram estimados respectivamente, em 213 dias em média e 250% do PIB per capita.

Além disso, deve-se acrescentar a este ambiente outros constrangimentos não menos importantes que limitam a dinâmica do desenvolvimento do sector privado. Estes incluem a falta de instrumentos de apoio financeiro e técnico para promover as iniciativas privadas.

No entanto, o país tem potencial para se tornar atractivo para os investidores, nacionais e internacionais, graças à diversidade dos seus recursos naturais e ao assinalável progresso institucional e legislativo. Nesse sentido, um avanço significativo foi a criação pelo Governo de um Centro de Formalização de Empresas (Guichet único), para facilitar e agilizar os procedimentos de registo de novas empresas. A criação de um tribunal e de um centro de arbitragem comercial integram igualmente as acções do Governo no sentido de consolidar as conquistas relativas à criação de um ambiente mais propício ao desenvolvimento do sector privado. No domínio da reforma legislativa está a ser discutido o Código do Trabalho, a implementação da Lei de Terras e um novo Código de Investimento.

No quadro do DENARP II, o Governo continuará a envidar esforços para promover o investimento e apoiar o desenvolvimento do sector privado. As acções previstas para este fim se articularão em torno das seguintes prioridades: i) melhoria das infra-estrutura básicas – em particular energia e transportes, ii) reforço do quadro legal e do sistema judicial relativo ao investimento privado (adopção de novo código de investimento privado, a execução de actos jurídicos de Organização para a Harmonização de Direito de Negocios- OHADA), a actualização do Código Fundiário, nomeadamente para facilitar o acesso à terra e garantir a segurança da sua posse, a revisão da reforma dos códigos civil e comercial, etc.) iii) continuação da simplificação e da racionalização dos processos e procedimentos para a criação de empresas (reforço das capacidades dos serviços de licenciamento e de registo de empresas e propriedades, a descentralização e / ou privatização dos serviços notariais, etc.), iv) a melhoria do sistema de informações entre a administração pública e privada (criação de um site Web para a divulgação da legislação em vigor relativos aos estabelecimentos e ao funcionamento das empresas, implementação e animação de um quadro de concertação entre a administração e o sector privado), v) continuação do processo de pagamento da dívida interna, vi) reforço do sistema financeiro, nomeadamente para apoiar os investimentos nos sectores produtivos tais como, a agricultura (actualização da legislação sobre as Instituições de Micro-Finanças (IMF) e sua capacitação, e a introdução de novos financiamentos adaptados às necessidades da economia, incluindo a criação de fundos de apoio a promoção das pequenas e médias empresas) e, vii) a aplicação de políticas comerciais harmonizadas com as diretrizes da UEMOA.

Paralelamente, a estas diferentes medidas, os esforços sustentados serão feitos para a qualificação dos recursos humanos, tanto em termos de formação técnica e profissional e como no desenvolvimento do empreendedorismo. A melhoria do ambiente de negócios passará igualmente pela boa governação, através do desenvolvimento de programas de formação e informação sobre o ambiente de negócios, mas também de intensificação da luta contra a corrupção (informação, sensibilização, restrição das oportunidades de corrupção, processos judiciais).

Na Guiné-Bissau, como na maioria dos países em desenvolvimento, há uma forte corrente de emigração, que atingiu uma nova dimensão nos últimos anos. Para melhorar a sua contribuição para o desenvolvimento nacional, o Governo criou o Instituto de Apoio ao Emigrante (IAE), a fim de incentivar e facilitar as remessas¹⁰ e os investimentos dos emigrantes no país. As medidas visando atingir estes objectivos, passam pela criação de um quadro jurídico-legal para regulamentar as transferências dos fundos dos emigrantes, a simplificação do acesso à terra, a facilitação de importação de materiais de construção e a simplificação dos procedimentos administrativos para a formalização de empresas.

2.4.3. Eixo III: Promover o desenvolvimento económico durável

1. Apoio aos sectores portadores de crescimento

Durante vários anos, a tendência de crescimento da economia da Guiné-Bissau varia entre 4% e 1,5% em termos reais, se for tomado em conta a taxa de crescimento demográfico de 2,5 % ao ano. O governo pretende aprofundar as suas reformas económicas e financeiras para atingir progressivamente o objectivo de uma taxa de crescimento acima de 5% até 2015. Este será um ponto de referência das suas políticas públicas. As condições são favoráveis para a concretização destes objectivos. Na verdade, a estabilidade macroeconómica dos últimos anos, a melhoria das condições do desenvolvimento do sector privado, o retorno gradual da confiança dos investidores nacionais e estrangeiros assim como a vontade política de promover reformas na administração pública e nas forças de defesa e segurança são factores favoráveis para um crescimento forte e durável, impulsionados por sectores motores, tais como agricultura, pesca, minas e turismo. O Governo está preocupado com a imperiosa necessidade para que o crescimento gerado pelos sectores motores se traduza em mudanças reais na vida dos pobres. Na verdade, um crescimento forte e sustentável é necessário, mas é insuficiente se ele não tiver efeitos sobre as franjas dos pobres que ainda representam quase dois terços da população. Ele deve ser impulsionador de todos os sectores de actividades, que permitem grandes segmentos da população para encontrar empregos estáveis e rendimentos monetários consequentes para lhes permitir uma melhor integração no tecido económico e social.

Esse crescimento forte e durável deve ser mais pró-pobre e passa por duas abordagens complementares, com uma atenção particular aos grupos vulneráveis entre os quais as mulheres. O primeiro passo consiste em envolver os agricultores pobres, em particular, na criação de maior riqueza. Uma das pistas principais é o de estabelecer ou fortalecer actividades ou fileiras promissoras para assegurar ao mesmo tempo a segurança alimentar e diversificação das bases produtivas em conexão com o desenvolvimento da PMI/PME que podem constituir redes intermediárias na exportação de castanha de cajú. Isso vai exigir acelerar o processo de garantia de posse de terra e um melhor acesso dos agricultores aos

¹⁰ Segundo os dados da Balança de Pagamentos a remessa dos emigrantes para o país situou-se em cerca de 15 mil milhões de Fcfa ou seja 4% do PIB 2008.

meios produtivos, tais como crédito, mercados e oportunidades de formação. A segunda abordagem inclui um conjunto de medidas destinadas a desenvolver as economias urbanas para reduzir a pobreza urbana.

Para obter um crescimento forte, sustentável e benéfico aos pobres, o governo dará atenção especial aos programas destinados a reduzir a vulnerabilidade da economia da Guiné-Bissau e da pobreza através da diversificação das fontes de crescimento. O Governo irá prestar maior apoio ao desenvolvimento do sector privado, com especial ênfase as pequenas e médias empresas, incluindo as micro-empresas que estão no limite do sector informal. Este apoio será aplicado sem distinção, para todas as actividades produtivas existentes ou propostas, seja na agricultura, pecuária, pescas, artesanato, indústria e serviços, e que elas sejam orientados para o mercado interno, regional ou internacional.

No entanto, com a finalidade de priorizar as acções, o Governo irá privilegiar intervenções direccionadas para um número limitado de sectores (ou fileiras) considerados prioritários, concentrando-se na parceria com o sector financeiro para apoiar e estimular o sector privado, mobilizando a contribuição da diáspora, investindo nas infra-estruturas e na formação profissional. Esses sectores foram identificados, após amplas consultas e estudos concretamente EDIC, APE sobre as necessidades e obstáculos ao comércio e também o estudo sobre as fontes de crescimento em relação ao seu potencial, contribuindo para o crescimento económico, criação de emprego e redução da pobreza. Tratam-se dos sectores de caju, da pesca, do turismo e das minas, que reflectem a vontade do país na abertura para o exterior e contribuem (ou contribuirão) para o aumento das receitas do Estado. Um estudo de simulação revelou que estes sectores têm todos (excepto de momento, o sector emergente de minas) efeitos multiplicadores sobre o rendimento das famílias, e fortes ligações com o resto da economia. São também aqueles onde a vantagem comparativa parece evidente. Estes sectores abaixo discriminados são considerados estratégicos:

- fileira do caju;
- fileira do arroz;
- pesca;
- turismo; e,
- indústrias extractivas (sector emergente).

Para alcançar este objectivo, o desenvolvimento da fileira agro-alimentar, com maior destaque no desenvolvimento dos cereais (incluindo arroz), castanha de caju, pesca e pecuária deverão estar no centro da estratégia para o desenvolvimento da Guiné-Bissau. Em torno desta fileira, irá desenvolver-se um conjunto de actividades no domínio do turismo, dos Transportes, Comércio, construção e obras públicas e minas. Esta opção permite à Guiné-Bissau para tirar proveito das vantagens comparativas, aumentando a receita das exportações e do turismo, reforçando a segurança alimentar e o emprego.

Este crescimento mais robusto e durável do que antes, inscrito nos principais objectivos do DENARP II, serão apoiados por investimentos prioritários no sector rural, estabelecendo as bases da verdadeira revolução verde para um país que tem alto potencial agro-pastoril muito pouco desenvolvido. Esta estratégia vai também contar com um sector de minas em pleno crescimento, assegurando que os impactos socioeconómicos são mais difusos e sustentáveis das economias locais.

No âmbito desta orientação, o governo, na execução do seu investimento, irá esforçar-se para que a questão de salvaguarda social e ambiental do país seja bem integrada em todas as políticas sectoriais. Os desafios e problemas colocados pelas alterações climáticas também serão integrados nos programas e projectos de investimento em todos os sectores de actividade, especialmente no sector rural (agricultura, pecuária, silvicultura), das pescas, dos recursos hídricos, do turismo, da energia, da habitação e das obras públicas (estradas e pontes) para assegurar o fortalecimento da capacidade de reacção e adaptação às mudanças climáticas.

Três eixos estratégicos serão desenvolvidos:

1. garantir a segurança alimentar: a política de segurança alimentar inclui (i) um aspecto ofensivo, que consiste em aumentar o máximo possível a produção de produtos alimentares estratégicos, como arroz, mandioca, milho e milho bacil (ii) um aspecto defensivo, que consiste em adquirir uma certa resiliência aos choques (climáticas, económicas), por meio da reacção rápida pós-catástrofe;
 - melhorar o rendimento dos produtores: o alcance desta meta exige uma boa informação sobre o mercado, um alto grau de organização da economia agrícola (envolvendo a colaboração entre os intervenientes na cadeia) e uma abertura para a exportação. Para fazer face ao problema económico dos pobres e muito pobres, o Governo irá desenvolver duas estratégias básicas: a primeira será a revitalização do sector agrícola e a segunda, concernerá a criação de emprego gerador de rendimentos para os pobres através de uma estratégia para ajudar os agricultores a desenvolver técnicas de conservação da castanha de caju. Isso permitiria que os produtores enfrentem o medo da obsolescência dos seus produtos e não vender a qualquer preço aos compradores. Paralelamente, o Estado vai redinamizar o sector, promovendo a diversificação e incentivo ao cultivo de outros produtos agrícolas competitivos. Essa redinamização passará pela mecanização do sector e da vulgarização de fertilizantes, para que o sector possa avançar para uma produção contínua ao longo do ano. Será colocado um enfoque especial na mobilização de recursos (financeiros e humanos) para a criação de estruturas de gestão de micro-finanças e o enquadramento e acompanhamento dos beneficiários no terreno.
 - contribuir para a melhoria da balança comercial: a agro-indústria ajuda o país a adquirir divisas quando seus produtos são exportáveis. Esta pista é muito exigente e requer um esforço particular de organização dentro das fileiras dos produtos. Uma política de qualidade deve ser concebido e implementado, e os serviços controlos eficazes instalados.
2. desenvolver actividades de promoção dos produtos locais: essas actividades são fontes de desenvolvimento de tecidos produtivos (locais e regionais), animados pelas pequenas e médias empresas que serão apoiados no quadro do desenvolvimento do sector privado. Os produtos prioritários a desenvolver são: castanha de caju, arroz, produtos animais e peixes assim como alguns produtos turísticos.
3. promover alguns pólos regionais de crescimento, com vista a permitir uma real valorização dos recursos regionais para o desenvolvimento das economias regionais, isso passará:

- pelo ordenamento das áreas de actividade agrícola e melhoria das infra-estruturas rodoviárias e de comunicação das áreas turísticas;
 - pelo desenvolvimento de uma nova parceria do desenvolvimento entre o Estado e o sector privado;
 - pela implementação acelerada dos projectos de electrificação em certas regiões com vista a atrair mais investidores nos sectores de transformação de produtos agrícola e do turismo;
 - pela implementação de programas específicos de desenvolvimento das economias locais, através de fundos locais de desenvolvimento e os fundos regionais de desenvolvimento económico.
4. Integrar as mudanças climáticas nas decisões políticas, de planificação e de investimento nos sectores portadores de crescimento para torna-los resistentes às mudanças climáticas. A consideração dos riscos climáticos permitirá desenvolver as zonas agrícolas, habitação, turismo e costeiras e conceber infraestruturas rodoviárias e de comunicação adequadas para lidar com as catástrofes climáticas. A integração das mudanças climáticas abrangerá também os aspectos relacionados com a redução das emissões de gases com efeitos de estufa (GEE), permitindo, entre outros, privilegiar a eficiência energética e as energias renováveis em todas as decisões políticas e de investimentos assim como as estratégias sobre a questão energética. Assim, as estratégias de desenvolvimento dos diferentes sectores de crescimento deverão transformar-se em estratégias para o desenvolvimento com baixo nível de emissão de carbono e resistentes as mudanças climáticas afim de promover um desenvolvimento sustentável.

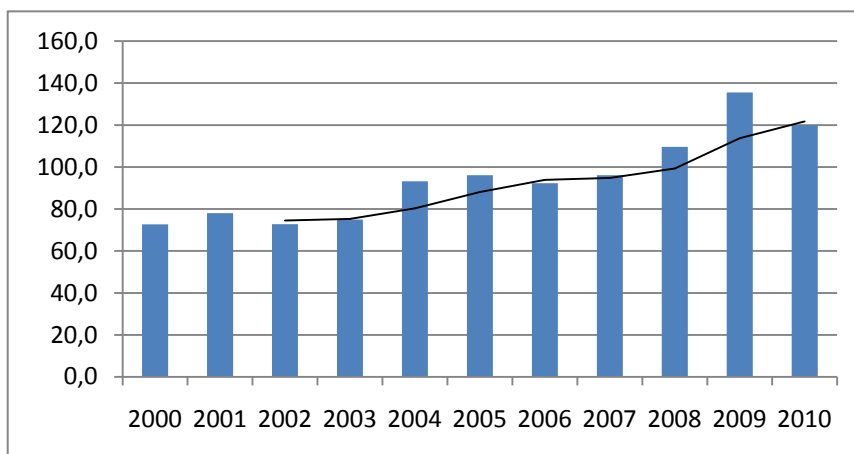
a. Desenvolvimento e valorização da fileira da castanha de caju

A produção de castanha de caju conheceu nos últimos anos uma evolução espectacular. A sua produção começou somente nos anos 1970. As exportações atingiram 10.000 toneladas em meados dos anos 80, 57.000 toneladas em 1997; e apesar das flutuações de um ano para outro, a tendência manteve-se durante a década seguinte, para se situar em 135.500 toneladas em 2009¹¹. A Guiné-Bissau é actualmente o sexto maior exportador mundial de castanha de caju. O desempenho do sector do caju é notável, apesar não ter sido objecto de particular atenção por parte do Estado ou de parceiros externos.

Grafico x. Evolução das exportações de caju (2000-2010)

(em milhares de toneladas)

¹¹ Dados de Comissão Nacional de Caju - CNC



Fonte: Direcção Geral de Economia (MEPIR)

Esta fileira emprega mais de 85% das famílias no país, e é raro encontrar um agricultor que não cultiva pelo menos, alguns pés de caju. As receitas assim geradas, têm um papel importante na redução da pobreza. Estima-se que um aumento dos preços ao produtor na ordem de 15% aumentaria o nível de consumo da categoria de "extremamente pobres" de 9,5%, e a categoria de "pobres" de 3,3%.

Dado o papel vital desta fileira, é importante manter os ganhos, melhorar o desempenho e fustigar as ameaças que pesam sobre ele. A transformação local é prioridade do Governo há muito tempo, com poucos resultados obtidos até a data (ver tabela xx). As unidades de processamento, cujo número é superior a 20 unidades, estão praticamente paralisadas neste momento. O maior problema das mesmas é a falta de capacidade financeira para constituição de stocks de matéria-prima. Uma nova abordagem já permitiu a construção de três unidades de processamento de novo tipo com parceiros estrangeiros, e que deverão começar a funcionar em 2011.

O Governo criou a Comissão Nacional de Caju, e pretende criar um Instituto Nacional do Caju. A Comissão Nacional de Caju, em colaboração com o Instituto Nacional de Investigação Agrícola (INPA) coordenará todas as acções relativas ao desenvolvimento das plantações de caju e promoção dos seus produtos.

As intervenções do DENARP II neste sector serão concentradas em três (3) principais prioridades: i) desenvolvimento de pesquisas de apoio à adopção de parâmetros agro-técnicas visando uma melhor produtividade do caju, incluindo a prevenção e/ou a luta contra as pragas; ii) reforço de controlo de qualidade e das normas com vista a otimizar as oportunidades no mercado internacional, e iii) promoção da transformação local da castanha de caju na base do Plano emergência para o relançamento da indústria de transformação de castanha de caju, aprovado em 2010. Essa transformação compreende igualmente a polpa, que servirá para produzir sumos, biscoitos, compotas e biocombustíveis, e iv) facilitar o acesso à créditos e incentivos fiscais.

Os objetivos e resultados esperados para os próximos anos estão resumidos na Tabela x.

Tabela 5 Indicadores de Fileira de Caju (2009-2015)

	2009	2010	2011.....2014	2015	Observações

Produção (1000 ton.)	150	(125)?		(240)	Novas árvores em fase de maturação +extensao das superfícies
Superfícies utilizadas/colheitas (ha)	220 000 ?				Extensão tida em conta a política de zonagem agro-ecológica, que respeitara as zonas consagradas culturas alimentares e à conservação.
Exportação (não transformadas)					
Exportação apos a transformação (% total)	X quilos (1%)			w quilos (10-15%)	

b. Desenvolvimento da fileira do arroz

O arroz é um produto estratégico de grande importância para o combate à pobreza. Este cereal constitui a base alimentar de mais de 95% da população. O consumo médio anual é estimado em cerca de 190.000 toneladas. Porém, assiste-se, há mais de dez anos, um défice crescente estimado em 2009/2010 em mais de 100.000 toneladas, cobrindo a produção nacional apenas 47% do consumo.

A produção orizícola é essencialmente assegurada pelos agricultores familiares (estimado em quase 90.000, o que totaliza cerca de 90% da produção), com técnicas rudimentares de produção, métodos de trabalho arcaicos, dominados por trabalhos manuais e físicos, de agricultores idosos e muitas vezes analfabetos, conduzindo por isso a baixo rendimento (1,7 t / ha). Estas unidades produtivas familiares integram, na sua maioria, mulheres cuja contribuição, condições e tempo de trabalho devem ser obrigatoriamente tidos em conta, devido ao seu impacto sobre a saúde materna e familiar, alfabetização das mulheres e escolarização das raparigas. Os produtores modernos “ponteiros” (cerca de 1.200 instalados), dispõem de concessões de terras significativas (variando de 20 a 2.500 ha), fornecidas pelo Estado, cobrindo cerca de 27% das terras aráveis (9% da superfície total do país), mas estes agricultores utilizam pouco essas terras para cultivo de arroz, as quais seriam bem adaptadas.

Entre os obstáculos que limitam a produção de arroz, destaca-se a preferência das pessoas para as culturas de renda (como o caju), a falta de mão-de-obra e a fraca intensificação da produção. Isto resulta principalmente da insuficiência dos investimentos na pesquisa e vulgarização das práticas, as técnicas de produção de sementes melhoradas, a fraca utilização dos fertilizantes químicos e orgânicos, de produtos fitosanitários e de fraco nível de irrigação (sobre um potencial de mais de 250.000 ha de áreas orizícolas irrigáveis, menos de ¼ é valorizado). O não acesso ao financiamento a médio e longo, assim como o estado degradante das pistas rurais e outras vias de acesso são igualmente limitações.

O objetivo do Governo no Plano de Investimento Agrícola, que se incere no DENARP para 2015, é elevar a produção em 158.000 toneladas de arroz com casca, o que corresponde aproximadamente 95.000 toneladas de arroz sem casca disponível para o consumo ou seja uma redução do déficit em mais de 50% e assim atingir uma taxa de satisfação das necessidades para a produção nacional de 80%, contra os actuais 45%

Os principais indicadores concernentes são apresentados na tabela em baixo:

Tabela 6. Indicadores de resultados da fileira de arroz (2009-2015)

	2009	2015
Superfície colheita (ha)	65.000?	Estimado em alta ??
Rendimento (xxx/ha)	1.4 à 1.7	3 à 6 ??
Produção (arroz paddy) ton.	90.000?	158,000
Consumo local	190.000	Xxxxxx
Produção % consumo	47%	80%

Estes objectivos serão realizados graças ao:

- controlo da água, não apenas em áreas de cultivo do arroz, mas também através de drenagem e gestão eficiente de numerosos rios que são usados para a agricultura;
- aprovisionamento em factores de produção nomeadamente os fertilizantes e pesticidas e de uma melhor divulgação de variedades de sementes de alto rendimento. Para esse efeito, um programa será implementado, tendo em vista o apoio à distribuição no mundo rural de 1.000 litros de pesticidas, de 3000 toneladas de fertilizantes e 2.500 toneladas de sementes melhoradas de cereais (em 5 anos). A intensificação da produção deverá ser feita através da introdução de variedades mais produtivas, incluindo o de ciclo curto em certas zonas e de um acompanhamento próximo dos camponeses.

A mecanização progressiva da agricultura associada às culturas endógenas, e em particular a fileira do arroz é necessária. Os investimentos previstos deverão permitir a aquisição, pelos produtores, de 100 tractores agrícolas, 1.000 motobombas e acessórios para o desenvolvimento da pequena irrigação, 1.500 motocultivadores. Além disso, tornar-se-á conveniente apoiar o acesso dos agricultores a 5.000 charuas de tração animal. Em relação aos tratamentos pós-colheita, o programa pretende reforçar os equipamentos existentes com mais 300 ceifeiras, 600 máquinas de descasque e 200 moinhos durante o mesmo período.

Está previsto que 46.368 ha de arrozais (27.088 ha em zonas de mangal, mais 19.280 hectares nas zonas de bolanhas) serão postos em produção nos próximos cinco anos. Ter-se-á em conta os custos de oportunidade entre a conservação dos mangroves e a sua conversão para o cultivo do arroz. O Governo está consciente que é importante identificar e delimitar as zonas a serem convertidas e as zonas a preservar num contexto onde os potenciais riscos de impacto sobre as mudanças climáticas existem.

Os ordenamentos previstos passarão pela execução de obras, com recurso à trabalhos de alta intensidade de mão-de-obra (AIMO), para criar empregos durante a época dita "morta", gerando rendimentos no meio rural e contribui para reduzir o êxodo rural e aumentar o rendimento da população local. As empresas privadas especializadas no ordenamento e

irrigação serão igualmente chamadas a desempenhar um papel importante na execução dos projectos hidro-agrícolas previstos.

O milho, o milho-grão e o milho bacil também são importantes para a segurança alimentar e serão igualmente indirectamente considerados e beneficiarão de grandes medidas de intervenção orientadas para o conjunto dos agricultores. A horticultura é uma actividade feminina por excelência que hoje ocupa as associações de mulheres à larga escala, nomeadamente no leste do país. Sua valorização é essencial no quadro do DENARP II, pois, o aumento dos rendimentos a este nível terá um impacto sobre a evolução dos ODM quer em termo de produção económica ou de bem-estar social.

Para alcançar estes objectivos, será, necessário, entre outros, revitalizar o Instituto Nacional de Pesquisa Agrária (INPA) e o Serviço Nacional de Protecção Vegetal.

c. Pecuária e outras produções

Os produtos da pecuária representam cerca de 17,0% do PIB nacional e 32% do PIB agrícola. A reprodução de animais de ciclo curto (aves, caprinos, ovinos, suínos, etc.) é assegurada principalmente pelas mulheres. Pequenas unidades de produção semi-industrial de ovos e frangos de carne têm sido desenvolvidos apenas em Bissau, enquanto a produção de leite ainda está muito subdesenvolvida. Grande parte da cobertura da procura urbana de carnes, aves e produtos lácteos é assegurada pelas importações, muitas vezes sob forma de produtos congelados.

A médio prazo, o desafio consiste em melhorar e aumentar a produção animal- com uma atenção especial para os animais de ciclo curto- graças as medidas tais como a pesquisa / vulgarização para o desenvolvimento de raças melhoradas, mais produtivas e melhor adaptadas ao contexto local e melhorar a saúde animal, em particular através da promoção de serviços veterinários.

Para as outras produções agrícolas o país possui igualmente condições naturais propícias para a produção de óleo de palma, amendoim, raízes e tubérculos e de frutas e legumes. A produção de aguardente a base de cana-de-açúcar, contínua, inclusive para a exportação, mas com uma tendência a diminuir. Alguns destes produtos servem ao mesmo tempo como um meio de melhoria da segurança alimentar e uma oportunidade de crescimento e da diversificação dos rendimentos das populações rurais e das exportações. As mulheres estão envolvidas em todas essas atividades e ocupam-se, em geral, com a ajuda das crianças, da colheita e da venda de frutas e legumes.

Essas produções beneficiarão de medidas para a promoção e reforço de capacidades do sector privado em geral, assim como do apoio ao Ministério da Agricultura. As intervenções podem incluir a implementação de um dispositivo organizacional estruturado de forma a assegurar a colheita e exportação de produtos.

d. Pesca

A abundante flora aquática e uma plataforma continental alargada (45.000 km²), associada a geografia (parte insular e continental, com muitos rios e superfícies de mangais), fazem da Guiné-Bissau um país rico em recursos haliêuticos. A sua zona marítima encontra-se entre as mais ricas em peixe da região, permitindo uma captura anual de 250-350 mil toneladas (incluindo o camarão). Bem gerido e melhor valorizado, o sector poderia constituir uma fonte importante para o crescimento económico, a criação de empregos, a melhoria da dieta alimentar e para o aumento e a diversificação das exportações e receita fiscais.

No entanto, o desenvolvimento do sector está sujeito a vários constrangimentos, nomeadamente: i) a ausência de uma política clara e eficaz para impulsionar o sector, ii) fraco conhecimento insuficiente sobre os recursos pesqueiros explorados e os ecossistemas marinhos, iii) fraquezas das capacidades institucionais e humanas para responder aos desafios ligados ao desenvolvimento do sector, nomeadamente em termos de planificação, vigilância e de controlo da exploração dos recursos haliêuticos, e da promoção dos investimentos privados; iv) insuficiência das infra-estruturas para apoiar a conservação e a transformação de produtos Mar; v) fraca capacidade organizacional do tecido empresarial nacional, vi) ausência de um ambiente económico que atraia os investimentos privados, sobretudo com o capital estrangeiro, vii) défice de financiamento no sector, viii) fraca cooperação inter-institucional entre os principais actores (pescas, finanças, e marinha) e, ix) fracos meios de fiscalização e controlo das embarcações de pesca e de combate as actividades ilícitas na ZEE.

A operacionalização em 2011 do porto de pesca de Bandim, acompanhado de um laboratório de controlo de qualidade, deverá permitir a este sector contribuir melhor para a economia nacional.

Tabela 8 Os indicadores previsionais da pesca (2009-2015)

	2009	2010	2011.....2014	2015	Observações
Produção/capturas (000 ton.s) -por categoria (camarao, etc.) -em valor					Fora da pesca industrial de alto mar, contemplados nos acordos de pesca com a EU etc.
Exportações (tons/valor) -Mercado regional Mercado EU ou internacional	-				
Indicadores porto de pesca principal (actual), novo porto de Bandim -capacidade camara frio -Capacidade utilizada -volume stockado para mercado local -volume descargado - volume de negócios: +reparações +shipchandling +bunkering					
Valor das licenças (contribuição no OGE)					Previsto pelos acordos de pesca de EU etc.
Importações de produtos de pesca (valor/volume)					
Numero de pescadores artesanais -nacionais -estrangeiros	3,000-10,000				

Para continuar a aligeirar as diferentes restrições, o Governo pretende implementar as seguintes medidas estratégicas: i) melhoria da administração da pesca (elaboração e adoção de uma política de desenvolvimento da pesca, revisão do quadro de regulamentação, melhoria de sistema de informação para a gestão dos recursos haliêuticos e a sua exploração, capacitação nas áreas de planeamento e gestão, incluindo a implementação de reformas institucionais necessárias, etc.) ii) promoção do investimento privado no sector, iii) desenvolvimento de infra-estruturas de apoio à pesca, tanto industrial como artesanal (portos de desembarque, instalações de transformação e conservação, estaleiros de manutenção e reparação), iv) aquisição de duas embarcações de grande porte e de dois meios aéreos de forma a garantir a presença efectiva na ZEE, com vista a combater a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (IUU); v) melhoria da qualidade dos produtos da pesca, nomeadamente em termos de normas de saúde e de standards internacionais; vi) melhoria dos conhecimentos sobre o estado dos recursos haliêuticos, ecossistemas e definir o período do repouso biológico para as principais pescarias, vii) criação de um sistema de crédito aos pescadores artesanais e

as mulheres badeiras destinados a financiar suas actividades de produção, de processamento, transformação e de comercialização, viii) elaborar um Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Aquicultura na Guiné-Bissau, ix) dismantelar os acampamentos de pescadores nas áreas consideradas sensíveis e importantes para a reprodução e o crescimento das espécies, x) identificação das áreas degradadas e conseqüentemente o seu repovoamento (mangais), xi) avaliação dos efeitos das medidas de conservação, sobretudo nas Áreas Marinhas Protegidas; e, xii) proceder a matriculação das pirogas artesanais de forma a estudar os mecanismos de redução de esforço de pesca nos estuários e nas águas interiores.

Considerando a sua potencial contribuição à redução da pobreza e ao alcance da segurança alimentar, uma atenção particular será dada a pesca artesanal e organização desta fileira.

e. Turismo

A Guiné-Bissau dispõe de potencialidades turísticas, que vão desde a diversidade cultural, as paisagens e riquezas naturais. Entre os destinos turísticos potenciais incluem-se entre outros o Arquipélago dos Bijagós, zona costeira de varela, a reserva florestal de Cantanhez, a ilha de Bolama - antiga capital, e as colinas e montanhas de Boé, que representam uma parte importante da história do país. Alguns destes destinos não são praticáveis durante a época das chuvas

Não se dispõem de dados recentes sobre o número e o perfil dos turistas ou visitantes, nem sobre o número de camas / quartos disponíveis e suas taxas de ocupação.

As últimas estimativas disponíveis (2006) fazem referência de menos de 12 000 visitantes registados, donde cerca de 3.000 por motivos de lazer ou férias.

O desenvolvimento do turismo está confrontado com diversos constrangimentos: i) a ausência de uma estratégia para o sector, ii) a insuficiência de infra-estruturas básicas, iii) a falta de pessoal qualificado e, iv) a negativa imagem do país, pela consequência da instabilidade política recorrente e do clima de insegurança.

O DENARP I identificou o turismo como um dos sectores "que consegue em termos de emprego abranger todas as classes sociais, sobretudo os mais pobres" e previu diversas actividades neste domínio. No entanto, quase nenhuma dessas actividades previstas foram realizadas. Porém, foi possível explorar alguns nichos, como o ecoturismo, o potencial do turismo de pesca e as actividades cinegéticas.

Ao longo dos próximos anos, o Governo pretende impulsionar o desenvolvimento deste sector, definido como sendo estratégico e criador potencial de empregos diretos ou indiretos, (particularmente nas zonas rurais). Contudo, não é realista prever uma evolução rápida do sector do turismo e uma grande contribuição sua para entrada de divisas para a redução da pobreza, durante o período de vigência do DENARP II.

As principais intervenções propostas são:

- a elaboração e a adoção de uma visão estratégica do sector, integrando a perspectiva do progresso económico, o bem estar das população e a necessidade de preservação dos recursos naturais. Para esse efeito, uma actividade preparatória, cujo inicio terá lugar no decurso de 2011, deverá incidir sobre o tratamento e difusão de informações

básicas, tais como a chegada dos visitantes e a oferta de alojamento, sendo a aposta do Governo a promoção de turismo de nicho ecológico e não o desenvolvimento de um turismo de massa (Mas é claro que a Guiné-Bissau não ira desenvolver o turismo de massa, mas sim o turismo de nicho (ecológico e pesca)

- o reforço das capacidades dos actores (instituições e estruturas concernentes por este sector), através de reformas institucionais e a implementação de um programa de formação adaptado

Em paralelo a essas actividades preparatórias, os esforços serão feitos para desenvolver o mercado turístico, através da criação das infra-estruturas de acolhimento, da conservação de locais históricos e da melhoria dos equipamentos nas zonas de grandes potencialidades turísticas (Ilhas Bijagós, Boé, Cantanhez, Varela etc.), facilitando o seu acesso. Dar-se-á também uma atenção particular a criação de circuitos turísticos e a promoção de produtos diversificados. Por outro lado, as instituições de promoção do sector privado existentes e o financiamento dos investimentos, os projectos turísticos receberão um encorajamento particular.

2. Desenvolvimento de infra-estruturas económicas básicas

A escassez generalizada das infra-estruturas básicas constitui, há já muitos anos, um dos mais graves estrangimentos com os quais está confrontada a economia nacional. Em particular, o sector da electricidade está mergulhado numa crise profunda e estrutural que limita a competitividade da economia e entrava todas as possibilidades de mutação face a emergência de sectores modernos, tais como a indústria manufactureira e as actividades de serviço com forte valor acrescentado e capazes de acelerar o desenvolvimento nacional. Em 2010, estimava-se em menos 20% a taxa de electrificação a nível nacional, contra mais de 40% ao nível regional. Apesar deste sector ter sido considerado prioritário no DENARP I, os múltiplos esforços empreendidos pelo Governo ainda não permitiram registar resultados tangíveis no terreno. Esta situação é idêntica para todas as infraestruturas de transportes e do desenvolvimento das trocas internas e externas.

a. Energia

O consumo de energia na Guiné-Bissau situa-se a volta de 0,3 tep / pessoa / ano, sendo um dos mais baixos do mundo. Mesmo na capital, apenas 40% da população tem acesso à electricidade, enquanto que no conjunto do país, essa proporção é de 20%. Este acesso é por si só muito irregular. A Empresa Pública de Electricidade e Águas (EAGB) sofre perdas técnicas e comerciais que representam mais de 50% da produção efectiva. Os equipamentos na sua maioria são obsoletos, ultrapassados e fora de uso. O Governo reconhece que a situação actual neste sector não é compatível com o objetivo de promover o crescimento económico e o desenvolvimento de empresas competitivas.

Para remediar esta situação, o Governo irá concentrar os seus esforços no/a:

- i. ampliação de infra-estruturas de produção e sistemas de distribuição, nomeadamente para capital, Bissau, incluindo a implementação de projectos em curso ou em fase de negociação com os parceiros;
- ii. reforço das capacidades técnica e operacionais da EAGB e a implementação de reformas institucionais necessárias ao desenvolvimento do sector;

- iii. melhoria da gestão comercial, através do aumento da taxa de recuperação do consumo de electricidade de 40 a 70% ou mais com vista a estabilização financeira da EAGB (para este propósito, a luta contra ligações ilegais, através do reforço do quadro jurídico e reforço de capacidades de controle serão prioridades);
- iv. revisão da estrutura tarifária e a introdução de um sistema de pré-pagamento e;
- v. planeamento do desenvolvimento do sector para atender às necessidades futuras, incorporando oportunidades de desenvolvimento e interligação de redes no âmbito da Organização para o Desenvolvimento do Rio Gâmbia (OMVG).
- vi. A promoção de energias renováveis (hauleutica, hidroelectrica, solar, biogaz, etc), sobretudo para a satisfação das necessidades das zonas rurais, assim como para a eliminação e também para as actividades económicas.
- vii. A promoção da eficácia energética: i) nos prédios, domicílios e sector industrial afim de reduzir a factura petroléira do país e ter capacidades de fazer face à procura de electricidade que continua aumentando e, ii) na produção e consumo do carvão de madeira afim de preservar os recursos lenhosos do país.
- viii. A implementação de uma estratégia de aprovisionamento dos agregados familiares em combustíveis domésticos tendo em conta a necessidade de proteger os recursos lenhosos, assim como as finanças públicas e a balança de pagamento do país.

Profundas reformas foram aprovadas em 2010 no quadro da implementação da Carta de Política de desenvolvimento do sector, com vista à:

- melhorar o acesso à energia eléctrica através de extensão da rede de distribuição assim como a aplicação de uma política de preços acessíveis à maioria da população;
- incentivar o investimento privado no domínio de produção e distribuição de energia, incluindo as energias renováveis, através da implementação da lei sobre as parcerias público-privadas aprovadas em 2010,
- implementar uma política de tarifas inovadora e diferenciada que toma em conta as diferentes categorias de consumidores, os prazos de amortizações dos investimentos feitos e a competitividade da economia;
- mobilizar recursos financeiros públicos e privados massivos para investir no sector da energia para garantir uma cobertura média de 80% nas áreas urbanas e 60% a nível nacional até 2015.
- operacionalizar interconexção das redes sub-regionais, acelerando a implementação do programa da OMVG;
- reforçar as actividades de formação e reciclagem a todos os níveis para melhorar as competências técnicas e tecnológicas do sector;
- efectuar a reestruturação institucional e legal do sector;
- proceder à liquidação da EAGB e criar uma nova entidade para prestação de serviços de fornecimento de energia;
- criar uma entidade para a regulação do sector da electricidade e água;
- adoptar uma estratégia para otimizar as diversas iniciativas em curso no sector. (PMRI, Livro Branco, OMVG, viabilizar o projecto de construção da barragem do Saltinho...)

Tabela 9: Indicadores de Desempenho do Sector de electricidade (2010-2015)

	2010	2015	
Produção de electricidade (MW)	5,5	15,5	
% da produção facturada e efectivamente paga	40	70	

A médio e longo prazo, tratar-se-á de: i) continuar o desenvolvimento das capacidades energéticas do país, incluindo no quadro de iniciativas sub-regionais que poderão favorecer o acesso à hidroelectricidade mais baratos, ii) promover as fontes de energia alternativas como meio de reduzir a dependência de produtos petrolíferos, e iii) promover o acesso aos serviços de energia moderna nas áreas rurais e semi-urbanas.

Em 2020 , espera-se ter uma rede eléctrica que cubra 80% dos centros urbanos contra uma cobertura actual do país de 60%. Para 2015, as metas são de 60% e 35% respectivamente.

O combustível à base de madeira representa cerca de 90% do consumo nacional de energia e assegura praticamente todas as necessidades nas áreas rurais. As mulheres desempenham um papel importante nesta actividade, tratando quer da produção, comercialização ou do consumo no meio rural e urbano. Também toda a acção empreendida a este nível no quadro do DENARP II terá em consideração este papel feminino. A procura ultrapassa sem dúvida os 550.000 toneladas de madeira por ano (Incluindo cerca de 137 mil para o abastecimento de carvão à Bissau). Isso representa um volume de 1,2 milhões de m³, correspondentes a mais de 80% da produção florestal. Como se sabe a cobertura florestal tem diminuído na Guiné-Bissau. Portanto, neste domínio, afigura-se necessário conciliar as necessidades energéticas das populações, particularmente as mais pobres e rurais, com a preservação da Floresta.

O Governo continuará a envidar esforços para acelerar a implementação dos programas previstos no âmbito do CILSS: painéis solares para a iluminação, e a satisfação das necessidades domésticas em pequena escala (televisão, preparação de alimentos) e as necessidades colectivas (dispensários, telecomunicações).

Por outro lado, tendo em conta o potencial hidrico, solar e em biomassa do país e com vista a atingir os seus engagements internacionais em materia de redução das emissões de gaz com efeitos de estufa, o Governo vai-se engajar na promoção das energias renováveis, através da adopção de uma política nacional para a promoção de energias renováveis (eólica, solar, pequenas e micro hidroeléctrica a partir da biomassa), com o seu esquema director.

b. Infra-estruturas de Transportes (rodoviário, marítimo, fluvial e aéreo)

Progressos significativos foram realizados na reabilitação da rede viária primária e na construção de travessias, graças a um vasto programa iniciado há vários anos com o apoio de parceiros externos. A maioria das sedes regionais são actualmente desenclavadas e ligadas aos países vizinhos (Senegal e Guiné-Conakry), e quase praticáveis em todo o ano.

Todavia, os obstáculos permanecem, nomeadamente: (i) o estado de degradação da rede rodoviária¹², que limita o acesso as zonas de produção, sobretudo no sul do país, e ii) o limite

¹² Segundo os dados da DGEP (ver relatório costing dos ODM, Set. 2010) o país dispõe de 2755 km de estradas, dos quais apenas 770 km asfaltadas. No total, mais de 75% das estradas nacionais e regionais estão em mau estado de conservação enquanto que 45% das estradas locais são revestidas e 75% de terra batida.

das capacidades portuárias do país. Inicialmente previsto para 5000 contentores por ano, o Porto de Bissau, o único do país, assegura actualmente o tráfego de cerca de 20.000 contentores, o que origina, de facto, o tempo de espera. A isto acresce-se a degradação de condições de acesso e os custos exorbitantes das operações portuárias, sendo os mais elevados da sub-região.

Para sanear estes constrangimentos, são previstas as seguintes acções prioritárias no sector rodoviário: i) melhoria do acesso as zonas de produção do país, através da implementação do programa de reabilitação de pistas rurais (será dada uma atenção especial as regiões do sul), ii) manutenção e expansão da rede rodoviária nacional, através da criação de programas de manutenção, reabilitação e / ou construção de estradas e travessias; e iii) prosseguir esforços da interligação permanente entre o Senegal, Guiné-Bissau e a República da Guiné, através da estrada trans-oeste africana e de interconexão (corredor intercomunitário do programa económico regional-PER).

No domínio dos transportes marítimos e fluviais, a reabilitação e expansão da capacidade do porto de Bissau constitui uma prioridade, tendo em vista a sua importância estratégica para a economia nacional, incluindo a exportação da castanha de caju¹³. No mesmo espírito, devem ser considerados: i) a melhoria das condições de segurança no mar, através de: disponibilização de equipamentos de auxílios à navegação (faróis, bóias e outros equipamentos), ii) os levantamentos hidrográficos para atualizar as cartas náuticas de pequena escala; iii) a construção de um segundo porto de águas profundas (porto de Buba), como parte de um plano integrado de desenvolvimento do potencial agrícola e mineral do país, após o estudo do Impacte Ambiental, iv) o apoio à revitalização do transporte fluvial e marítimo, nomeadamente para o desenclavamento das ilhas e do Sul do país (elaboração e implementação de um plano para restauração do sistema de transporte fluvial e marítimo: a criação de uma frota fluvial, dragagem de vias navegáveis, aquisição de equipamentos de comunicações e de segurança etc.). Neste sentido, o Governo porá acento tónico na actualização dos estudos técnicos e na criação de mecanismos necessários à promoção e o apoio ao investimento privado. Para apoiar esta dinâmica e favorecer uma implementação bem sucedida deste programa será necessário reforçar as capacidades institucionais das estruturas concernentes, nomeadamente a Direcção-Geral da Marinha Mercante cuja função é de assegurar a regulação, a supervisão e a instalação de um centro meteorológico de transporte marítimo.

Tratando-se do transporte aéreo, o essencial será orientado na modernização do Aeroporto Internacional Osvaldo Vieira com vista a atender as normas da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI) e pela normalização do sistema de navegação aérea.

c. Telecomunicações:

Graças a abertura do sector às diferentes operadores económicos, o sector das telecomunicações conheceu nos últimos anos progressos significativos. Actualmente existem três operadoras de telefonia celular (Guinetel, MTN e Orange), onde 39,3% da população têm telefones celulares. A fim de promover o desenvolvimento do sector, o Governo adoptou nos últimos anos, vários textos legislativos e regulamentares, incluindo a lei-quadro sobre a administração das telecomunicações: i) interconexão e o acesso à rede, ii) fornecimento de

¹³ Actualmente, mais de 85% das importações e 95% das exportações da Guiné-Bissau efectuem-se no porto de Bissau

rede e serviços de informação e comunicação, iii) a execução de acções, sanções e a resolução de conflitos, e iv) a consulta pública.

Para os próximos anos, os principais objectivos serão: i) a extensão da cobertura dos serviços de telecomunicações, incluindo a Internet (taxa de acesso está limitado a menos de 1%), e ii) melhoria da qualidade dos serviços.

Nesta perspectiva, a política do Governo incidirá sobre: i) a consolidação do quadro jurídico para promover o investimento privado, reforçar a livre concorrência e melhorar a qualidade dos serviços à população, ii) o reforço das capacidades do Instituto de Comunicação da Guiné-Bissau (ICGB) enquanto entidade reguladora, iii) a preparação e a implementação de um plano de desengajamento do Estado na Guiné-Telecom, e iv) a promoção do desenvolvimento da telefonia rural, nomeadamente a criação de um fundo de acesso universal aos serviços de telecomunicações.

Além disso, a questão do desenvolvimento da telefonia fixa permanece em aberta. A mudança da clientela para a telefonia móvel contribuiu para o desenvolvimento desse serviço, essencial para a transferência de dados a alto débito. Para remediar esta situação, o desenvolvimento de uma rede nacional de fibra óptica será salutar. Para isso, dado ao volume dos investimentos necessários, a acção do Governo consistira na promoção de investimentos privados.

d. Desenvolvimento Urbano e Habitação

No contexto do desenvolvimento urbano, incluindo a melhoria da qualidade de vida das pessoas que vivem neste ambiente, o Governo adoptou: (i) o Regulamento do Fundo para a Promoção da Habitação Urbana, e (ii) o Regulamento Geral de Urbanização.

No âmbito do DENARP II, de acordo com as linhas diretrizes definidas na Carta da Política do sector de infra-estruturas, as seguintes medidas serão implementadas: i) o desenvolvimento e a aplicação das leis sobre o ordenamento do território e da urbanização, nomeadamente, as normas jurídicas e os planos de utilização dos terrenos urbanos; ii) a regulamentação dos direitos fudiciarios (posse da terra); iii) a adoção de um plano nacional de habitação (2012), iv) o início do processo de reestruturação dos bairros de Bissau e das principais cidades do interior, v) a criação de espaços verdes obrigatório na planificação urbana (aprovação do regulamento previsto em 2012), vi) reabilitação e construção de infra-estruturas urbanas (mercados, matadouros, latrinas públicas, instalações de lazer, etc.); vii) a actualização de mapas topográficos nacionais e de outros grandes centros urbanos e, viii) o reforço das capacidades nacionais nos domínios da planificação urbana, o ordenamento do território e cartografia.

Alem do estatuto social da mulhere relativamente a propriedade imobiliária e o acesso aos recursos financeiros, as mulheres chefes de agregados familiares, viúvas, divorciadas ou solteiras, têm mais dificuldades do que os homens em relação as suas casas e o contexto do seu habitat. O DENARP II ira trabalhar no sentido de integrar e responder especificamente às necessidades dessas mulheres, que afinal, são proporcionalmente as mais pobres entre os pobres.

3. Melhoria da governação nos sectores emergentes de minas e do petróleo

O país dispõe de recursos minerais, cuja exploração poderia ser uma verdadeira alavanca para acelerar o crescimento económico, proporcionar receitas importantes para o orçamento do Estado financiar a prestação de serviços sociais base e reduzir a pobreza. Os trabalhos de prospeção permitiram identificar importantes jazigos de bauxite, fosfato e ieminite, bem como a presença de outros minerais, com interesse económico.

No entanto, o desenvolvimento deste sector enfrenta grandes desafios, nomeadamente: a dificuldade de mobilizar os necessários investimentos, a fraca capacidade nacional em matéria de negociação e de acompanhamento de instrumentos jurídicos para proteger os interesses do país e controlar o impacto da mineração sobre o meio ambiente.

Para fazer face a estes desafios, o Governo preconiza para os próximos anos os seguintes eixos de intervenção:

- i. a melhoria do quadro de investimento através da revisão das Leis das Minas e dos Hidrocarbónticos, a fim de tornar o quadro de investimentos mais transparente e melhor adaptado ao contexto actual do país (esta revisão será concluída em 2012),
- ii. o reforço das capacidades técnicas e institucionais da administração responsável pelas minas e hidrocarbónticos para permitir a elaboração de uma política nacional para as minas e petróleo a ser elaborado em 2011-2012; a formação dos quadros e dotação das estruturas em meios de equipamentos consequentes; melhoria da transparência no processo de negociação e aprovação de acordos;
- iii. prever medidas para a optimização das oscilações de exploração de recursos para o país (revisão e adaptação de fiscalidade mineira e petrolífera conforme as normas internacionais, maior implicação das sociedades mineiras no desenvolvimento local, a adesão a Iniciativa para a Transparência nas Indústrias Extractivas - EITI ++ em 2011);
- iv. a implementação de medidas de preservação do meio ambiente (elaboração e implementação de uma política adaptada, incluindo a efectiva implementação de medidas rigorosas, tais como: obrigação dos operadores de realizar estudos de impacto ambiental e, para aqueles que já tenham iniciado os trabalhos de reabilitação das zonas exploradas ou afetadas, a institucionalização de taxas para a restauração e preservação do meio ambiente e reforço de capacidades de controle e de seguimento de serviços públicos assim como da sociedade civil. O reforço das capacidades e de avaliação de seguimento de impacto das indústrias extrativas sobre o ambiente é também previsto.

Por outro lado, uma atenção particular será dada a prevenção dos riscos de propagação do VIH/SIDA nas zonas de exploração mineira desde o início dos trabalhos. Igualmente, uma protecção das mulheres nessas zonas será garantida, com vista a prevenir e mitigar todos os actos de violência sexual contra elas, que, além de ser uma violação dos seus direitos e de afectar a sua saúde mental, pode ser um factor de transmissão de infecções sexualmente transmissíveis, entre os quais o VIH/SIDA.

Enquanto se aguarda pela implementação deste quadro institucional, o Governo não estará em condições de atribuir novas concessões e de permitir o arranque dos trabalhos de grande envergadura. Excepto o caso de jazigos de Boé, onde será autorizado o recomeço dos trabalhos, respeitando as normas ambientais, incluindo a reparação dos danos já causados. As concessões já concedidas em relação aos metais preciosos em Varela e os jazigos de fosfato

de Farim devem ser revistos em conformidade com as normas convencionais sobre a protecção do ambiente.

4. Desenvolvimento da industria de transformação

Confrontado com numerosos constrangimentos, a começar pelo fornecimento e os custos elevados da electricidade, o sector industrial está num estado embrionário, e não conheceu nenhum dinamismo no passado recente. Os estudos e consultas realizadas (inclusive no quadro de preparação do DENARP), não consideram este sector como sendo portador de crescimento para os próximos cinco anos. Em consequência, como foi no caso do DENARP I, não foi proposto um programa específico esparado para este sector. O potencial existente de transformação de castanha de caju e de produtos de pesca foi aboradado pelos programas consagrados as fileiras correspondentes. O potencial existente para a agro-indústria (sumos de frutas, por exemplo), também será tido em conta no quadro de medidas gerais de melhoria de ambiente de negócios. Mas, o Governo iniciará um estudo aprofundado sobre o tipo de industrialização que Guiné-Bissau poderá implementar à médio e longo prazo na base das suas vantagens comparativas e tomando em consideração a concorrência dos países da subregião com a tomada em consideração dos estudos dos impactos ambientais.

5. Melhoria e desenvolvimento do mercado de emprego

O censo demográfico de 2009 indica que a população potencialmente activa é de 37,7% do total da população da Guiné-Bissau e cerca de 61% da população dessa faixa etária. As mulheres com 6 anos e mais ocupadas, constituem mais de 65% da população feminina residente e menos de 2,0% desta população é considerada como mulheres domesticas inactivas. Isto significa que as mulheres que ocupam uma parte importante das actividades domesticas entram em actividades muito cedo. A taxa de emprego é de 89%. Mas esta taxa esconde várias situações de sub-emprego, particularmente nas zonas rurais. A isto adiciona-se a isso a situação do emprego dos jovens, a taxa de ocupação do grupo etário 15-24 anos é de 10,6% em 2009, com uma taxa de 4,6% para as mulheres. Com o sub-emprego e o desemprego entre os jovens, a taxa de desemprego é, provavelmente, cerca de 30%. Assim, a questão do emprego está no centro das escolhas estratégicas do DENARP II a nível dos sectores da agricultura, pesca e das actividades de transformação assim como a nível das opções políticas de investimento público que deve ser uma das alavancas de criação de empregos qualificados e não qualificados.

À espera de uma análise mais aprofundada e actualizada da situação do emprego na Guiné-Bissau, os primeiros elementos do censo populacional em 2009 e inquérito sobre a pobreza em 2010 bem como o estudo sobre a pobreza não-monetária (Fevereiro 2011) permitem indicar, pelo menos, cinco níveis de prioridades:

- a dimensão transversal de emprego através de certas arbitragens das políticas macroeconómicas e estratégias para a implementação de programas de investimento que integram as preocupações do mercado de trabalho e a pressão social de pessoas à procura de empregos dignos e sustentáveis;

- a implementação de um observatório de emprego com informações desagregadas por sexo, para que as medidas a serem tomadas sejam adaptadas e possam beneficiar tanto as mulheres como os homens;
- os programas específicos para resolver problemas do sub-emprego no meio rural e o desemprego no meio urbano;
- a elaboração de uma estratégia para o emprego dos jovens, integrando a política de salvaguarda social e ambiental do Estado;
- o quadro jurídico e incitativo e protector dos direitos dos trabalhadores;
- a criação de um programa de empregos relacionados aos investimentos urbano e rodoviários permitindo colocar a questão do emprego no centro da estratégia através do uso de técnicas de forte intensidade de mão-de-obra, de formação e de desenvolvimento de pequenas e médias empresas.

Para os próximos cinco anos, o governo irá privilegiar os seguintes aspectos:

- a formulação uma política nacional de emprego e formação profissional;
- o desenvolvimento dos indicadores sobre o emprego para compreender melhor a situação do desemprego e orientar as suas intervenções em função das zonas de habitação (urbana e rural);
- o estabelecimento de um programa de emprego para os jovens, integrando a questão da igualdade de género em termos de oportunidades de acesso e de formação;
- o estabelecimento de um programa regionalizado para criar empregos usando as técnicas de forte intensidade de mão-de-obra na implementação de certos tipos de obras no Programa de Investimento público.

6. Gestão e protecção do ambiente

Comparado a outros países da sub-região, a Guiné-Bissau parece ter preservado melhor o seu equilíbrio ambiental. A intensificação das actividades económicas em certas áreas (agricultura, pesca e particularmente as indústrias extractivas) pode ser uma verdadeira ameaça para o ecossistema e a sustentabilidade dos recursos naturais.

Várias práticas envolvendo a exploração dos recursos do solo, da água e das florestas estão entre as principais causas de amplificação das formas de degradação dos solos, da fragmentação dos habitats, da erosão dos solos, diminuição da disponibilidade de recursos hídricos a perda dos serviços de ecossistema e a diminuição rápida de diversidade biológica. Entre essas ameaças, pode-se citar a agricultura itinerante, a caça de subsistência, a produção de carvão e pequena pecuária, as práticas extensivas de gestão do gado, o abate indiscriminado dos recursos florestais para extracção dos últimos povoamentos de madeira e da rápida expansão das plantações da castanha de caju. Além disso, a caça insustentável e as queimadas (o fogo é frequentemente utilizado como uma técnica de caça). Esta tendência é particularmente preocupante neste contexto de alterações climáticas, cujos impactos podem agravar progressivamente os efeitos negativos da perda da floresta sobre a biodiversidade e comprometer a capacidade de subsistência e sobrevivência das comunidades rurais.

As soluções adoptadas pelos documentos nacionais de gestão de recursos naturais (NBSAP, NAPA, PAN, LCD, Comunicações nacionais ...) estão baseadas em cinco pilares: (a) reforço das capacidades institucionais, técnicas e financeiras para a gestão dos recursos naturais; (b) reforço do quadro regulamentar; (c) integração da gestão ambiental e dos recursos naturais

nas políticas de desenvolvimento económico; d) sensibilização das populações rurais sobre o papel dos serviços de ecossistemas de desenvolvimento; e, e) participação das partes interessadas, incluindo as comunidades na gestão dos ecossistemas.

Para atingir os objectivos do PNGA as medidas a tomar são as seguintes: i) revisão do PNGA, ii) desenvolvimento de instrumentos coerentes de gestão de espaços físicos nacionais e os recursos naturais (Plano Nacional de Ordenamento do Território), iii) concepção de uma estratégia nacional para assegurar uma boa gestão dos recursos hídricos e garantir o acesso para todos os utilizadores de uma forma racional, iv) promoção das energias renováveis para garantir a satisfação durável das necessidades energéticas, reduzindo pressão sobre os recursos florestais (lenha), v) estabelecimento de um sistema fiável de informação acessível a todos os utilizadores para uma melhor gestão do ambiente, vi) desenvolvimento da investigação no domínio do ambiente, vii) implementação de um programa de reflorestação para reduzir ou reverter a degradação dos recursos naturais, viii) aplicação das convenções e protocolos relacionados directa ou indirectamente com o ambiente e assinatura de outros considerados pertinentes e ix) modernização das actividades económicas, nomeadamente através da intensificação da agricultura para a segurança alimentar com a exploração sustentável dos recursos naturais, x) desenvolvimento do plano nacional de mitigação de gases com efeito de estufa (NAMA), Estratégia de Desenvolvimento Carbono Zero do País e do Plano de investimento estratégico de gestão durável das terras; xi) reforço da capacidade operacional das instituições encarregues de seguimento, avaliação e protecção do ambiente; e, xii) mobilização dos recursos financeiros para a implementação dos planos estratégicos acima citados.

2.4.4. Eixo IV: Aumentar o nível de desenvolvimento do capital humano

Este eixo estabelece as acções prioritárias em matéria de educação, saúde, água e saneamento, tendo em conta a necessidade de se acelerar a realização dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento (ODM). Para o efeito, uma atenção especial continuará a ser dada aos pobres e grupos vulneráveis, particularmente às mulheres e às crianças dos agregados mais pobres e às pessoas que necessitam de tratamentos especiais, com o desafio de assegurar a toda a população o acesso aos serviços sociais de base de maneira equitativa. O presente eixo inscreve as suas acções numa visão de aceleração do desenvolvimento da qualidade de formação dos recursos humanos, reforçando o sistema educativo e a formação Profissional.

1. Educação

O diagnóstico do sector educativo na Guiné-Bissau revela progressos consideráveis no domínio da cobertura escolar, em todos os níveis do sistema, ao longo dos últimos 7 anos, em parte, graças à contribuição das comunidades ao nível primário.

De acordo com os resultados provisórios do inquérito MICS/IDSR (2010) a taxa líquida de escolarização ao nível primário em 2009/2010 foi de 67,4% ao nível nacional, contra 56,9% em 2003/2004. Isto significa uma progressão de 10,5 pontos percentuais em seis anos. Esta taxa atingiu 87,1% em Bissau, 83,5% no conjunto das zonas urbanas e 56,5% no meio rural. A diferença entre as raparigas e os rapazes continua relativamente limitada (65,4% para as raparigas e 69,3% para os rapazes) no ensino básico. No nível secundário, a taxa líquida de escolarização é de 23,5% ao nível nacional, sendo o das raparigas apenas 19,9%.

No entanto, estes progressos relativos não podem ser dissociados de graves problemas de desfuncionamento do sistema educativo do país. O acesso à escola está longe de estar ao alcance de todos e a retenção das crianças na escola continua fraca, tendo em conta que, em cada 100 crianças que se inscrevem no primeiro ano, somente 40 atingem o sexto ano de escolaridade.

Uma situação comparável é observada ao nível do ensino secundário, marcada ainda mais pelas disparidades regionais e entre os sexos. Com efeito, nas zonas rurais, as raparigas têm duas vezes menos chance de terminar o ensino básico do que os rapazes e nas urbanas esta diferença situa-se em 1,4. Pior ainda, a qualidade do ensino deixa muito a desejar, sendo marcada nomeadamente pelas insuficiências de infra-estruturas, por meios pedagógicos praticamente inexistentes (poucos ou nenhum manuais disponíveis para os alunos), pela insuficiência e fraca qualificação do pessoal docente e consequentes perturbações estruturais observadas nos últimos anos.

Quanto a taxa de alfabetização, ela continua ainda muito fraca (apenas 42% da população adulta está alfabetizada), em decorrência da ausência de uma política eficaz de alfabetização¹⁴.

Com o objectivo de remediar a situação, o Governo adoptou a Carta Política do Sector da Educação para o período 2009-2020, cuja implementação permitirá entre outros: i) elevar a taxa de inscrição ao nível pré-escolar para 11% em 2020, contra os 5% em 2006, ii) assegurar a escolarização primária completa a todas as crianças, iii) alargar o acesso ao ensino básico

¹⁴ Estimativa a partir do MICS 2000.

(7^a-9^a classe) com vista a proporcionar a maioria dos jovens, os 9 anos de escolaridade, iv) melhorar o ensino superior e promover a pesquisa científica e, v) melhorar a qualidade de educação em todos os níveis.

O DENARP II inscreve-se na dinâmica da execução da Política de Desenvolvimento do Sector da Educação.

O DENARP II traduzir-se-á na implementação das acções previstas que incidirão sobre:

- **Ao nível pré-escolar :** i) desenvolvimento dos modelos comunitários e de madrassas; ii) promoção de centros privados para elevar a capacidade de acolhimento a 10% por ano; iii) melhoria da oferta pública, nomeadamente pela racionalização dos meios alocados aos jardins-de-infância;
- **Ao nível do ensino básico:** O objectivo fixado é fazer 100% de crianças de uma faixa etária, matriculadas na 1^a classe num dado ano, beneficiarem de uma escolaridade completa de 6 anos, em 2020. Durante a implementação do DENARP II, os objectivos visarão: 68,8% em 2011 e 81,6% em 2015, (ver o quadro abaixo, dos indicadores ao nível primário).

Em relação ao apoio aos grupos vulneráveis, o Governo pretende, igualmente no âmbito do DENARP II, desenvolver programas de apoio aos pobres e muito pobres. Estes programas devem privilegiar uma abordagem sistemática que tenha em conta a oferta e a procura em matéria da educação das crianças. As acções concretas a serem implementadas são:

- fornecimento de equipamentos, materiais didácticos e de reforço de capacidade do pessoal;
- redução dos custos da escolarização das crianças;
- alargamento e diversificação das cantinas escolares;
- desenvolver programas de alfabetização e instrução para adultos como forma de contribuir para a redução da pobreza nos agregados familiares.

A materialização deste objectivo impõe a implementação das seguintes acções: i) redução da taxa de repetência para 10% a partir de 2015 contra 14,8% em 2010; ii) assumpção progressiva pelo Estado das escolas comunitárias e madrassas; iii) promoção da oferta do ensino privado através de medidas de incentivos (10% do custo unitário do aluno do sector público por cada aluno do sector privado); iv) eliminação de disparidades no que concerne ao acesso à escola; v) implementação, com o apoio das comunidades, de cantinas escolares prioritariamente nas zonas de fraca procura escolar e de elevadas taxas de abandono, no âmbito da sua universalização; vi) recurso sistemático às turmas multi-classe nas zonas com fracos efectivos escolares; vii) construção e reabilitação de 365 salas de aula em média por ano; e viii) recrutamento de cerca de 635 professores em média por ano. A realização destas medidas previstas permitirá escolarizar 546 mil crianças no horizonte 2020 contra 362 mil em 2010.

Quadro 10 : Alvos e indicadores a nível primário

	2010-2011	2011-2012	2012-2013	2013-2014	2014-2015
Número de manuais escolares a distribuir	941 727	969 234	997 578	1026 786	1056294
Taxa de conclusão do ciclo	66.8%	70.5%	74.2%	77.9	81.6%

Modelo de simulação ME/GIPASE, versão junho 2009

A melhoria da qualidade requererá: i) reforço da formação inicial e contínua dos docentes; ii) redução progressiva do número de salas de aula que funcionam em regime de múltiplos turnos; iii) redução do rácio alunos/docente; iv) distribuição gratuita dos manuais escolares e de materiais didácticos às escolas; v) elaboração e adopção, a partir de 2012, de novos programas escolares adaptadas às realidades económicas e sociais do país; vi) reforço da gestão administrativa e pedagógica das escolas; e vii) favorecer o incremento do ensino ambiental através da difusão de experiências e práticas sobre a educação ambiental, valorizando o conhecimento local (EVA, Rádios Escolares, Palmeirinha).

Neste contexto, a Iniciativa Fast-Track poderá constituir uma oportunidade par a mobilização de financiamentos adicionais necessários à iniciativa escolarização primária para todos.

Ao nível do ensino secundário (ES): O objectivo é de melhor o acesso à uma educação de qualidade. Para o efeito, as intervenções incidirão sobre: i) aumento da capacidade de acolhimento no ES público, que passará a 28 mil alunos em 2020 contra 13 mil em 2006, ii) recrutamento de cerca de 115 docentes em média por ano, iii) construção de cerca de 35 salas de aula em média por ano e, iv) assumpção, por parte do Estado, das propinas e da compra de manuais para os alunos mais desfavorecidos. A estas acções preconizadas se acrescentão as seguintes medidas: i) o aumento progressivo do tempo de aprendizagem efectivo dos alunos, de 20 semanais actuais para 25 semanas em 2020, ii) aumento do número de horas semanais por docente, de 17 para 25 horas até 2020, iii) revisão da formação inicial de docentes e implementação de uma formação contínua apropriada, iv) reforço do ensino das disciplinas científicas, através da construção e equipamento de laboratórios, v) reforço da gestão administrativa e pedagógica das escolas e, vi) reorganização do ciclo escolar com a introdução do 12º ano para harmonizar com as práticas subregionais, incluindo a revisão do programa e curriculum.

Quadro 11 : Alvos e indicadores a nível de ensino secundário

Indicadores	2010-2011	2011-2012	2012-2013	2013-2014	2014-2015
Capacidade de acolhimento	17 303	18 033	18 701	19 301	19 825
Taxa de retenção nas 10ª e 11ª classes	89.5%	90.1%	90.7%	91.3%	91.9%

Modelo de simulação ME/GIPASE, versão junho 2009

ENQUADRAMENTO 1

Necessidades para atingir a escolaridade universal no horizonte 2015 : OMD2

De acordo com a Carta Política sectorial da educação, o Governo assumiu o engajamento de fazer destas, as principais prioridades: a escolarização primária universal e a conclusão universal do ensino de base 3º ciclo (1º ciclo do secundário) com serviços de qualidade melhorados. Para isso, a política será articulada em torno de: i) promoção do ensino pré-escolar, ii) melhoria da cobertura do ensino de base 3º ciclo na perspectiva de progredir em direcção a uma cobertura mais alargada, de um sistema que oferece a maioria dos jovens 9 anos de escolaridade iii) melhoria da qualidade dos serviços educativos oferecidos e, iv) desenvolvimento ao nível dos jovens, das competências apropriadas para as suas inserções na sociedade.

O Governo, consciente dos desafios a enfrentar, realizou uma avaliação das necessidades mais relevantes para atingir o OMD2 até 2015. Os resultados se apresentam como se segue:

Salas de aulas a construir:

Ciclo	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	Média
Primário	304	907	972	987	971	828
Secundário 1	15	128	196	354	505	240
Secundário 2	7	38	84	62	69	52

Novos docentes a recrutar:

Ciclo	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	Média
Primário	1.360	1.459	1.575	1.615	1.615	1.525
Secundário 1	364	529	852	1.607	1.608	992
Secundário 2	97	115	175	42	67	99

Ao nível do ensino técnico e formação profissional (ETFP), o propósito é de: i) aumentar o acesso à formação técnica e profissional, ii) melhorar a qualidade e diversificar os programas de formação e iii) melhorar o sistema de seguimento das formações técnicas e profissionais.

Para alcançar esses resultados, diversas medidas serão implementadas, nomeadamente: i) reforço de capacidades do Instituto de Formação Técnica e Profissional, ii) reestruturação do dispositivo de pilotagem como quadro de concertação e de colaboração entre instituições de formação e empresas responsáveis, ii) institucionalização de um sistema de pilotagem baseado na revisão permanente da adequação entre a formação e o emprego, iv) exigência de uma formação inicial e contínua dos formadores, v) elaboração e implementação de programas de formação adequados, incluindo o espírito de criação de empresa, vi) renovação de equipamentos e materiais didácticos, vii) promoção de formações em alternância, viii) reforço de seguimento-avaliação e do controlo de qualidade e, ix) implantação de mecanismos de apoio à inserção sócio-profissional dos jovens formados, nomeadamente através de facilidades de acesso aos equipamentos de base, assim como, o acompanhamento inicial e, x) introduzir o ensino ambiental enquanto estratégia de combate ao êxodo rural e de promoção de emprego local.

Para além disso, as capacidades de ETFP serão desenvolvidos para permitir às escolas de formação profissional de acolher, até 2020, 15% dos jovens finalistas dos ciclos de ensino primário e secundário e expandir o ETFP clássico. Para isso, impõe-se: i) o reforço das capacidades de acolhimento dos estabelecimentos existentes e a criação de novas estruturas, em função das necessidades, assim como das capacidades nacionais, de acolher de 447 em 2010, para 604 alunos em 2020, ii) a assumpção parcial dos custos de formação profissional e

de inserção com vista a torná-la acessível ao maior número de jovens, iii) a diversificação das especialidades direccionadas aos sectores prioritários da economia e, iv) o recrutamento de formadores.

Ao nível do Ensino Superior e Investigação/Pesquisa Científica: O principal objectivo é a melhoria da eficácia do sistema, a fim de responder às necessidades em quadros nacionais de alto nível para o desenvolvimento económico e social do país. Para este efeito, a política será articulada em torno das seguintes prioridades: i) diversificação e profissionalização das formações; ii) implantação de um dispositivo de observação e de exploração mercado de emprego; iii) promoção do ensino privado e de formação à distância, para colmatar as fracas capacidades do sector público neste domínio; iv) formação contínua de professores; vii) melhoria de recursos pedagógicos (laboratórios, bibliotecas, redes electrónicas, NTIC, etc.); v) desenvolvimento de parceria entre a Universidade Pública e as Universidades estrangeiras; (vi) Promover a investigação científica nos domínios da biodiversidade através de dinamização de pólos e laboratórios especializados no domínio ambiental; e vii) Introduzir disciplinas e cursos ambientais, aproveitando todo o capital de trabalho existente no país.

Ao nível de alfabetização de adultos, a política visa alargar as possibilidades de acesso ao saber para as pessoas com idades compreendidas entre 15 e 35 anos. Reduzir a taxa do analfabetismo a 21% em 2015 contra os 42% em 2010. Uma abordagem da alfabetização funcional orientada nas actividades dos alfabetizandos. Desenvolver o programa intensivo de alfabetização através do audiovisual Alfa-TV.

O desenvolvimento desta política far-se-á através de: i) identificação da população alvo (explorar os resultados de recenseamentos); ii) mobilização de todos os actores na luta contra o analfabetismo; iii) desenvolvimento de programas e guias de alfabetização; iv) formação de animadores/alfabetizadores; v) reforço do sistema de seguimento-avaliação; e vi) implementação de programas de alfabetização aos pais de alunos, com o apoio dos professores de ensino básico; vii) promover e valorizar as unidades de serviços de base; viii) Promover a educação cívica e sanitária para a mudança de atitudes, práticas e comportamentos; ix) gerir e tratar o lixo (plástico, água parada, garrafas) e tratamento dos resíduos hospitalares, e x) promover e valorizar a medicina natural, através das plantas medicinais.

No que concerne especificamente as questões de género, a intervenção do DENARP II será através de sete (7) acções prioritárias: (i) conceder uma atenção especial às raparigas para que a sua taxa de inscrição escolar, de retenção e de finalização dos ciclos seja uma realidade em todos os níveis; (ii) garantir a inscrição e a retenção das raparigas no sistema educativo durante a idade legal; (iii) criar em todos os níveis, condições administrativas, sociais e jurídicas de protecção do(a)s aluno(a)s e do(a)s estudantes do assédio sexual (iv) facilitar e promover a inscrição e retenção de mulheres nas estruturas de alfabetização assim como seu acompanhamento pós-alfabetização; (vi) garantir o equilíbrio de género na retenção e recrutamento de professores; e, (vii) incluir as questões de género nos programas transversais de formação de professores e alunos, a partir da primária.

2. Desenvolvimento do sector sanitário e melhoria da qualidade dos serviços fornecidos

A situação sanitária do país é caracterizada pela baixa utilização dos serviços de saúde e vulnerabilidade sanitárias das populações, afectando mais particularmente as crianças menores de 5 anos e a mãe. A frequência das estruturas sanitárias é inferior à 0,4 visitas por habitante por ano, apesar da melhoria da cobertura geográfica do país, pelas estruturas da saúde. A utilização dos serviços sanitários pelas mulheres é ainda muito fraca, devido ao seu próprio estatuto, principalmente nas zonas rurais. O estado de saúde da população continua preocupante. Apesar dos progressos realizados, uma em cada dez crianças (104 por mil) morre antes de completar um ano de idade e a mortalidade materna permanece entre as mais elevadas na subregião. Verifica-se que o risco de uma mulher morrer durante a vida fértil na Guiné-Bissau é 184 vezes superior, relativamente ao aquela que vive nos países desenvolvidos.

O nível de cobertura territorial dos serviços de saúde continua baixo, especialmente nas zonas rurais. As necessidades de saúde tendem a aumentar, devido i) ao crescimento demográfico (2,47%, de acordo com os resultados do censo populacional de 2009); ii) as exigências da população em termos de acolhimento, da disponibilidade e da qualidade dos serviços de saúde; e iii) a necessidade de melhorar a taxa de cobertura da saúde da população.

As principais causas que constituem morbi-mortalidade da população são as doenças transmissíveis, e incluindo o HIV/SIDA¹⁵ e as complicações obstétricas e neonatais. Assim, apesar dos progressos realizados no domínio dos cuidados primários de saúde, o paludismo continua a ser uma doença endémica de transmissão estável e de prevalência elevada. Os grupos mais vulneráveis ao paludismo são crianças menores de 5 anos e mulheres grávidas. Assim, apesar do progresso no domínio dos cuidados primários, o paludismo continua a ser uma doença endémica de transmissão estável e de prevalência elevada. Os grupos mais vulneráveis ao paludismo são as crianças menores de 5 anos de idade e as mulheres grávidas. Os dois grupos juntos representam cerca de xx% das mortes relacionadas à malária.

Segundo o Programa Nacional de Luta contra a Tuberculose (PNLT), a incidência de tuberculose, em 2005, foi 206 por 100.000 pessoas/ano (OMS, sd) sendo que 19% dos novos casos em adultos eram seropositivos (OMS, sd) e a prevalência, no mesmo ano, foi de 293 casos por 100.000 habitantes (OMS, sd). A evolução desta doença está estreitamente ligada a infecção do VIH/SIDA.

Para além das doenças transmissíveis e doenças preveníveis pela vacinação, destacam-se a má nutrição, como o primeiro problema de saúde pública entre as doenças não transmissíveis. Ela dá um assinalável contributo para a mortalidade tanto infanto-juvenil como materna. No quadro clínico das doenças não transmissíveis, sobressaem as doenças cardiovasculares (DCV), particularmente a hipertensão arterial, a diabetes e outras doenças crónico-degenerativas, como cancros.

O estatuto social da mulher com corolários de dependência da decisão do homem, da incapacidade de recusa do acto sexual no contexto conjugal e culpabilização em casos de

¹⁵ Por si só, as três (3) primeiras doenças transmissíveis estão na origem de mais de 70% das consultas clínicas.

violência, fazem-no um grupo estruturalmente vulnerável a doença, agravando, assim, a sua vulnerabilidade fisiológica nos casos de DSTs, entre os quais o VIH/SIDA.

O nível de cobertura nacional dos serviços de saúde ainda é baixo, sobretudo nas zonas rurais. As necessidades de saúde tendem a aumentar, devido: i) ao crescimento demográfico (2,47% segundo RGPH-2009); ii) as exigências da população em termos de disponibilidade de alojamentos e qualidade de serviços de saúde; e, iii) a necessidade de melhorar as taxas de cobertura sanitária das populações.

Para remediar o estado sanitário do país, o Governo acaba de adoptar o II Programa Nacional de Desenvolvimento Sanitário (PNDS), cujos objectivos estão em perfeita coerência com os OMD (4,5,6). Trata-se essencialmente de reduzir a mortalidade materno-infantil, promover a saúde reprodutiva e combater o VIH/SIDA.

A estratégia nacional de saúde articula-se em torno do desenvolvimento de cuidados de saúde primário com a implicação das comunidades na formulação e implementação de programas de desenvolvimento sanitário incluindo a gestão de serviços de saúde

Conforme definido no PNDS – Instrumento de operacionalização - o objectivo principal do sector é de melhorar o estado de saúde da população, através do reforço do sistema nacional de saúde, incluindo os serviços de cuidados, estruturas de gestão e suas ligações funcionais.

Os objectivos estratégicos que contemplam o plano estratégico do Desenvolvimento sanitário serão materializados através das seguintes medidas:

- Construção e reabilitação os equipamentos de infra-estruturas de saúde
- Desenvolvimento e valorização de recursos humanos
- Aprovisionamento em produtos farmacêuticos e não farmacêuticos
- Promoção das estratégias avançadas de controle de doenças infecciosas e contagiosas (tuberculose, hepatite)
- Operacionalização do sistema de referência e contra - referência
- Vigilância, seguimento, avaliação e desenvolvimento da pesquisa operacional
- Reforço da governação, liderança, parceria e controlo de qualidade
- Desenvolvimento da colaboração intersectorial e promoção da saúde
- adopção e operacionalização dos cuidados obstétricos , x) apoio a estratégia avançada de vacinação das crianças; xi) prevenção e mitigação de epidemias de cólera e apoio às autoridades na prevenção e combate ao VIH/SIDA e outras doenças sexualmente transmissíveis e endémicas xii) distribuição de kits de tratamento do paludismo às crianças.

Quadro 12 :Alvos e indicadores do sistema sanitário

	2009	2011-2013	2014-15
Centros de saúde 'C'			
Centros de saúde 'B'			
Centros de saúde 'A'			
Centros de saúde de			

referência nacional 'CRN'			
Pessoal a recrutar:			
Médicos			
Infrimeiros			
Analistas			

Quadro 13 : Cobertura vacinal

	2010	2011-13	2014-15
1. Taxa de cobertura :			
<ul style="list-style-type: none"> • DTCoq • sarampo • Febre amarela • Poliomelite 			
2. % das crianças completamente vacinados			

Quadro 14 : Saúde reprodutiva

	2010	2011-13	2014-15
Taxa de consulta prenatal			
Taxa de partos assistidos por pessoal qualificado			

A estratégia de desenvolvimento do sector, basea na consolidação dos cuidados primários de saúde através de um pacote mínimo de actividades (PMA) a todos os centros de saúde, visando responder às necessidades da população. Ela consiste também na promoção de uma verdadeira parceria com as comunidades, incluindo nos domínios da gestão financeira e orçamental ao nível local, de acordo com a estratégia da Iniciativa de Bamako, cuja expansão, combinado com outros sistemas de financiamento, deve assegurar a viabilidade dos serviços de saúde. Ela deve igualmente, assegurar uma perfeita complementaridade entre as estruturas centrais, regionais e locais e das instituições que respondem as necessidades operacionais da população em termos de serviços curativos, preventivos e promocionais.

Outros princípios directores contribuirão para orientar a acção do Governo. São nomeadamente: i) o reforço da estratégia avançada com a implementação de mecanismos para recuperação de custos, facilitando o acesso aos cuidados por parte de grupos vulneráveis; ii) a distribuição equitativa dos recursos, tanto humanos, materiais como financeiro; iii) a melhoria do funcionamento dos serviços de saúde e de qualidade dos cuidados; iv) a descentralização progressiva do sistema de saúde, acompanhado da melhoria das capacidades de gestão; v) o desenvolvimento de uma política de recursos humanos, incluindo um plano de formação e de melhoria das condições de trabalho dos profissionais de saúde; e, vi) o desenvolvimento de uma melhor colaboração e coordenação programática e operacional.

Para combater a pobreza que se acentuou nos últimos anos, o Governo pretende desenvolver uma nova estratégia, através de criação de um sistema de cobertura parcial de encargos referentes aos cuidados de saúde para as famílias pobres e os muito pobres. Este sistema consistirá na identificação das famílias em causa e atribuição de cadernetas de suporte parcial de cuidados médicos, que devem ser apresentados nas estruturas de saúde, para beneficiar da cobertura dos custos que poderão situar entre 80 e 90%. Os centros de cuidados com os quais foram assinados os contratos de assistência aos pobres e muito pobres, receberão as contrapartidas em formas de medicamentos, equipamentos e capacitação de pessoal.

Necessidades para atingir os ODM no sector da saúde: ODM 4,5 e 6

As intervenções identificadas são principalmente as seguintes: i) desenvolvimento de infra-estruturas; ii) recrutamento, formação e distribuição de pessoal; iii) outras necessidades relacionadas com a gestão do sistema de saúde (gestão de custos, S&A, etc); iv) oferta de cuidados de saúde da criança (cuidados primários, cuidados hospitalares, vacinação) e materna (planificação familiar, cuidados pré-natal e parto); v) luta contra o paludismo (distribuição de MII, tratamento de mulheres grávidas com TPI); vi) luta contra o VIH / SIDA (sensibilização dos jovens, serviços completo PTME às mulheres grávidas, serviços completo de despistagem, encargos com o tratamento ARVs).

As principais estratégias preconizadas são: a subvenção de certos medicamentos, vacinas e consumíveis; a promoção de medicamentos essenciais genéricos; a assumpção de encargos com as urgências, incluindo pessoas desfavorecidas e a promoção de mecanismos de solidariedade, a racionalização dos cuidados, a harmonização das tarifas, a definição e aplicação de critérios de repartição e de utilização de recursos e a promoção de mecanismos de partilha de riscos em matéria da saúde (Estado, PTF e as famílias).

Infraestructuras a reabilitar

	2011	2012	2013	2014	2015
USC	60	60	60	60	61
CS"C"	17	17	17	17	17
CS"B"	4	3	0	0	0
CS"A"	2	2	2	2	0
HR	1	1	1	0	0
CRN	0	0	0	0	0
HN	0	0	0	0	0

Necessidades em recursos humanos

	2011	2012	2013	2014	2015
Médico de clinica geral	68	68	68	68	68
Médico integrado	8	8	8	8	8
Médico cerurgião	18	20	20	20	20
Médico Ginéco Obstetricia	16	16	16	16	16
Médico Pediatra	22	24	24	24	24
eInfermeiras/Parteiras	637	685	685	685	685

Técnico de saúde pública	43	43	43	43	43
Auxiliares de enfermagem	459	459	459	459	459
Auxiliares de Laboratório	145	153	153	153	153
Técnico de Laboratório	53	53	53	53	53
Técnico oftalmologia	22	24	24	24	24
Técnico oftalmologista Comunitaria	8	8	8	8	8
Técnico Optometrista	14	16	16	16	16
Técnico anatomia patológica	2	2	2	2	2
Técnico de fisioterapia	14	16	16	16	16
Técnico de radiologia	36	40	40	40	40
Técnico Optometrista	10	10	10	10	10
Auxiliar Optometrista	14	16	16	16	16
Técnico estomatologista	14	16	16	16	16
Técnico Anestesista	44	48	48	48	48
Técnico Instrumentista	58	64	64	64	64
Técnico cirurgião	36	40	40	40	40
Técnico de Farmácia	44	48	48	48	48
Assiste Social	14	16	16	16	16
Administrador Superior	23	23	23	23	23
Secretário	20	20	20	20	20
Administrador Média	22	22	22	22	22
Diétista	5	5	5	5	5
Cuisineira	23	23	23	23	23
Lavandaria	45	45	45	45	45
Motorista	45	45	45	45	45
Pessoal de limpeza	486	486	486	486	486
Técnico de estatística	27	27	27	27	27

Eletricista	9	9	9	9	9
Agente de saúde comunitário (ASC)	4206	4206	4206	4206	4206

3. Intensificação e extensão das acções de luta contra o VIH/SIDA

Em 2009 e segundo o SPECTRUM ONUSIDA, a taxa de prevalência global de VIH/SIDA na Guiné-Bissau é de 2,6%. O perfil epidemiológico é caracterizado pela coexistência de dois tipos de vírus, VIH1 e VIH2. No entanto, assiste-se a uma inversão do perfil epidemiológico da infecção dominado pelo VIH1(até início dos anos 90) que registou uma maior frequência, particularmente entre jovens mulheres grávidas com idade inferior a 25 anos. Os resultados do estudo sentinela sobre VIH/SIDA entre as mulheres grávidas mostram que as taxas entre as mulheres jovens representam o dobro da prevalência de VIH1 comparadas com às das mulheres com idade superior a 30 anos. As capitais das regiões da Guiné-Bissau são as de maior prevalência da infecção. O estudo de INASA e IHMT concluem que a taxa média de prevalência é de 5,8%.

Por isso, o Governo irá implementar um programa ambicioso, focalizado em: i) informação, educação e comunicação (IEC) para o melhor conhecimento do VIH/SIDA e os meios da sua transmissão; ii) sensibilização para mudança de comportamento; iii) alargamento do acesso aos anti-retrovirais (ARVs), bem como apoio psico-social; iv) assistência às PVVIH e suas famílias, incluindo órfãos de SIDA; e, v) reforço das capacidades nacionais para dar resposta ao combate ao VIH/SIDA. Para enfrentar este desafio, a estratégia concentrará na desconcentração e descentralização das intervenções e no envolvimento das PVVIH nas campanhas de informação e sensibilização. Embora o apoio dos parceiros seja necessário, o Governo, apesar das suas limitações em termos de recursos, irá contribuir com recursos substanciais na luta contra o VIH/SIDA.

A mulher está enfrentando uma situação particular, pois, mais do que sua fragilidade fisiológica é a sua condição social que a torna a maior vítima da pandemia do VIH/SIDA, representando ela hoje XX% do total de pessoas sero-positivas e vítimas de VIH/SIDA. Na Guiné-Bissau, tal como na maioria dos países africanos, assiste-se a uma feminização da epidemia que atinge particularmente as jovens raparigas na faixa etária entre 15 e 24 anos. O estatuto social da mulher, destituído de todo o poder de dispor do seu corpo e de decisão, coloca-a, no quadro conjugal ou não, em situação de desvantagem e de vulnerabilidade, exigindo que essa situação seja tida em conta de forma específica.

Para lutar eficazmente contra o VIH/SIDA, o Governo no quadro do Plano Estratégico Nacional (PEN) centrou as suas intervenções, para o período 2011-2013, em quatro metas e cinco objectivos intermédios, a saber:

1. Reduzir as tendências da infecção pelo VIH na população em geral. Trata-se de: reforçar a capacidade de aconselhamento e despistagem voluntária e de comunicação para mudança de comportamento para a grande maioria de população sexualmente activas e que conheça o seu estatuto serológico; garantir um pacote integrado de prevenção PTME à 50% de mulheres que frequentam os serviços que prestam os cuidados pré-natais; e garantir à 100% a segurança do sangue e os seus derivados nos serviços de transfusão de sangue;

2. Melhorar as condições de vida das pessoas vivendo com VIH/ SIDA: trata-se de melhorar a qualidade de vida de mais de 80% das PVVIH elegíveis ao tratamento ARV e IO incluindo órfãos e crianças vulneráveis ao VIH/ SIDA;
3. Fornecer informações completas e fiáveis sobre as tendências estratégicas da epidemia para a tomada de decisão e alocação de recursos necessários;
4. Implicar todos os atores / parceiros na luta contra SIDA no país a fim de conseguir uma resposta nacional adequada à epidemia, reforçando a capacidade dos órgãos de coordenação institucional e programática de luta contra VIH/SIDA aos níveis local, regional e central.

Para inverter a tendência da infecção, o PEN II (2007-2011) recomenda os seguintes objectivos agrupados em quatro domínios de intervenções:

- Primeiro domínio de intervenção: acesso universal à prevenção das ITS / VIH/SIDA
 - Aumentar de 7% para 60%, a percentagem de população, pondo ênfase nos jovens para os permitir conhecer e identificar correctamente pelo menos três vias de transmissão de VIH/SIDA;
 - Aumentar de 33% para 60% a utilização do preservativo nas relações sexuais ocasionais durante os 12 últimos meses;
 - Reduzir de 8% para 4%, a proporção da população sexualmente activa, que teve uma IST nos últimos 12 meses;
 - Aumentar em pelo menos 30% a proporção da pessoa sexualmente activas que conhece o seu estatuto serológico;
 - Assegurar a que 100% das transfusões de sangue continuam a ser realizados em conformidade com normas de segurança;
 - Assegurar a 100% as condições mínimas de prevenção da infecção por via de transfusão do sangue e dos objectos agudos e cortantes nos estabelecimentos de saúde.
- Segundo domínio: redução do impacto do VIH/SIDA
 - Garantir o acesso aos tratamento das infecções oportunistas (OI) e terapia anti-retroviral (TARV) para 80% dos custos do tratamento das PVVIH;
 - Garantir o acesso aos cuidados e o apoio comunitário das pessoas infectadas e afectadas pelo VIH/SIDA;
 - Reduzir a vulnerabilidade dos OCV infectados e afectados pelo VIH/SIDA;
 - Reduzir a estigmatização das pessoas infectadas e afectadas pelo VIH/SIDA.
- Terceiro domínio: fortalecimento da vigilância epidemiológica, seguimento & avaliação e promoção da pesquisa operacional
 - Determinar a prevalência e as tendências da epidemia e os comportamentos de risco na população geral e entre os grupos vulneráveis prioritários;
 - Acompanhar a sensibilidade dos germes responsáveis pelas IST, sua resistência aos antibióticos, aos ARV e a co-infecção com VIH/tuberculose;
 - Determinar o peso das epidemias nos serviços de saúde e outros sectores;

- A operacionalização do monitoramento nacional unificada e avaliação contra a SIDA na Guiné-Bissau;
Reforçar as capacidades nacionais no domínio da investigação operacional;
- domínio Quarta: a reforma da coordenação para melhorar a parceria e mobilização de recursos

Obter um engajamento político e institucional na luta contra a SIDA a todos os níveis;

- Velar para que cada sector, público ou privado e a sociedade civil se aproprie da luta contra o SIDA como uma urgência nacional;
- Melhorar a capacidade de mobilização de recursos suplementares e de gestão das finanças para atingir os objectivos do PEN;
- Reforçar as capacidades técnicas de implementação das actividades de luta contra a SIDA;
- Implementar um mecanismo que permite mobilizar os recursos para lutar contra o SIDA a todos os níveis.

5. Melhoria do acesso aos serviços de água e saneamento

Segundo os resultados do MICS4/2010, apenas 66% da população tem acesso à água potável (da torneira ou fontanários públicos, poços protegidos ou reservatórios) e cerca de 35% das famílias a nível nacional não têm latrinas com requisitos mínimos para proteger a saúde pública. Não há um sistema organizado de evacuação e tratamento dos resíduos urbanos. O abastecimento de água potável às famílias e a evacuação dos seus resíduos competem à mulher, por serem tarefas socialmente codificadas como pertencentes à esfera doméstica, particularmente nas zonas rurais.

Estes dados vêm confirmar que, apesar dos esforços desenvolvidos no decurso dos últimos quatro anos, a situação não mudou. Mas foram registados progressos significativos: ampliação da rede de canalização da água potável para mais de 3.000 famílias, realização de dezenas de fontanários públicos nos bairros de Bissau, a construção de furos e poços modernos nas regiões, a construção de 300 pontos de água nas zonas rurais assim como um grande número de latrinas familiares e escolares.

O desafio do DENARP II nesta área é melhorar sensivelmente o acesso das populações aos serviços de água e de saneamento básico de qualidade. Conforme os objectivos do Plano Director de Água e Saneamento 2010-2020, a taxa de acesso à água potável deverá aumentar em 40% a 65% e a taxa de acesso às latrinas melhoradas de 22% para 61% até 2015.

Para este efeito, as acções prioritárias incluem: i) a aprovação do documento de política e estratégia nacional de desenvolvimento do sector, bem como o código da água; ii) expansão da capacidade de produção, tratamento e controle de qualidade da água, incluindo a construção de novos reservatórios de água de grande capacidade para grandes centros urbanos, nomeadamente Bissau; iii) a modernização e ampliação da rede de água na cidade de Bissau; iv) construção de 3.291 pontos de água a nível nacional, nomeadamente nas zonas mais carenciadas daqui a 2015; v) construção 125.078 latrinas a nível nacional, em particular nas zonas desfavorecidas; vi) implementação e / ou reforço das capacidades das estruturas de

gestão com vista a promover o desenvolvimento durável do sector a nível central e regional, nomeadamente através da formação dos intervenientes; vii) a criação de um centro de formação profissional no domínio do abastecimento de água e saneamento, gestão integrada das bacias hidrográficas e zonas húmidas,; viii) promoção da educação cívica em matéria de saneamento; ix) construção de mercados com condições sanitárias aceitáveis; x) estabelecimento de parcerias entre autoridades, ONGs e comunidades neste domínio; xi) melhoria do acesso à água potável para o consumo familiar e a produção agrícola; xii) certificação de que as indústrias extractivas ou os projectos de industrialização não se façam nas zonas que poderão contaminar o lençol freático; e xiii) realização de acções de informação e sensibilização sobre a importância da água e a necessidade da sua gestão racional, para que as comunidades rurais se apropriem e responsabilizem da gestão de poços ou bombas comunitárias.

6. Melhoria e extensão da protecção social

Não obstante o princípio da solidariedade estar amplamente afirmado nas várias leis que regem a vida nacional (Constituição da República, Convenções internacionais ratificadas) o acesso a um sistema de protecção social é muito limitado, reservado a uma minoria da população a volta de 2% da população, constituída por funcionários da administração pública e de alguns empregados do sector privado: bancos, seguros etc.

De uma maneira geral, a precaridade e a vulnerabilidade atingem uma boa parte da população. Esta situação se explica por uma combinação de vários factores, entre os quais o nível de pobreza no país e a ausência de mecanismos formais de protecção acessíveis à maioria da população. A isto se acrescenta a situação dos grupos vulneráveis, incluindo pessoas com deficiência, pessoas idosas sem recursos, jovens em idade escolar à procura de emprego, e crianças¹⁶, etc. Muitas pessoas, incluindo mulheres grávidas, morrem devido à falta de acesso aos serviços sociais de qualidade.

No âmbito do DENARP II, o desafio é contribuir para a equidade e para o desenvolvimento humano, através da melhoria do acesso da população, especialmente os mais vulneráveis, aos seus direitos de protecção e de acesso aos serviços essenciais: alimentação, educação, saúde, água potável e saneamento. Isso será levado em consideração em todas as políticas sectoriais através dos diferentes programas a serem implementados.

Para este efeito, o Governo realça as seguintes prioridades estratégicas: i) criação de mecanismos viáveis e fiáveis para a definição, estruturação e implementação de um sistema de segurança social mais justa e real; ii) a padronização de diferentes regimes de segurança social e a redução das desigualdades, a fim de garantir esses direitos aos servidores do Estado; iii) a prevenção da exclusão social através da promoção da solidariedade e da adaptabilidade do sistema de segurança social às novas realidades (pobreza, toxicodependência, género, HIV /SIDA, grandes vulnerabilidade, etc.); iv) criação de fundos de pensão melhoradas para os funcionários públicos, proporcionando-lhes cuidados médicos e melhores tratamentos; v) definição e implementação de legislação adequada e políticas sociais inclusive para as

¹⁶ Segundo o MICS 2010, 57% das crianças de 5 a 14 anos são submetidas ao trabalho infantil (655 nas zonas rurais contra 455 no meio urbano)

crianças em situações vulneráveis (para inclusão no OGE dos fundos canalizados para a implementação de políticas e planos de acção a favor dos grupos vulneráveis, especialmente mulheres, crianças e os deficientes); vi) promoção e apoio à implementação de programas para o reforço e a participação comunitária para proteger a criança e o acesso aos serviços sociais básicos; vii) o reforço dos mecanismos institucionais para a protecção das mulheres e das crianças em situação de risco contra a violência e os abusos, incluindo o trabalho infantil e a criação de um sistema de coordenação e de gestão das respostas; viii) favorecer a vigência de todos os mecanismos de protecção social natural (acesso a terra, factores de produção, serviços dos ecossistemas, acesso as zonas húmidas e fontes naturais); ix) melhoria do acesso aos serviços sociais básicos para as crianças, os idosos e pessoas com necessidades especiais e / ou em situação de vulnerabilidade ou de riscos; e x) melhoria da assistência nutricional das crianças.

Além disso, no que diz respeito a certas práticas em determinadas estruturas formais do sector privado, será necessário reforçar as capacidades e a eficácia da administração do trabalho, com o propósito de uma aplicação rigorosa das disposições legais reativos aos direitos de trabalho (estabelecimento de contratos, subscrição do sistema de seguro, etc). No mesmo espírito, pretende-se i) promoção da educação, alfabetização e formação profissional para mulheres e jovens e suas actividades geradoras de rendimento, e ii) a assistência jurídica às mulheres para lutar contra a violência e o tratamento degradante.

7. Desenvolvimento de acções e de advocacia para a igualdade e equidade de género

A Guiné-Bissau, desde os primórdios da independência, sempre atribuiu importância à questão da promoção da mulher. Isto levou o Governo a ratificar todas as convenções, tratados, protocolos e recomendações a nível internacional, continental e regional voltadas para a promoção dos seus direitos e melhoria das suas condições de vida. Esforços têm sido feitos para traduzir os engagements em leis nacionais e planos de acção concretizados, nomeadamente, através da realização de uma série de estudos [análise institucional das capacidades nacionais no domínio de género, inquéritos sobre VBG, condições de vida das mulheres e dos homens], proposta de um projecto de lei sobre a MGF, a criação de um grupo de activistas dotado de um Plano de Acção para a implementação da Resolução 1325 e a elaboração do relatório cumulativo sobre a aplicação da CEDAW. Além disso, o Governo dispõe de um Ministério encarregue da questão da mulher, correlacionado com as questões relativas à família, a coesão social e a luta contra a pobreza. Este Ministério é a estrutura que tutela o IMC, responsável pelas acções e abordagens do Governo na área específica do género e de promoção da mulher. Além disso, a sociedade civil integra muitas associações e ONGs envolvidas neste domínio específico e que se especializaram em diversas áreas, tais como microcrédito, VBG, sistema mutual de saúde, escolarização, VIH/SIDA, entre outras.

Hoje, o país está a finalizar a política nacional sobre igualdade e equidade do género (PNIEG). A finalização deste documento irá permitir o país de dispor de um quadro de orientação, concertação e coordenação em matéria de género. Este quadro, pondo fim à dispersão dos esforços neste domínio e à adopção de abordagens pluralistas nem sempre adaptadas à realidade sócio-cultural, favorecerá a eficácia das acções realizadas e a perenização dos resultados daí decorrentes, para todas as intervenções, incluindo as do DENARP II.

No entanto, os esforços ainda estão abaixo das expectativas. Os dados de numerosos quadros estatísticos raramente são desagregados por sexo, uma abordagem mulher e desenvolvimento persiste, as competências em matéria de género são escassas, as acções são por vezes demasiadas dispersas e os intervenientes não têm recursos para realizar e assegurar o seguimento das acções.

O desafio para o DENARP II nesta área específica situa-se em quatro dimensões. Trata-se de: (i) assegurar que a contribuição da mulher seja rentabilizada nas acções desenvolvidas em cada sector e domínios considerados, tendo em vista sua eficiência e eficácia; (ii) assegurar que os benefícios esperados sejam de proveito tanto das mulheres como dos homens, de forma a tira-los da pobreza e conseqüentemente tirar o país da pobreza em massa; (iii) permitir ao país cumprir os seus engagements no que diz respeito aos direitos da mulher; e, finalmente, (iv) evoluir positivamente durante os próximos cinco anos no sentido de se alcançar todos os ODM.

Para responder a este desafio, dois objectivos devem ser atingidos de forma a contribuir para: i) reduzir as disparidades económicas e sociais entre homens e mulheres; e, ii) eliminar as desigualdades e inequidades aos quais a mulher está confrontada.

Tendo optado por uma abordagem transversal do género, a tomada em consideração do género foi colocada como uma dimensão transversal para a concepção, orçamentação, quadro institucional e gestão da sua aplicação, assim como seguimento & avaliação que será feita. Da mesma forma, a realização dos dois objectivos será feita com base numa análise transversal em todos os sectores e domínios, através das acções relacionadas ao género que serão propostas. Trata-se, com essa abordagem, de impedir que a especificação num programa complementar de acções sobre o género possa levar a um "esquecimento" dessas acções, durante a implementação, a alocação de recursos ou de monitorização. É indispensável a participação nesse processo, das estruturas nacionais públicas e não-governamentais, que operam no domínio da promoção da igualdade e da equidade de género (EEG), das mulheres em paridade com os homens, e de competências nacionais no domínio do género. Pois, ela constitui igualmente um desafio para a garantia desta integração transversal e obtenção dos resultados na redução da pobreza, devendo beneficiar tanto as mulheres como os homens.

2.5. Enquadramento macroeconómico e financiamento do DENARP II

A Guiné-Bissau, assinou em Maio de 2010, com o Fundo Monetário Internacional um programa a médio prazo por um período 2010-2012, apoiado pela Facilidade de Crédito Alargado (ECF) e atingiu o ponto de conclusão da iniciativa dos Países Pobres Altamente Endividados (HIPC) em Dezembro de 2010. Estes dois acontecimentos revelam os esforços envidados pelo Governo para implementar as reformas necessárias para o saneamento das Finanças Públicas, melhorar a atractividade da economia do país, os progressos no funcionamento da administração e a solução de problemas de defesa e segurança. É neste contexto económico, político e de segurança que o DENARP II será implementado. O DEANRP II irá se enquadrar nas perspectivas macroeconómicas mais favoráveis, tendo em conta a consolidação dos ganhos e o aprofundamento das reformas económicas e financeiras do país.

2.5.1 Principais tendências e as lições da evolução macroeconómica 2006-2010

1. Crescimento Económico

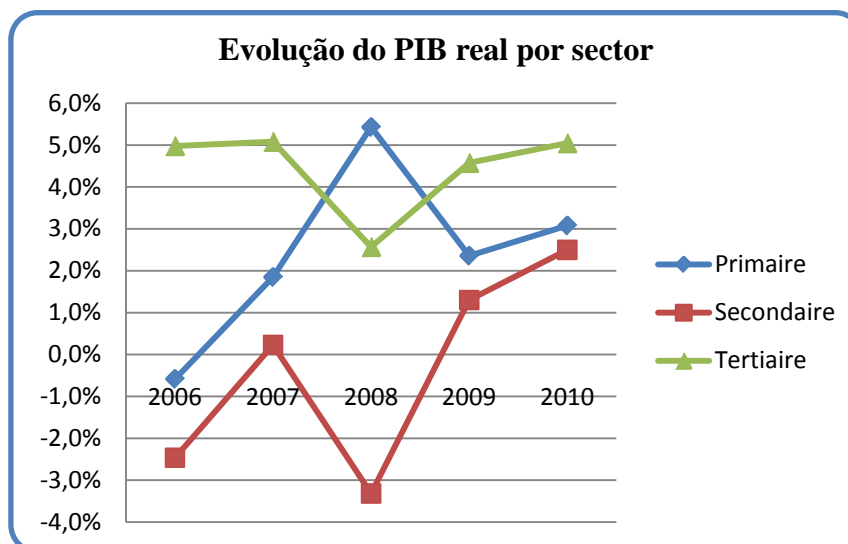
Durante o período 2006-2010, a taxa de crescimento real do PIB foi de 3,2% em média. Este crescimento é caracterizado por um progresso lento, mas positivo, marcado pelo dinamismo do sector terciário, não obstante ser ainda dominado pelo sector primário (44% do PIB). O dinamismo do sector terciário neste período, cujo crescimento de 4,4% em termos reais em média, ajudou mitigar o impacto de um crescimento negativo no sector secundário (-0,4%), enquanto que o crescimento do sector primário manteve-se baixa (2,4%).

Em 2010, o crescimento real do PIB é estimado em 4%, enquanto para 2011 é projectada em 4,6%, o ano 2011 deve confirmar a tendência ao reforço do sector terciário em detrimento do sector primário.

O sector primário pesa em média 44% do PIB real no período 2006-2010. É caracterizado por um crescimento real de cerca de 2,4%, dominada pela agricultura, que representa em média 72% da produção do sector, impulsionado pela produção de castanha de caju, enquanto que a pecuária e a pesca, representam 11% e 12% respectivamente da produção do sector. A produção de castanha de caju é estimada em 136 000 toneladas em média, durante o período 2006-2010. O sector é marcado pelos esforços de reabilitação das capacidades de produção nos subsectores da agricultura e pescas em 2009 e 2010.

O sector secundário conheceu um processo de regressão no período 2006-2010, com uma taxa de crescimento real de -0,4% em média. O fraco desempenho do sector está ligado aos resultados negativos do subsector agro-alimentar (-1,4% em média), que pesa 75% da produção do sector secundário. No entanto, o subsector da construção com os grandes trabalhos de construção de edifícios administrativos, hospital militar, o palácio do Governo e da ponte de São Vicente denotou maior dinamismo. O subsector de água e electricidade conhece um ressurgimento da produtividade (3,2%), com a reabilitação da rede de distribuição de água e electricidade. O aumento do preço de petróleo com a crise energética, teve um impacto evidente sobre a evolução da actividade industrial.

O crescimento do sector terciário contribui no bom desempenho na economia da Guiné-Bissau no período 2006-2010, com 4,4% da taxa de crescimento anual em média. Ele é impulsionado principalmente pelos subsectores dos Transportes e Telecomunicações, que registaram um aumento de 10,3%, 10% da produção do sector do comércio e 7,4% em média ao longo do período, pesando 53,8% da produção do sector. O fraco desempenho nos subsectores dos serviços financeiros (-3,7%) e, principalmente, dos serviços públicos (-2,6%), que pesam 22% do sector, limitaram o desempenho do sector terciário.



O crescimento no período 2006-2010 foi suportado pelo investimento, que aumentou, em média de 24,6%, impulsionado pelo investimento público (35,9%), nomeadamente pelas grandes obras. A procura interna nominal cresceu 5,7% no período em análise. Concernente as exportações, registou-se um aumento de 7,45%, mas são marcadas por uma forte queda no preço da castanha de caju, particularmente em 2006 e 2009, enquanto as importações aumentaram 7,5%. A inflação média foi de 4% no mesmo período, marcada por um ano de pressão inflacionista acentuado em 2008 pelo aumento dos preços dos produtos petrolíferos e de cereais importados.

2. Finanças Públicas

Com uma taxa de pressão fiscal (**carga fiscal**) em média de 6,3% ao longo do período 2006-2010, muito longe das exigências da UEMOA (17%), as receitas fiscais (excluindo donativos) registaram um aumento nominal, passando de 18,5 bilhões em 2006 para 32,4 bilhões em 2010. Esta evolução foi marcada pela boa arrecadação de impostos em 2009 e 2010, acima dos compromissos assumidos com o FMI. Os recursos orçamentais do país são caracterizados pela importância de doações (de projectos e programas) que representam mais de 50% das receitas orçamentais, em média, durante este período, passando de 19,1 bilhões em 2006 a 50,4 bilhões em 2010.

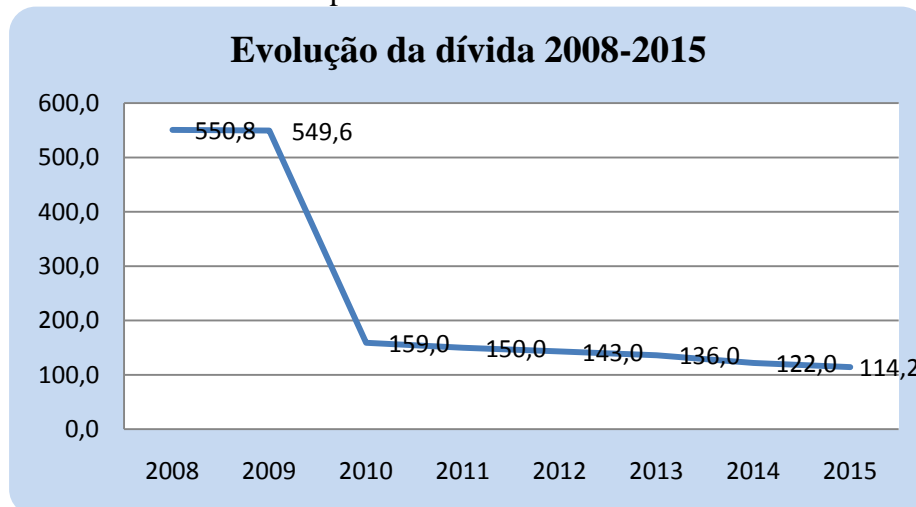
As despesas totais registaram um aumento contínuo, passando de 58,7 bilhões em 2006 para 97,1 bilhões em 2010. Elas são caracterizadas por fraca despesa de investimentos por recursos próprios, contrariamente aos que são financiadas pelos recursos externos que passaram de 17 bilhões em 2006 para 35,4 bilhões em 2010. No entanto, o rácio massa salarial sobre as receitas fiscais segue uma tendência decrescente desde 2008, passando de 96% para 65% em 2010, graças aos esforços de controlo dos efectivos da Função Pública e melhoria de arrecadação das receitas fiscais. O saldo orçamental de base em relação ao PIB sofreu um déficit de -4% em média, ao longo do período, enquanto que o saldo global excluindo donativos e empréstimos líquidos, passou de -27,2 bilhões em 2006 para -518 bilhões em 2010.

1. Pagamentos externos e dívida

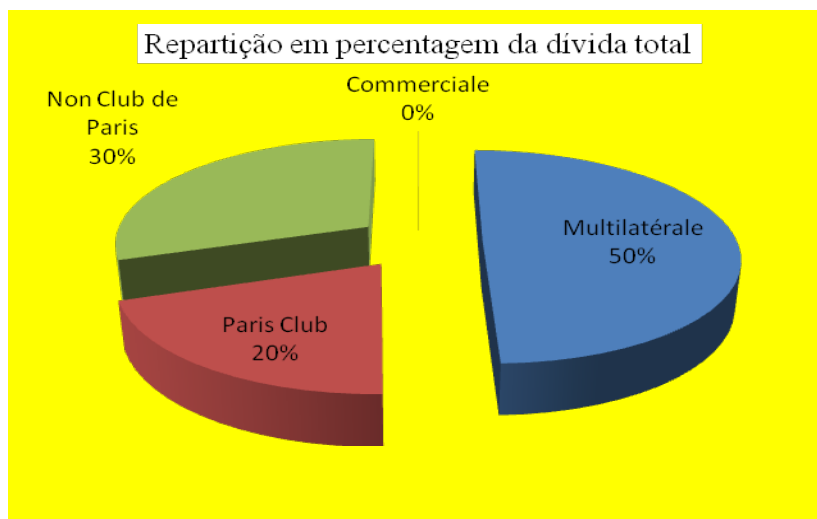
A análise da evolução das contas externas revelou um saldo global excedentário da balança de pagamentos de 9,5 biliões dólares em média, durante o período de 2006-2010, marcada por uma diminuição sensível do excedente global em 2010 (5 biliões Fcfa contra 12 a 14 biliões de Fcfa nos anos anteriores). Isto foi devido principalmente ao desempenho da conta de capital (23,7 biliões, em média, durante este período) e as transacções financeiras (5,8 biliões), apesar da deterioração da conta corrente (-19,6 biliões, em média) com uma persistência do deficit comercial (-32,2 biliões) e uma deterioração da balança de serviços (-18,5 biliões), embora o saldo das transferências tem sido positivo, situando-se em 36,9 biliões, em média.

Quanto à dívida, a Guiné-Bissau depende fortemente do endividamento¹⁷ para financiar o seu orçamento, nomeadamente os investimentos. A dívida pública no final de 2009 foi de 1.065,1 milhões de dólares americanos, dos quais 427,5 milhões em atraso. A dívida multilateral ficou em 528,3 milhões de dólares, representando 49,6% do stock total da dívida, enquanto que a dívida bilateral foi de 5,4%, donde 30,11% com os credores do Clube de Paris. A dívida comercial representava 0,02% do stock total da dívida. Os principais doadores multilaterais para a Guiné-Bissau são: IDA, FMI, BAD, BADEA, BID, CEDEAO, BEI, FIDA e a OPEP. A IDA continua a ser o maior doador, com 57,49% do total da dívida multilateral, seguido do BAD com 29,05%. A Guiné-Bissau não tem dívidas em atraso com o, IDA BAD e o FMI.

Tendo em conta o facto de a Guiné-Bissau ter atingido o ponto de conclusão da iniciativa HIPC em Dezembro de 2010, resultando no cancelamento de mais de 86,5% da dívida, consequentemente ela se situará um pouco menos de 120 biliões de FCFA em 2015.



¹⁷ Ver a análise da dívida, MEETING THE CHALLENGE, FOR AID COORDINATION AND PARTNERSHIPS IN GUINEA-BISSAU, United Nations



2.5.2 Perspectivas macroeconómica 2011-2015

As projecções macroeconómicas baseiam-se num conjunto de hipóteses que tomaram em conta o desenvolvimento económico do país nos últimos anos e todas as reformas e medidas políticas e económicas que estão em curso ou previstas a médio prazo. Também, o acordo de parceria (ECF) com o FMI e os objectivos estratégicos do DENARP II constituem o quadro de referência permitindo a definição das hipóteses que orientam as projecções macroeconómicas a médio prazo, assegurando a coerência global da estratégia adoptada. Estas hipóteses referem: (i) ao reforço da estabilidade sócio-política com os resultados tangíveis das reformas da administração, defesa e segurança, (ii) ao prosseguimento dos esforços de modernização da gestão das finanças públicas, nomeadamente na melhoria de capacidade de arrecadação e aumento das receitas fiscais (aumento do preço de referência de castanha de cajú de USD 600 a 750 por tonelada, aumento de preços de referência aplicados pelas administrações aduaneiras para a determinação dos impostos sobre as importações de arroz, açúcar e farinha de trigo, a reintrodução de taxas sobre as bebidas alcoólicas, a implementação da SYDONIA ++ e sua harmonização com as declarações fiscais dos grandes importadores) e o controlo das despesas (nomeadamente salário) (iii) o reforço da contribuição dos sectores portadores de crescimento (agricultura, agro-indústria, pesca e turismo), em que a Guiné-Bissau goza de vantagens comparativas baseada na diversificação de produtos (além da castanha cajú, arroz e cereais), (iv) ao aumento do investimento público e privado, com o aumento da ajuda pública ao desenvolvimento, os fluxos de investimento directo estrangeiros e recursos adicionais esperados do cancelamento da dívida e a melhoria do ambiente de negócios com a operacionalização do Centro de Formalização de Empresas (Guichet Único) e a simplificação dos procedimentos para a criação de empresas, (v) a melhoria da produção e distribuição de energia eléctrica.

As previsões dos principais parâmetros do enquadramento macroeconómico foram orientadas com o propósito de manter os equilíbrios macroeconómicos e orçamentais com base nas potencialidades reais da economia e dos objectivos globais e sectoriais do DENARP II. Para este fim, três cenários de projecção, foram considerados:

- um cenário “base” (tendencial) que pressupõe que os recursos adicionais de capital, previstos no DENARP II não serão mobilizados ou absorvidos. Assim, o crescimento real manterá em média a 5,3% ao ano, no período 2011-2015.

- um cenário “médio”, que assume que os recursos adicionais de capital previstos no DENARP II, serão absorvidos ou mobilizados apenas na ordem 50%. A taxa de crescimento esperado se situará em média 6,5% no período em referência.
- um cenário “optimista” com as hipóteses de um forte crescimento nos sectores promissores e de desempenho fiscal sustentado, associado à mobilização de recursos adicionais de capital previstos no DENARP II a 100% neste período.

1. O cenário de base

O objectivo de crescimento para o período 2011-2015 será atingir uma taxa média anual de 5%. A evolução dos diferentes sectores da economia sob este cenário de referência para a realização dos objectivos de crescimento e estabilidade macroeconómica são os seguintes.

A nível do sector primário, a taxa de crescimento médio deverá crescer aproximadamente 4,4%, influenciado por um crescimento do sub-sector agrícola de 4,4% com a implementação de programas visando a diversificação da produção agrícola e a melhoria da produção de castanha de cajú. O crescimento do sub-sector da pecuária e da pesca deverão atingir 5,2% e 2,7% respectivamente, contra uma taxa média de 4,6% e -0,3% entre 2006 e 2010. O sub-sector da pesca deverá beneficiar das obras de construção do porto de Alto Bandim. Para o sub-sector da floresta é esperado uma taxa média de crescimento de 3,5% anuais.

O sector secundário deverá registar uma reviravolta em relação ao período anterior, com uma taxa de crescimento médio de 4% contra -0,4% entre 2006-2010. Este revés virá da melhoria do crescimento do sub-sector agro-alimentar, que pesa 75% da produção do sector. A contribuição dos sub-sectores da construção civil (6,1%) e da água e electricidade (5,2%) deverão reforçar esta dinâmica com a prossecução dos esforços de melhoria da rede de distribuição eléctrica e a política das grande obras públicas, especialmente na construção civil. A reorientação do investimento público, em parte a esses sub-sectores, contribuirá na eliminação das barreiras à produtividade das empresas associadas à fraca produção da energia.

O sector terciário deverá continuar a sua progressão com uma taxa de crescimento médio de cerca de 6,4% no período 2011-2015, principalmente pelo bom desempenho do sector dos Transportes e Telecomunicações e Comércio que apontam um crescimento de 11,2% e 8,1% em média anual. A retoma do sub-sector dos serviços financeiros, observado em 2010, deve continuar com um crescimento médio de 2,1% ao longo do período, enquanto que a implementação das reformas da administração deverão melhorar o desempenho dos serviços da administração pública.

Tabela 15: Taxa de crescimento real dos sectores no período 2011-2015

	2011	2012	2013	2014	2015
Sector primário	3,8%	4,1%	4,4%	4,6%	4,9%
Agricultura	4,0%	4,3%	4,5%	4,8%	5,1%
pecuária	4,9%	4,9%	5,2%	5,5%	5,6%
Pesca	2,1%	2,3%	2,6%	3,1%	3,5%
Floresta	3,1%	3,1%	3,4%	3,7%	3,9%
Sector secundário	3,1%	3,5%	4,0%	4,5%	4,7%
Actividades extractivas	5,8%	6,4%	6,8%	7,0%	7,1%
Agroalimentar	2,6%	2,9%	3,5%	4,0%	4,2%
Outras indústrias	4,4%	4,9%	5,2%	5,6%	5,8%
Construção	5,2%	5,7%	6,2%	6,5%	6,7%
Água – electricidade	4,7%	4,9%	5,2%	5,4%	5,7%
Sector terciário	5,6%	6,1%	6,4%	6,9%	7,2%
Transportes e telecomunicações	10,8%	10,9%	11,3%	11,4%	11,6%
Comércio	7,6%	7,9%	8,0%	8,5%	8,7%
Serviços financeiros	1,3%	1,6%	2,1%	2,4%	2,8%
Serviços da administração pública	-2,1%	-1,8%	-1,5%	-1,4%	-1,3%
Outros serviços	4,1%	4,2%	4,5%	4,7%	4,9%

Em termos de emprego do PIB, o investimento deverá permanecer dinâmico (9,3%) em média, apesar de uma correcção da tendência em relação ao período 2006-2010, tendo em conta a conclusão dos trabalhos de reabilitação de algumas estradas e construção de pontes, hospital militar, e o palácio do governo. O consumo final registará um ligeiro aumento (4%) graças ao controle do consumo público. A procura externa líquida deverá melhorar com um crescimento médio das exportações de bens e serviços de 6,1% em termos reais, ainda dominado pelas exportações de castanha de caju (90%), enquanto que as importações de bens e serviços crescerão para se situarem em 4,5% em termos reais. O nível geral de preços é projectado em média de 3% ao longo desse período, após as pressões inflacionistas relacionadas ao aumento dos preços do petróleo verificado nos últimos anos no mercado internacional.

Quanto à balança de pagamentos, o saldo de transacções correntes irá melhorar de -4,6% do PIB em 2011 para -1,9% do PIB em 2015. Esta performance resultará de uma melhoria da balança de transferências (9,8% de crescimento, em média) e da balança comercial (-8% do

PIB em 2011 para 6% em 2015), devido ao aumento sustentado das exportações de 6% em média (com maiores resultados em castanha de caju), em relação as importações 3,5%, em média. O saldo global irá melhorar durante este período passando de 2,7% do PIB em 2011 para 4,6% do PIB em 2015, devido ao bom desempenho da conta de capital e das operações financeiras com os investimentos directos passando de 5 bilhões em 2011 para 9 bilhões em 2015.

Ao nível das Finanças Públicas, as receitas totais passariam de 83,9 bilhões em 2011 a 120,7 bilhões, em 2015, ou seja um aumento de 5,3% em média durante o período. A carga fiscal se situará em média 8,3% ao longo do período, com base numa evolução moderada do alargamento da base tributária.

Tabela 16: Projecção das receitas 2011-2015 (em bilhões Fcfa)

RUBRICAS	2011	2012	2013	2014	2015
Receitas totais e donativos	83,9	100,1	107,4	113,9	120,7
Receitas orçamentais	47,0	49,8	53,3	57,2	61,1
Receitas fiscais	35,0	37,4	40,1	43,0	46,0
Receitas não fiscais	11,9	12,4	13,2	14,1	15,1
Donativos	36,9	50,3	54,1	56,8	59,6
Projectos	25,7	32,7	34,9	37,2	39,7
Programa	11,2	17,6	19,2	19,5	19,8

Quanto as despesas totais, elas evoluiriam de 92,8 bilhões em 2011 para 123 bilhões em 2015. As despesas de capital irão registar uma progressão contínua, impulsionada pelo investimento financiado pelos recursos externos. As despesas com salários evoluirão de acordo com a vontade de controlar a sua evolução como estipulado no programa da reforma da administração, embora os sectores sociais (educação e saúde) permanecem protegidos.

Tabela 17: Projecção das despesas 2011-2015 (em bilhões Fcfa)

RUBRICAS	2011	2012	2013	2014	2015
Despesas totais e empréstimos líquidos	92,8	99,5	106,3	115,2	123,0
Despesas correntes	52,2	58,6	61,4	66,6	70,4
Encargos da dívida	2,2	2,0	2,0	1,8	1,7
<i>Despesas em capital</i>	38,3	40,9	44,9	48,5	52,7
<i>Com financiamento interno</i>	3,2	3,4	4,9	5,8	7,1
<i>Com financiamento externo</i>	35,1	37,5	40,0	42,7	45,6

Globalmente, o saldo primário continua deficitário de -3 biliões em 2011 a -7,5 biliões em 2015, enquanto o saldo global incluindo os donativos vai continuar a melhorar, passando de -9 biliões em 2011 para -2,3 biliões em 2015. O saldo global, excluindo donativos e empréstimos permanece negativo e relativamente alto em percentagem do PIB passando de -10,5% em 2011 para -11,3% em 2015.

Tabela 18: Saldos orçamentais 2011-2015

RUBRICAS	2011	2012	2013	2014	2015
<i>Saldos primários</i>	-3,0	-6,8	-6,1	-7,7	-7,5
Saldo Global (base compromisso)					
Donativos incluídos	-9,0	0,6	1,1	-1,3	-2,3
Donativos e empréstimos líquidos excluídos	-45,9	-49,7	-53,0	-58,0	-61,9
Donativos excluídos	-45,9	-49,7	-53,0	-58,0	-61,9
<i>Saldo global (base caixa)</i>	-9,0	0,6	1,1	-1,3	-2,3

Em relação aos critérios de convergência da UEMOA, nota-se uma ligeira melhoria no desempenho económico da Guiné-Bissau, embora alguns esforços devam ser consentidos em relação aos critérios de segundo rang. Concernente aos critérios do primeiro rang, apenas um referente ao saldo orçamental de base reportado ao PIB não será alcançado, ficando -2,65% em média. O rácio dívida/ PIB será alcançado pelo facto de o país ter atingido o ponto de conclusão no âmbito da iniciativa HIPC. Relativamente aos critérios do segundo rang nota-se uma certa melhoria no desempenho, apesar de tudo nenhum dos critérios será alcançado. Significativos avanços serão possíveis em termos de investimento financiados pelos recursos internos em relação as receitas fiscais, passando de 9,2% em 2011 para 15,3% em 2015. Quanto ao déficit corrente excluindo donativos reportado ao PIB, aproxima-se a 5% o máximo autorizado, para -5,5% em 2015. A carga fiscal ficaria ainda aquém do mínimo de 17% exigido pela UEMOA, com uma média de 8% entre 2011-2015.

Tabela 19: Critério de convergência da UEMOA

RUBRICAS	2011	2012	2013	2014	2015
CRITÉRIOS DO PRIMEIRO RANG					
Saldo orçamental de base rapportado ao PIB nominal	-1,94%	-2,68%	-2,68%	-2,98%	-2,99%
Não acumulação dos atrasados de pagamentos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Taxa de Inflação média anual	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0
Rácio do stock da dívida pública total/PIB	34,33	31,27	28,10	23,71	20,95
CRITÉRIOS DE SEGUNDO RANG					
Massa salarial/Receitas fiscais (em %)	65,43%	63,15%	61,57%	60,54%	59,95%
Investimentos com os recursos internos/Receitas fiscais (em %)	9,24%	9,22%	12,13%	13,57%	15,38%
Défice externo corrente excluindo donativos/PIB	-7,14%	-7,71%	-7,12%	-6,22%	-5,52%
Carga fiscal	8,0%	8,2%	8,3%	8,4%	8,4%

2. Os cenários alternativos

Ao nível do cenário médio, considera-se que os recursos adicionais de capital previstos no DENARP II, serão absorvidos ou mobilizados apenas 50%. Além disso, estima-se que a carga fiscal poderá atingir em média 9,9% do PIB, graças a reformas na administração fiscal e da fiscalidade. A taxa de crescimento esperado em média anual é de 6,5%, com aumento dos investimentos na produção agrícola, turismo, pescas, construção e melhoria de ambiente de negócios. Assim, ao nível sectorial, o sector primário será impulsionado pelo dinamismo da agricultura (6,4% de crescimento médio anual entre 2011 e 2015) e pecuária (7,3% da taxa de crescimento médio anual). O sector secundário será impulsionado por um melhor desempenho do sub-sector das indústrias extractivas (13% de crescimento médio anual), o sub-sector da construção (13,1% de crescimento médio anual) e os sub-sectores de água e energia eléctrica (7,8% de crescimento médio anual). Sub-sector de serviços financeiros e do comércio permitirão ao sector secundário manter o seu dinamismo com um crescimento médio anual, respectivamente de 6,2% e 9,7% entre 2011-2015. As despesas de capital reportado ao PIB aumentará de 10% em média, enquanto que as despesas adicionais de investimento relacionadas ao DENARP reportado ao PIB se situará, em média anual de 4,2%. O saldo orçamental de base reportado ao PIB foi estimado em torno de 4,7% em média anual. O défice global incluindo donativos melhorou, passando de -21.3 biliões em 2011 para -12,4 em 2015.

Tabela 20: Enquadramento macroeconómico do DENARP II Cenário médio

TÍTULOS	2011	2012	2013	2014	2015	Média 2011-2015
Carga fiscal	8,56	9,2	10,0	10,6	11,2	9,91
Massa salarial/Receitas fiscais (em %)	61,21%	56,32%	50,91%	47,98%	45,73%	52,43%
Despesas em capital	40,4	46,9	50,0	54,2	61,8	50,67
Investimentos financiados com recursos próprios	5,3	9,5	10,0	11,5	16,2	10,51
Investimentos financiados com recursos externos	35,1	37,5	40,0	42,7	45,6	40,17
Despesas adicionais do Investimentos ligados ao DENARP II	16,19	16,19	21,59	21,59	32,38	21,59
Taxa de crescimento do PIB	4,99%	5,83%	6,64%	7,26%	7,95%	6,53%
PIB nominal	438,4	461,9	494,9	533,8	575,7	500,92
Saldo orçamental de base reportado ao PIB nominal	-4,73%	-5,55%	-4,59%	-4,41%	-4,58%	-4,78%
Saldo Global (base compromisso)						
Donativos incluídos	-21,3	-12,8	-8,6	-9,5	-12,4	-12,92
Donativos e empréstimos líquidos excluídos	-63,4	-67,8	-71,9	-74,5	-90,0	-73,51

Financiamento do DENARP II no quadro do cenário médio

Com base nos pressupostos do quadro macroeconómico e orçamental relativo ao ritmo de crescimento, a carga tributária e do défice orçamental sustentável, um plano previsional de financiamento do DENARP II podem ser elaborados em função da estimação do custo global da estratégia. Os custos retidos na versão actual são os do DENARP I. A sua programação para o período 2011-2015 permite obter a tabela abaixo indicado. Tendo em conta que apenas 50% do custo é mobilizado, o custo global de implementação da estratégia para o cenário médio é estimado em 113.610 biliões de FCFA contra uma capacidade total de financiamento de 62.62 biliões de FCFA em função de um défice orçamental de base reportado ao PIB de 4,7% em média.

O custo global dos investimentos ascendeu a 107.93 biliões de francos CFA, contra as despesas adicionais de funcionamento ligados ao DENARP (5.68 biliões de FCFA) para o período 2011-2015. O financiamento da estratégia será assegurado com 55,11% através dos recursos próprios do orçamento e com 44,89% dos recursos externos a mobilizar, que constituem assim as necessidades do financiamento. O défice de financiamento será assim proporcional ao défice dos recursos externos adicionais não mobilizados.

A mobilização dos recursos externos será também feita recorrendo aos parceiros bilaterais e multilaterais tradicionais, assim com os emergentes. A Guiné-Bissau vai privilegiar uma estratégia de mobilização crescente dos donativos para financiar as necessidades de financiamento identificadas no DENARP II.

Tabela 21: Financiamento do Cenário médio (em biliões Fcfa)

TÍTULOS	2011	2012	2013	2014	2015	TOTAL
Custo global do DENARP II (A)	17,04	17,04	22,72	22,72	34,08	113,61
Despesas de funcionamento	0,85	0,85	1,14	1,14	1,70	5,68
Despesas de investimento	16,19	16,19	21,59	21,59	32,38	107,93
Financiamento com recursos próprios (B)	10,96	11,55	12,37	13,34	14,39	62,62
Necessidades de financiamento (C=B-A)	-6,08	-5,49	-10,35	-9,38	-19,69	-51,00
Financiamentos externo a mobilizar (D)	6,08	5,49	10,35	9,38	19,69	51,00
Investimentos (donativos e empréstimos a projectos)	40,36	46,94	50,02	54,25	61,80	253,37
Gap (C+D)	0	0	0	0	0	0

3. Cenário optimista

O cenário “**optimista**” é baseado em pressupostos de forte crescimento nos sectores promissores e de desempenhos fiscais mais sustentados, associado à mobilização de recursos adicionais de capital previstos no DENARP II a 100% neste período. Embora optimista, este cenário é realista. Assim, considerando as potencialidades fiscais da Guiné-Bissau, a melhoria da carga tributária prevista em torno de 10,5% em média durante o período, impulsionado pelos esforços de arrecadação por parte das estruturas de cobranças e pelo alargamento da base tributária. Quanto ao ritmo de crescimento, ele se situará em 7,5% em média ao longo do período 2011-2015. Ao nível do sector primário, os sub-sectores da agricultura (7,6%), pecuária (8,3%) e da pesca (3,5%) serão os motores da dinâmica do crescimento. O sector secundário, será apoiado pela dinâmica dos sub-sectores da construção (18,8%) em média, água e electricidade (10,6%), em média entre 2011-2015. O sector terciário será impulsionado nomeadamente através da melhoria do desempenho do sector de serviços da administração pública (3,8%) e comércio (10,7%). As despesas de capitais adicionais ligadas ao DENARP II se situarão neste cenário a 8,3% em média em relação ao PIB. O défice orçamental de base é fixado em torno de -6,4% do PIB que permite um financiamento significativo, utilizando os recursos internos para as despesas da estratégia.

Tabela 22: Enquadramento macroeconómico do DENARP II Cenário optimista

TÍTULOS	2011	2012	2013	2014	2015	Média 2011-2015
Carga fiscal	9,0	9,8	10,5	11,1	12,1	10,5
Massa salarial/Receitas fiscais (em %)	57,80%	51,91%	47,71%	44,36%	40,25%	48,41%
Despesas em capital	40,4	45,0	49,2	54,3	60,2	49,8
Investimentos com recursos próprios	5,3	7,6	9,2	11,6	14,6	9,7
Investimentos financiados com recursos externos	35,1	37,5	40,0	42,7	45,6	40,2
Despesas de Investimento DENARP II	32,38	32,38	43,17	43,17	64,76	43,2
Taxa de crescimento do PIB	5,62%	6,58%	7,50%	8,50%	9,48%	7,54%
PIB nominal	441,1	468,0	505,4	551,3	602,9	513,7
Saldo orçamental de base reportado ao PIB nominal	-6,92%	-7,02%	-6,60%	-6,14%	-5,38%	-6,41%
Saldo Global (base compromisso)						
Donativos incluídos	-31,0	-20,0	-19,3	-19,8	-18,4	-21,7
Donativos e empréstimos líquidos excluídos	-78,2	-79,3	-91,3	-92,2	-112,6	-90,7

Financiamento do DENRAP II, no quadro do cenário optimista

Os pressupostos deste cenário implicariam uma avaliação do custo global da estratégia em mais de 227 biliões de FCFA no período 2011-2015. O financiamento deste montante será repartido durante este período de forma crescente com a hipótese de uma melhoria gradual das condições sócio-políticas e das capacidades de absorção, permitindo uma mobilização crescente dos recursos externos. As despesas são repartidas da seguinte maneira: 15% anuais nos dois primeiros anos, 20% anuais em 2013 e 2014 e 30% em 2015. O custo global dos investimentos ascende os 216 biliões de FCFA no período 2011-2015, enquanto que os encargos suplementares de funcionamento ligados ao DENARP II são estimados em 11 biliões de FCFA.

O financiamento da estratégia será assegurado com 56,5% pelos recursos próprios e 43,5% pelos recursos externos. O défice de financiamento é teoricamente nulo, devido à hipótese de financiamento a 100% das necessidades através da mobilização de financiamento externo. Na realidade, será proporcional a ausência de mobilização de recursos externos. Assim, excluindo os apoios externos previstos no cenário de base, e se os recursos externos suplementares não forem mobilizados, o défice será mais de 98 biliões de FCFA neste período.

Tabela 23: Financiamento do cenário optimista (em biliões Fcfa)

TÍTULO	2011	2012	2013	2014	2015	TOTAL
Custo global do DENARP II (A)	34,08	34,08	45,44	45,44	68,17	227,22
Despesas de funcionamento	1,70	1,70	2,27	2,27	3,41	11,36
Despesas de investimento	32,38	32,38	43,17	43,17	64,76	215,86
Financiamento com recursos próprios(B)	22,05	23,40	25,27	27,57	30,14	128,43
Necessidade de financiamento (C=B-A)	-12,03	-10,68	-20,17	-17,88	-38,02	-98,79
Financiamento externo (D)	12,03	10,68	20,17	17,88	38,02	98,79
Investimentos (donativos e empréstimos a projectos)	40,36	46,94	50,02	54,25	61,80	253,37
Gap adicional (C+D)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

4. Os Riscos de financiamento do DENARP II

Os riscos da estratégia estão ligados de um lado, às evoluções da situação política, que garantem a estabilidade do quadro de intervenção dos parceiros e por outro lado, pelos choques exógenos que podem comprometer os objectivos macroeconómicos do país.

Os riscos de ordem política e institucional, afectando a capacidade de mobilização recursos externos são integrados nos diferentes cenários. Eles estão principalmente ligados ao processo de reforma do sector da defesa e segurança, e que podem afectar directamente a implementação dos investimentos previstos ao longo de período 2011-2015 da execução do DENARP II. O fraco nível das despesas de investimento poderia afectar significativamente o crescimento e comprometer neste caso, a realização das metas fixadas para 2015.

O risco de *ordem natural* é associado a pluviometria que continua a ser o principal determinante da produção agrícola. A evolução do sub-sector da agricultura pode ser afectada pela fraca pluviosidade, implicando o mau desempenho na produção de caju, penalizando gravemente as receitas externas do país.

No *plano económico*, o principal risco está ligado à evolução dos preços no mercado internacional, em geral, nomeadamente o da castanha de caju e do preço do petróleo bruto em particular. O sub-sector da energia é assim muito exposto a forte flutuação do mercado internacional de petróleo.

A não mobilização da totalidade dos recursos externos esperados é também um risco importante já reflectido nos cenários. O sucesso da estratégia assenta no pressuposto de que todos os recursos esperados são mobilizados. Os meios para minimizar todos esses riscos, devem ser integrados nas estratégias de implementação do DENARP II.

III. Dispositivo institucional de implementação, seguimento e avaliação do DENARP II

3.1 Balanço e lições do Seguimento e avaliação do DENARP I

3.1.1 Balanço do Seguimento e Avaliação do DENARP I

No âmbito do DENARP I, um quadro de S&A foi proposto. Com base nos princípios directores, respondendo as normas dos documentos estratégicos para a redução da pobreza. Este quadro devia organizar-se em torno de:

- um quadro institucional susceptível de assegurar uma participação regular, inclusiva dos diferentes actores implicados, na implementação do DENARP ;
- um quadro de programação operacional (Programa Prioritário para 2005 e Plano de Acções Prioritárias 2006-2008);
- um sistema de informação baseado nos: (i) relatórios trimestrais produzidos pelos gabinetes de estudos e planificação (GEP) dos diferentes Ministérios e (ii) relatório anual de seguimento de implementação do DENARP consolidado.
- uma base de indicadores - chaves para o seguimento, por eixo.

Seis anos após a adopção do primeiro DENARP, o sistema de S&A não deu resposta aos objectivos fixados, continuando a ser inoperacional:

1. **Quadro institucional :** O quadro institucional de S&A praticamente não chegou de funcionar. O Comité de Pilotagem, suposto reunir semestralmente, reuniu-se apenas uma vez. A célula de implementação e de seguimento do DENARP (CISD), pivot de todo o sistema, nem sempre foi funcional. Quanto as conexões sectoriais (GEP) e regionais, quando estiverem activos, exerceram actividades de seguimento que não se inscreveram, na maioria das vezes, no quadro geral de seguimento do DENARP. Este défice, deve-se as razões técnicas (indefinição das missões e tarefas de diferentes órgãos de S&A), institucionais (ausência de cultura de seguimento-avaliação, instabilidade intra-ministerial, fraca propensão entre os Ministérios), carências de recursos humanos (escassez de pessoal qualificado) e incentivos financeiros (motivação dos quadros, financiamento das missões de seguimento...).
O processo de participação e apropriação em torno da execução do DENARP não se concretizou devido a inexistência de um quadro institucional preciso e operacional.
2. **Quadro de Programação Operacional :** O Plano de Acções Plurianuais - PAP (2006-2008), foi tardiamente adoptado e não conseguiu servir de referência, por falta de realismo e priorização das acções e financiamentos que ele comporta (os financiamentos disponíveis representavam apenas 20% do total). Por outro lado, o PAP não identificou os indicadores para o seu seguimento.
3. **Informações estatísticas e base de dados:** a fragilidade do sistema estatístico nacional, constitui igualmente um enorme constrangimento: a disponibilização de dados estatísticos é globalmente limitada, particularmente no que concerne as estatísticas administrativas e, a fiabilidade dos dados se afigura, muitas vezes, duvidosa na ausência de capacidade de verificação e controlo da qualidade da recolha de informações e ausência de uma formação adequada dos produtores primários de dados. Esta fraqueza, diz respeito não somente aos indicadores de produtos, resultados e impactos, mas também aos dados relativos aos recursos humanos e financeiros

mobilizados pelas políticas públicas. Os efectivos, bem como a sua repartição por região e domínio de intervenção, são muito mal geridos (ausência de reconciliação entre os dados do Ministério das Finanças, do Ministério da Função Pública e dos Ministérios sectoriais, respectivamente). Relativamente ao seguimento das despesas, ele comporta um triplo problema de exaustividade, de fiabilidade e de alinhamento com os objectivos do DENARP, principalmente no que concerne a ajuda externa. De igual modo, o projecto de constituição de uma base de dados dos projectos de investimentos publicos não desenharam em resultados tangíveis.

4. **Sistema de informação do seguimento** : O governo conseguiu produzir dois relatórios de execução : um primeiro relatório « final » de S&A do DENARP (adoptado em Agosto de 2009) e um segundo relatório, relativo ao exercício 2009 (em agosto 2010). Todavia, a apropriação do trabalho continua sendo limitada, os relatórios intermédios (GEPs sectoriais e regionais) não foram produzidos e nenhum dispositivo de informação perene foi implementado.
5. **Indicadores de S&A** : Os esforços para dotar o DENARP de indicadores foram realizados com atraso (com o PAP 2010). Por outro, a produção de indicadores identificados (resultados e impactos) dependeu enormemente dos inquéritos, cuja realização só se efectuou em 2010. Enfim, nem o MEPIR, nem os Ministerios sectoriais estiveram em condições de identificar os indicadores « intermediários » susceptíveis de constituir a base de um seguimento anual sectorial.

No quadro do DENARP II, será necessário encontrar soluções para os constrangimentos identificados, adoptando uma abordagem baseada, simultaneamente, no pragmatismo (dar resposta, de preferência, aos objectivos operacionais de S&A), na precisão (definir os termos de referência dos actores de S&A, acordar-se sobre o conjunto de indicadores estáveis e ressaltar metas claras para 2015), no realismo (tomada em consideração os constrangimentos estruturais, privilegiando as ferramentas e os mecanismos simples e de baixo custo). Por conseguinte, o sistema de S&A do DENARP II deverá ser capaz de beneficiar dos progressos mais recentes.

1.1. Principais trunfos para um sistema de seguimento & avaliação operacional

Várias acções recentes ou em curso, deixam pensar que o seguimento e a avaliação do DENARP II se apoiaram nas novas oportunidades, tais como:

Uma base estatística renovável sobre as condições de vida das populações: Deve ser disponibilizado, logo no início, uma base de informação actualizada e rica, com base nos dados do recenseamento geral de população de 2009, MICS4¹⁸ e ILAP2¹⁹. Outros trabalhos foram igualmente realizados (inquérito nutricional, inquérito sobre fluxos fronteiriços, estudos temáticos...), podendo também contribuir na constituição de uma base sólida para a situação de referência do DENARP II. Para todas estas fontes de informações, espera-se que nas tabelas estatísticas os dados estejam desagregados por sexo e faixa etária, de forma a permitir fazer análises adequadas e mais detalhadas.

¹⁸ Inquérito aos indicadores múltiplos - MICS) foi realizado com o apoio de UNICEF segundo uma periodicidade doravante trienal.

¹⁹ Inquérito ligeiro para a avaliação da pobreza – ILAP) foi realizado em 2002 e em 2010, a partir de modulo de base do questionário standard sobre os indicadores de bem-estar (Core Welfare Indicators Questionnaire - CWIQ).

- **A adopção de estratégias e planos de acção sectoriais** : Estes quadros de referência são essenciais para definir as prioridades e as metas a serem atingidas no quadro do DENARP. Em 2009-2010, vários documentos foram adoptados ou estão em fase de preparação:

Tabela 24:

Sectores	Quadros estratégicos e de programação
Segurança	• Plano de Reestruturação e de Modernização do Sector de Defesa e Segurança (2006)
	• Plano Prioritário para a Reforma da Defesa e Segurança – PPRSDS (aprovado em jan. 2010)
Justiça	• Política Nacional de Justiça (Março 2010)
Agricultura	• Programa Nacional de Investimento Agrícola (PNIA) 2011-2015 (2010) ²⁰
Pesca	• Plano estratégico 2011-2015 para o sector das pescas (elaborado em 2009)
Electricidade / água	• Política Sectorial de Electricidade (draft submetido ao CM ; Março 2010)
	• Programa de Reforma para a Água e Electricidade (Março 2010)
	• Esquema Director de Saneamento (a elaborar em 2011)
Educação	• Carta Política Sector Educativo 2010-2010
	• Plano Trienal para o Desenvolvimento do Sector de Educação 2011-2013 (concluído em Junho 2010)
Saúde	• 2º Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário – PNDS 2011-2017 (aprovado em Maio de 2010)
Género	• Política Nacional de género (em preparação)

- **Melhoria dos instrumentos de seguimento das finanças públicas:** O governo procedeu a implementação do sistema integrado de gestão de finanças públicas (SIGFIP), cujos módulos de preparação e de execução orçamental estão funcionais desde 2009, enquanto o módulo contabilístico está em curso de operacionalização. Os sistemas de informações especializadas foram igualmente instalados no domínio do serviço da dívida (instalação de SYGADE no 3º trimestre de 2009) e das alfândegas (instalação AYSCUDA++ em Agosto 2010). Por outro lado, a instalação do novo sistema de gestão de informação para o pagamento está em estudo. Enfim, uma plataforma de gestão de ajuda (PGA) deve ser implementada a partir de 2011, com o apoio de Development Gateway.
- **A emergência de projectos de reorganização de sistema de informação sectoriais:** Alguns ministérios estão a trabalhar na reorganização do seu sistema de informação. Assim, o Instituto Nacional de Saúde (INASA), foi encarregue pelo Ministério da Saúde, para estabelecer um conjunto de indicadores essenciais, susceptíveis de constituir o núcleo duro do seguimento sectorial anual. Em relação a educação, os trabalhos em curso, com vista a poderem beneficiar da iniciativa Fast Track, deverão

²⁰ Existe uma carta de política agrícola mas ela é antiga (elaborada em 1997 e revista em 2002).

igualmente, permitir a definição dos indicadores essenciais. Simultaneamente, o Gabinete de Informação, Planificação e Avaliação do Sistema Educativo de Base deverá ter em 2011 uma nova maqueta de sistema de informação sectorial.

- **A coordenação dos apoios orçamentais :** em Fevereiro de 2009 foi assinado, entre o Ministério das Finanças e seis dos seus parceiros técnicos e financeiros (Espanha, França, Portugal, União Europeia, FMI, Banco Mundial), um quadro conjunto de concertação para a ajuda orçamental (QCAO). O QCAO oferece um espaço de partilha de informação, de diálogo e de coordenação, materializado nos encontros trimestrais (Abril, Julho, Outubro, Janeiro).
- **A planificação do desenvolvimento do sistema estatístico nacional:** Após a realização de um inventário em Junho 2010, foi iniciado com o apoio financeiro e técnico do BAD e do PNUD, a elaboração de uma estratégia nacional de desenvolvimento da estatística (ENDE), cobrindo o período 2011-2015. Isto deverá desembocar num plano de acção operacional e de orçamentação das acções prioritários.
- **Adopção do quadro harmonizado das finanças públicas da UEMOA:** As novas directivas de Março e Junho de 2009 aplicáveis ao conjunto dos oito países da UEMOA já estão a ser transferidas para a legislação guineense. Uma nova lei orgânica de leis de finanças foi adoptada em Março de 2010. Prevê-se, entre outras coisas, a passagem de orçamentação dos meios para a orçamentação dos resultados. Desta feita, todos os ministérios e instituições deverão adoptar, daqui a 2017, os orçamentos - programas. Para cada programa, serão elaborados projectos anuais de desempenho, resultado de uma selecção de indicadores de desempenho para cada objectivo. A lei prevê que, anualmente, sejam elaborados os relatórios anuais de desempenho, com vista a medir o resultado das metas estabelecidas por programa, que em seguida são anexas a lei de regulamento a ser submetido a ANP. Estas novas disposições, que deverão ser objecto de uma implementação progressiva, constituem uma grande oportunidade para estabelecer um mecanismo de seguimento das políticas ministeriais, estruturado em torno dos objectivos predefinidos e ligados os dotações orçamentais bem identificados.

3.2. Sistema de Seguimento & Avaliação do DENARP II

3.2.1. Quadro Institucional de Implementação e de seguimento & Avaliação

O quadro institucional reformulado organiza-se em torno de um dispositivo simplificado que compreende:

- uma estrutura de orientação e de diálogo político (Comité de Pilotagem);
- uma estrutura de seguimento técnico e administrativo do dispositivo (Comité Técnico de Validação);
- Comités Sectoriais de programação e seguimento, articulados com os Gabinetes de Estudos e de Planificação Sectoriais (GEPs) e de dispositivos de seguimento de estratégias e planos de acção eventualmente existentes (ou a criar).

Comité de Pilotagem (CP) é uma estrutura de orientação, de diálogo e de decisão política que : i) fornece as grandes orientações para implementação do DENARP; ii) aprova os planos de acções prioritárias (PAP) e suas eventuais revisões; iii) valida os relatórios anuais de

progresso do DENARP e os eventuais relatórios de S&A; e iv) formula recomendações para a melhoria do processo de implementação, seguimento e avaliação da estratégia. A presença de representantes de doadores bilaterais e multilaterais no seu seio, permite, igualmente, ao CP desempenhar o papel como espaço de concertação de alto nível entre o Governo e os seus parceiros de desenvolvimento. O Comité de Pilotagem é presidido pelo Primeiro-Ministro e reagrupa os representantes das partes concernentes da estratégia (Governo, ANP, Sector Privado, Sociedade Civil e parceiros de desenvolvimento).

Mesmo com uma periodicidade de reunião mínima (anual), o bom funcionamento do CP será essencial, na medida em que lhe cabe: i) impulsionar as estruturas técnicas; ii) assegurar a apropriação da estratégia e das suas performances a nível político; e iii) promover um diálogo de alto nível entre o Governo e os parceiros bi- e multilaterais do país. As reuniões do CP realizar-se-ão anualmente, no decorrer do primeiro trimestre e com base num relatório detalhado de implementação do DENARP. Estas reuniões constituirão o ponto forte de concertação entre o Governo e os seus parceiros externos que, aliás, será objecto de outros encontros em domínios mais especializados, como, por exemplo, o Quadro Conjunto de Concertação sobre Ajuda Orçamental (QCAO) ou das revisões anuais de políticas sectoriais. Por outro lado, o CP também tem a vocação de tratar questões estreitamente ligadas ao DENARP, como as referentes ao seguimento dos OMD's ou ainda, aquela relacionada com a eficácia da ajuda. Relativamente a este último, ponto, a dupla representação do MEPIR e do Ministério dos Negócios Estrangeiros no Comité Técnico deverá facilitar o seguimento conjunto do DENARP e da ajuda ao desenvolvimento, com o firme propósito de melhorar o alinhamento das ajudas com as estratégias nacionais. Em contrapartida, a produção de informações de base para o seguimento da Declaração de Paris poderá se efectuar ao nível de uma unidade distinta, especialmente criada para esse efeito. Dada a sua função, será necessário garantir que esta Comissão integre mulheres e estruturas que operam no domínio do género e de promoção das mulheres e também nas outras áreas, para garantir o seguimento das questões transversais ainda que não estejam reflectidos como eixos do DENARP mas que são importantes.

Comité Técnico é a estrutura operacional que coordena, no plano técnico, o conjunto do processo da implementação e do S&A do DENARP, vela pelo bom funcionamento do dispositivo e assegura a validação técnica dos documentos de programação e de seguimento antes de serem submetidos ao nível político. O Comité Técnico é presidido pelo Ministro encarregue do Planeamento e composto pelas direcções estratégicas do MEPIR (Plano, INE), pelo Ministério das Finanças (Orçamento), Ministério encarregue da luta contra a pobreza, assim como por representantes dos Ministérios implicados na estratégia.

Comités Sectoriais de Programação e de Seguimento (CSPS) constituem o centro do seguimento e da avaliação das estratégias, das políticas e dos programas sectoriais. Devem funcionar como pontos de centralização de informação sobre o seguimento de cada sector e, como tal, representam a estrutura de referência para o Comité Técnico e o seu Secretariado. A configuração, a representação e a atribuição de pilotagem dos comités sectoriais ficam sob a consideração dos Ministros dos respectivos sectores. Porém, os CSPS devem ser constituídos, não apenas pelos GEPs, como também pela Direcção Administrativa e Financeira (DAF) dos Ministérios concernentes e suas principais direcções técnicas. A abordagem deve ser pragmática, ou seja, trabalhar-se nos dispositivos ligeiros baseados, na medida do possível, sobre o existente.

Devido ao defice de competências no domínio do género, na maior parte das estruturas publicas, instituições do Estado e organizações da sociedade civil e, tendo em vista a importância que foi conferida a esta problemática no DENARP II, os seminários de formação sobre o diagnóstico, planificação e seguimento & avaliação, segundo o género, serão realizados com vista a desenvolver os conhecimentos e as competências nesta área, criando condições para o uso adequado da abordagem género e, assim, garantir a obtenção de resultados tangíveis. Estes ateliês terão lugar durante e após a elaboração do plano de acções prioritarias do DENARP II.

A arquitectura aqui proposta responde a **cinco (5) imperativos**: i) simplificar o quadro institucional (imperativo, do ponto de vista das capacidades disponíveis e da dificuldade em organizar a concertação); ii) evitar a dispersão das responsabilidades no S&A da estratégia nacional ao nível central; iii) reforçar a responsabilidade dos Ministérios sectoriais na implementação e no S&A do DENARP; iv) implicar os parceiros técnicos e financeiros no quadro de diálogo de alto nível; e v) assegurar a operacionalidade efectiva da Célula de implementação e do Seguimento do DENARP (CISD) no seio do MEPIR.

Este quadro constitui o dispositivo genérico, o qual se apoia “de facto” sobre as diversas outras estruturas de concertação ou de gestão operacional, cuja existência não está ligada à implementação do DENARP. É o caso, nomeadamente de: i) QCAO, que deve ser considerado como um quadro de concertação, absolutamente necessário, entre o Governo e os doadores, para o seguimento de certas componentes do DENARP e, ii) estruturas susceptíveis, em termos mais ou menos de aproximação, com vista a impulsionar o desenvolvimento regional e municipal.

3.2.2 Sistema de seguimento e avaliação do DENARP II

1. Organização do Sistema de Informação

O sistema de elaboração do relatório irá funcionar tomando em consideração: (i) os esforços realizados para reforçar a produção de informação a montante e desenvolver bases de dados para alimentar os relatórios de S&A, (ii) os procedimentos claros em vigor e respeitados para garantir a circulação, o controlo e análise de dados.

O sistema de informação para o seguimento será estruturado em torno de duas componentes principais: (i) a componente de seguimento da pobreza e das condições de vida das famílias, (ii) a componente de seguimento de implementação²¹ do DENARP.

a) Componente de seguimento da pobreza e das condições de vida das famílias

Este primeiro componente será coordenado pelo INE. Baseia-se nas seguintes actividades:

1. Planificação de produção dos dados provenientes dos inquéritos (planificação dos inquéritos, mobilização de recursos financeiros, elaboração de cadernos de encargos);
2. desagregação sistemática por sexo e idade de todas os dados e informações fornecidas;
3. Desenvolvimento de sistemas de informação de rotina para a produção de dados administrativos anuais (visando a produção de dados relacionados com a

²¹ Estas duas componentes correspondem aos dois primeiros subsistemas do CRESMIC.

agricultura, educação, saúde, água e saneamento, infra-estruturas solidariedade social, emprego e dos sectores da segurança e justiça) e promoção de projectos de apoio a esses sistemas, com foco nos produtores / colectores primários de dados (directores das escolas, responsáveis dos centros de saúde, ...);

4. realização de estudos sectoriais quantitativos e qualitativos sobre o genero;
5. Consolidação da base de dados DevInfo, um instrumento centralizador para armazenamento das Estatísticas Sociais;
6. Produção de um quadro de seguimento anual dos indicadores (indicadores chave de impacto e resultados);
7. Encorajar os mecanismos de controlo da fiabilidade das informações;
8. Reorganização e desenvolvimento das capacidades institucionais dos serviços que constituem o Sistema Estatístico Nacional;
9. Formação contínua dos quadros dos serviços estatísticos.

Tabela 25: Programação indicativo dos principais inquéritos para o período 2011-2015

	Anos					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Inquérito sobre as condições de vida dos agregados familiares						
Inquérito ILAP/QUIBB						(a)
Inquérito agrícola						
Inquérito sobre a segurança alimentar						
Inquérito 123 sobre emprego e sector informal						
Inquérito MICS/SR						
Inquérito serológico sobre VIH/Sida						
Inquérito qualitativo sobre os tabus e proibições relativos ao estatuto social da mulher nos diferentes sectores						

(a) Rural-urbano; por região

b) Componente de seguimento de implementação²² do DENARP

Este segundo componente, coordenado pela Direcção-Geral do Plano, refere-se as seguintes principais actividades:

1. produção da situação de execução orçamental trimestral na base do SIGFIP SIGFIP (classificação administrativa, funcional e económico das despesas);
2. produção de um relatório anual sobre a execução do PIP baseado nas informações dos GEPs, das informações sobre a ajuda externa e uma recolha específica de dados junto duma selecção de projectos estratégicos;
3. produção, a médio prazo e no fim, de um relatório sobre as disparidades, as inequidades e as desigualdades de género em termos de evolução
4. estabelecimento de uma plataforma de gestão da ajuda externa;

²² Estas duas componentes correspondem aos dois primeiros subsistemas do CRESMIC.

5. introdução gradual dos orçamentos-programas (documentos de programação plurianual de despesas - DPPD) com base num roteiro que cobre o período 2011-2017;
6. desenvolvimento de um sistema para gestão de orçamentos-programas ministeriais a fim de dispor de um instrumento padrão para o processamento de informação sobre os programas orçamentais (2012/2013);
7. acções de acompanhamento ligados a formação em gestão, reestruturação dos serviços em departamentos relacionados com a implementação das directivas da UEMOA, disponibilidade de informação e equipamentos, etc.

Tendo em conta os prazos para a operacionalização completa da plataforma de gestão de ajuda externa, um banco de dados provisório é alimentado pelos dados colectados trimestralmente junto das instituições estatais (MEPIR, MF, MNECIC, etc) e dos parceiros de desenvolvimento (incluindo os principais ONGs internacionais).

O componente de avaliação, o terceiro subsistema CRESMIC, devem ser desenvolvidos uma vez que foi instalado a capacidade de seguimento sólido. Inicialmente, o objectivo essencial será colectar e explorar as avaliações a meio-percurso ou em finais dos projectos financiados pelos parceiros de desenvolvimento. Se os dois primeiros sub-sistemas funcionarem de forma eficaz, o sistema de S&A poderia no fim do período enriquecer-se de uma actividade de avaliação estruturada em torno de uma política nacional de avaliação, de um plano anual de avaliação e de pesquisa operacional conduzida por uma estrutura do tipo observatório.

O sistema de seguimento do DENARP será desenvolvido em duas etapas:

a. Sistema Mínimo (2011-2012)

O seguimento do DENARP II basear-se-á no relatório anual de implementação do DENARP. A partir de um modelo padrão, a preparação do relatório para o exercício N, que começará em Janeiro do ano N+1 e será validado e publicado no sítio (Web site) o mais tardado em Abril. Este relatório sintético, será completado por:

- Um documento anexo que detalha a execução física e financeira do Plano de Acções Prioritárias;
- Um painel de indicadores de seguimentos, dividido em duas componentes: indicadores chaves de impacto e resultados; indicadores intermédios anuais seguimento sectoriais.

b. Sistema reforçado (2013-2015)

Uma vez funcional o sistema mínimo, ele será reforçado pela elaboração dos relatórios de seguimento sectoriais (pelo menos os sectores-chave DENARP) e os relatórios trimestrais. Assim, o relatório anual de execução será completado por:

- Relatórios trimestrais sintético contendo (i) uma ficha resumo (principais pontos), (ii) um mapa sobre a execução dos grandes programas e projectos, (iii) um mapa da execução das despesas do Ministério (classificação administrativa, funcional e económica);
- Relatório de desempenho anual dos programas ministeriais, enquanto a reforma orçamental inspirado pelas directivas da UEMOA de 2009 será implementado. Um roteiro irá especificar as modalidades e o calendário do desenvolvimento dos

orçamentos-programas dos ministérios. Em 2011-2012, os orçamentos-programas poderão ser desenvolvidos e consolidados em quatro sectores (educação, saúde, agricultura e infra-estruturas). A elaboração dos relatórios de desempenhos anual intervirá a partir de 2013.

2. Sistema de Indicadores

O sistema de indicadores proposto baseia-se em dois "painéis":

- O primeiro é composto de indicadores de impacto e resultados (mensurável para a maioria graças aos inquéritos realizáveis em cada 3 a 5 anos). Ele contém os principais indicadores chaves sobre a pobreza monetária, a desigualdade de rendimento e deterioração das condições de vida. Ele contém todos os indicadores dos ODM susceptível de serem mensuráveis no país. Sua actualização é altamente dependente da realização dos inquéritos dos agregados familiares (ILAP, inquérito MICS, inquérito 123) pode ser realizada a cada 3-5 anos, conforme a mobilização de recursos.
- O segundo painel é usado para apoiar o seguimento anual da implementação das políticas DENARP II (Relatório Anual de Progresso). Ele Concentra-se sobre uma selecção de indicadores mensuráveis anualmente a partir de informações já disponíveis ou a disponibilizar por meio de um investimento mínimo para reforçar a recolha de dados de rotina. A elaboração do Plano de Acção Prioritário será uma oportunidade para complementar, se for o caso, este segundo quadro. Para certas áreas de difícil mensuração, particularmente no contexto de debilidade estrutural dos sistemas de informação com que enfrenta a Guiné-Bissau, será usado em alguns indicadores de referência internacional (IDH Indicadores Mundiais de Governação, Doing Business). Os respectivos quadros são apresentados no anexo.

Um sítio (Web site) já existe no MEPIR (www.mepir-gov.org). Ele será alimentado entre outros pelos documentos relativos ao DENARP II e os seus documentos conexos:

- documentos de estratégia disponíveis (DENARP II cartas de políticas sectoriais, planos de acções sectoriais;
- toda a documentação relacionada com a implementação e seguimento do DENARP II: roteiros e cronogramas; textos de organização; plano de S&A; relatórios anuais de implementação;
- quadros dos principais indicadores e de indicadores anuais de desempenho sectoriais;
- Os relatórios de seguimento dos ODM e de seguimento da Declaração de Paris;
- PAP / orçamentos-programa dos ministérios sectoriais.

Tabela 26: Lista de indicadores do impacto do DENARP

Indicadores	Fonte de verificação	Periodicidade	Responsável	Código CRESMIC	Código OMD
Desenvolvimento humano					
IDH	RDH	Anual	PNUD		
Rang por IDH	RDH	Anual	PNUD		
Pobreza et desigualdade social					

Incidência da pobreza (a)	ILAP	3 anos ²³	INS	10	
Profundidade da pobreza (a)	ILAP	3 anos	INS	11	
Severidade da pobreza (a)	ILAP	3 anos	INS	12	
Proporção da população vivendo com menos de um dólar PPA por dia	ILAP	3 anos	INS	13	1
Índice de desvio da pobreza	ILAP	3 anos	INS	14	2
Parte do quintil muito pobre no consumo nacional	ILAP	3 anos	INS	15	3
Índice de Gini	ILAP	3 anos	INS	16	

A estes indicadores junta-se uma outra lista de indicadores fáceis de calcular de acordo com os quatro eixos do DENARP II.

²³ Periodicidade que pode variar em função da capacidade de realizar o próximo ILAP

IV. Anexos

Anexo. Quadro síntese dos financiamentos por eixos e componentes (síntese do PAP e PTIP)

Anexo 1. Lista dos Planos Sectoriais, Inquéritos e Estudos utilizados na elaboração do DENARP II

Sectores	Quadros estratégicos e de programação
Defesa e Segurança	Estratégia para a Reestruturação e de Modernização do Sector de Defesa e Segurança (2006)
	Plano Prioritário para a Reforma da Defesa e Segurança – PPRSDDS (aprovado em Janeiro 2010)
Justiça	Politica Nacional de Justiça (Março 2010)
	Plano de Combate ao Tráfico de Droga na Guiné-Bissau (adoptado em 2007)
Agricultura	Programa Nacional de Investimento Agrícola (PNIA) 2011-2015 (elaborado em 2010) ²⁴
Pesca	Plano Estratégico 2011-2015 para o sector das pescas (elaborado em 2009)
Electricidade / água	Política Sectorial de Electricidade (Março 2010)
	Programa de Reforma para Água e Electricidade (Março 2010)
	Esquema Director de Saneamento (a elaborar em 2011)
Educação	Carta Política Sector Educativo 2010-2010
	Plano Trienal para o Desenvolvimento do Sector de Educação 2011-2013 (Junho 2010)
Saúde	2º Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário – PNDS 2011-2017 (aprovado em Maio de 2010)
Género	Politica Nacional do Género (em preparação)
Estatísticas	Recenseamento Geral da População e habitação (realizado em 2009)
	Inquérito MICS-4 (realizado em 2010)
	Segundo Inquérito Ligeiro para Avaliação da Pobreza – ILAP (realizado em 2010)
	Estudo sobre pobreza não monetária (realizado em 2010)
	Inquérito Nutricional (realizado em 2010)
	Inquérito sobre os fluxos fronteiriços (realizado em)
Estudos	Avaliação das necessidades e dos custos para a realização dos ODM (realizada em 2010)
	Estudo para a identificação das fontes de crescimento económico (realizado em 2010)
	Estudos Temáticos (realizado em 2010)

²⁴ Existe uma carta de política agrícola mas ela é antiga (elaborada em 1997 e revista em 2002).

4.1 Lista dos principais indicadores para o seguimento do DENARP II

- Indicadores de pobreza

Indicadores	Situação de referência		Meta		Fonte de informação	Periodicidade	Responsável	Código CRESMIC	Código ODM
	Ano	Valor	2013	2015					
Incidência da pobreza (a)	2010	69,3%	52,0%	34,6%	ILAP	3 anos	INE	10	
Proporção da população que vive com menos de 1 (um) dólar PPA por dia	2010	33%	24,75%	16,5%	ILAP	3 anos	INE	13	1
Índice de desvio da pobreza		AR			ILAP	3 anos	INE	14	2
Parte do quintil mais pobre no consumo nacional		AR			ILAP	3 anos	INE	15	3

- Indicadores por eixos e domínios de intervenção

EIXO 1: REFORÇO DO ESTADO DE DIREITO E DAS INSTITUIÇÕES REPUBLICANAS

Domínio de intervenção	Indicador	Situação de referência		Meta		Fonte de informação	Responsável/ Produtor	Periodicidade	Código CRESMIC	Código ODM
		Ano	Valor	2013	2015					
1.1. Reforma do Sector da Defesa e Segurança (RSDS)	Estabilidade política e ausência da violência	2009	- 0,49			World Governance Indicators (WGI) http://info.worldbank.org/governance/wgi/sc_country.asp	Banco Mundial	Anual		
1.2. Luta contra a proliferação de armas ligeiras e de pequeno calibre e tráfico de droga	% das armas detidas pelas Forças de Segurança registadas e estocadas na base das normas internacionalmente reconhecidas		ND			Ficheiros administrativos	Ministério de Defesa	Anual		
1.3. Reforço da Justiça e da autoridade da lei	Índice de satisfação da população no aparelho judiciário		ND			Inquerito específico, ou inquerito satisfação/ serviços públicos, ou módulo QUIBB	INE, Min. Justiça	3 anos	57 ²⁵	
	Porcentagem dos casos julgados sur les affaires enrôlées nos tribunais					Estatísticas judiciais	Min. Justiça	Anual	60	

²⁵ Indicador 57 do CRESMIC : « Índice de satisfação das pessoas administrativas »

	regionais		AR							
1.4. Participação cívica, diálogo e reconciliação nacional	Taxa de participação as eleições									
	Legislativas 2008	2008	82%			Estatísticas eleitorais	Comissão Eleitoral ; Min. de Interior	Cada eleição		
	Presidenciais 2009	2009	60%							
	Porcentagem de mulheres deputadas	2008	10%			Estatísticas parlamentares	Assembleia Nacional	Anual	56	12
1.5. Descentralização e desenvolvimento local	Porcentagem dos recursos públicos alocados as colectividades territoriais		AR			Estatística orçamental	Min. Finanças	Anual	61	

AXE 2 : RACIONALIZAÇÃO E MELIORIA DA GESTÃO DAS FINANCES PUBLIQUES

Domínio de intervenção	Indicador	Situação de referencia		Alvo		Fonte de informação	Responsável/ Productor	Periodicidade	Código CRESMIC	Código OMD
		Ano	Valor	2013	2015					
2.1. Réforma da Administração Pública e Renforço de Capacidade da Gestão pública	Massa salarial/Receitas fiscais (%)	2009	75,6%		35%	Situação de execução do orçamento de Estado	Ministério Finanças	Anual		
	Proporção de recrutamentos da Administração publique effectuado sob concurs		ND			Registos administrativos	MRAFPT, Ministérios sectorias	Anual		
2.2. Reformas sobre a gestão das finanças publicas	Taxa execução orçamento global		AR			Estat. Finanças públicas	Ministério Finanças	Anual		
	Não acumulação dos atrasados de pagamentos internos (en mil milhões FCFA)	2008	11			Estat. Finanças públicas	Ministério Finanças	Anual		
	carga fiscal em % do PIB (Critério de convergencia UEMOA)	2010	7%			Estat. Finanças públicas Contas nacionais	Ministério Finanças INE	Anual	7	
	Despesas correntes em % do PIB	2009	23,04%			Estat. Finanças publicas	Ministério das Finanças	Anual		

AXE 3 : PROMOVER O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO DURÁVEL

Domínio de intervenção	Indicador	Situação de referencia		Alvo		Fonte de informação	Responsável/ Produtor	Periodicidade ²⁶	Código CRE SMI C	Código OMD
		Ano	Valor	2013	2015					
3.1. Estabilização do quadro macro-económico										
3.1.3. Macroeconómico	Taxa de crescimento do PIB real	2010	3,5%	4,7%	5,5%	Conta Nacionais	INE	Anual	3	
	Taxa de inflação(Critério convergencia UEMOA)	2010	2,3%			Estatística dos preços (IHPC)	INE	Anual	1	
3.1.2. Estabilidade financeira	Saldo orçamental de base em porcentagem do PIB (Critério convergencia UEMOA)	2009	- 10,66%			Estat. Finanças publicas	Ministério Finanças	Anual	9	
3.2 Desenvolvimento das infraestruturas económicas de base										
	Quilómetros de estradas asfaltadas	2010	770 km			Estatísticas infraestructuras	Ministério Infraestructuras (DGPE)	Anual	49	
3.2.1. Transporte	quilómetros de estradas reabilitados ou reparadas	2009	400 km			Estatísticas infraestructuras	Ministério Infraestructuras (DGPE)	Anual	50	
3.2.2. Energia	Taxa de cobertura de electricidade	2010	16%			RGHP ; ILAP/QUIBB	INE	3 anos	38 ²⁷	27 ²⁸
3.2.3. Telecomunicação	Numero de clientes ao telefone(fixo e movel) por 1000 habitantes		AD			Extratos administrativos	Operadores de telefone	Anual	43,44	47 ²⁹
3.3 Melhoria do quadro dos negocios e promoção do sector privado										
	Prazo para criação de uma empresa (em dias)	2010	213			Doing Business	Banco Mundial	Anual		
	Numero de empresas privadas criadas registradas no guichet	2010	144			Registos administrativos	CFE (Guichet unico)	Anual		

²⁶ Se a periodicidade das grandes operações estatísticas (MICS, IDS, ICVM) é normalmente de cinco anos, todavia nota-se que um indicador pode ser produzido com uma frequência mais curta, porque seus dados de base podem ser calculados a partir de varias operações estatísticas.

²⁷ Indicador 38 CRESMIC : « Proporção da população com acesso a electricidade »

²⁸ Indicador dos 27 OMD : « PIB por unidade de energia consumido (rendimento energético) »

²⁹ Numero de linhas telefonicas e de télémovéis por 100 habitantes

	unico									
3.4 Apoio aos sectores de crescimento 3.4.1. Aumento da produtividade do sector agricola	Produção					Contas nacionais	INE, Min. Agricultura	Anual	45, 46,47 ³⁰	
	- Milho	2010	10540							
	- Arroz	2010	154240							
	- Mandioca	2010	75326							
	- Castanha de cajú	2010	135275							
3.4.2. Diversificação do sector agricola	Parte dos sub-sectoros de agricultura, pecuaria e pesca no PIB	2010	39,8%	33,9%	30,2%	Contas nacionais	INE	Anual	48	
3.4.3. Promover a exportação agricola	Evolução das exportações em valor (milhões em CFA) e em % do total :					Estat. Comercio externo	INE	Anual		
	-castanha de cajú (transformado e não transformado)	2010	32085							
	- Outros produtos agricolas	2010	407							
	- Produtos de extração	2010	54							
3.4.4. Promover o turismo	Número de entradas de turistas		ND			Fichas de policia	Min. Intérieur	Anual		
3.4.5. Emprego	Taxa de desemprego Homem Mulher Total	2009	18,12% 4,62% 10,54%			RGHP ; ILAP ; inquerito 1-2 ; QUIBB ; MICS	INE	3 anos	32	
	% de Mulheres salarizados não agricolas		ND			RGHP ; ILAP ; inquerito 1-2 ; QUIBB ; MICS	INE	3 anos	36	11
3.5 Preservação de meio ambiente e dos recursos naturais	Porcentagem das familias que utilizam combustiveis solidos (lenhas, carvão de lenhas)	2006	98,4%			RGHP ; ILAP ; inquerito 1-2 ; QUIBB ; MICS	INE	3 ans	55	29
	Proporção das zonas protégidas para preservar a biodiversidade		ND			Estat. ambiental	SEEDD	Anual	54	26

³⁰Os três indicadores medindo a produção

AXE 4 : Améliorar a qualidade de prestação de serviços nos sectores sociais

Domínio de intervenção	Indicador	Situação de referencia		Alvo		Fonte de informação	Responsável/ Produtor	Períodicidade ³¹	Código CRESMIC	Código OMD
		Ano	Valor	Ano	2015					
4.1. Educação	Taxa líquida de escolarização na primária	2009	67% (MICS)		100%	RGPH, ILAP, MICS	Min. Educação Nacional, INE	3 anos	27	6
	Taxa de conclusão na primária	2006	4,1%			Estatísticas escolares	Min. Educação Nacional, INE	Anual	28	7
	Taxa de alfabetização dos 15 anos e mais Homem Mulher Total	2009	52,04% 35,88% 43,72%			RGPH, ILAP, MICS	Min. Educação Nacional, INE	3 anos		10
4.2. Saúde e nutrição	% de partos assistidos por pessoal de saúde qualificado	2009	44% (MICS)			MICS, ILAP, QUIBB, Inquerito saúde e reprodução	Ministério de Saúde, INE	3 anos	22	17
	Taxa de mortalidade infanto-juvenil	2009	158%			RGPH, MICS, ILAP/QUIBB, Inq. Saúde & Reprodução.	Ministerio de de Saúde, INE	3 anos	19	13
	Taxa de mortalidade infantil	2009	103%			RGPH, MICS, ILAP/QUIBB, Inq. Saúde & Reprodução.	Ministério de Saúde, INE	3 anos	18	14
	Taxa de cobertura vacinal por antígeno : BCG Sarampo DTC3 Polio	2009	93% 61% 76% 73%			MICS, inquerito saúde e reprodução, Estatísticos sanitarios	Ministerio de Saúde, INE	3 anos	17	15 ³²

³¹ Prévisão

³² Indicador 15 OMD : « Proporção das crianças de 1 ano vacinados contra o sarampo »

	Febre amarelo		49%							
	Numero de orfãos do VIH/Sida	2009	9700 (UNAIDS estimates)			MICS, inqueritos saude e reprodução	Ministerio de Saude, INE	3 ans		20
	Taxa de prévalencia do VIH entre as mulheres grávidas de 15 à 24 anos	2010	3,2%			Estudo sentinela	Ministério de Saude INASA	Anual		18
	% de crianças de menos de 5 anos apresentando uma insuficiencia ponderal	2006	19,4%			RGPH, MICS, ILAP/QUIBB, Enq. Santé & Reproduction, Enquête alimentaire	INE	3 anos	25	4
4.3. Água e saneamento	Proporção da população com acesso a água potavel	2009	66% (MICS)			RGHP, MICS, ILAP, EDS, Inquerito 1-2	INE	3 anos	37	30
	Proporção da população com acesso a um melhor sistema de saneamento melhorado	2009	16% (MICS)			RGHP, MICS, ILAP, EDS, Inquerito 1-2	INE	3 anos	39	31
4.5. Proteção social & habitação	Proporção da população com acesso a uma segurança de ocupação de habitação	2009	73,1% (RGPH)			RGHP, MICS, ILAP, EDS, Inquerito 1-2	INE	3 anos	40	32

